

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

BETÂNIA MUELLER

“TEM QUE TER RAÇA”

Uma etnografia com “jovens” lutadores no Morro da Boa Vista

NITERÓI, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

BETÂNIA MUELLER

“TEM QUE TER RAÇA”

Uma etnografia com “jovens” lutadores no Morro da Boa Vista

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Lenin dos Santos Pires

NITERÓI, 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lenin dos Santos Pires (orientador)
PPGA/UFF

Prof. Dr^a. Simoni Lahud Guedes
PPGA/UFF

Prof. Dr. Diogo Azevedo Lyra
PPGSA/UFRJ

Prof. Dr^a. Leticia de Luna Freire
UERJ - Suplente

Prof. Dr^a. Ana Paula Mendes de Miranda
PPGA/UFF Suplente

Resumo

Essa dissertação de Mestrado é resultado de uma pesquisa empírica que realizei durante aproximadamente um ano, em um projeto social chamado “Jovem de Jesus”, no Morro da Boa Vista em Niterói. Nela descrevo os caminhos que me levaram a esse local, interesses de pesquisa e a relação que aos poucos fui construindo nessa interlocução com os participantes do projeto. O Projeto Jovem de Jesus consiste no ensino e prática do esporte/arte marcial Jiu Jitsu. Voltado principalmente para crianças e adolescentes, o projeto tem como objetivo declarado afastar os jovens do possível envolvimento com o tráfico de drogas, presente no Morro. Meu objetivo principal nessa pesquisa foi o de buscar compreender e elucidar qual o ponto de vista de adolescentes, jovens, e crianças, sobre o contexto em que vivem no Morro da Boa Vista, bem como problematizar a questão do que é ser jovem nesse contexto. Um contexto permeado pelo tráfico de drogas e conflitos decorrentes de sua existência.

Palavras-chave: Projeto social; Crianças; Jiu Jitsu; Morro; Tráfico de drogas.

Abstract

This dissertation is the result of an empirical research done for approximately one year in a social project called “Jovem de Jesus” (Youth for Jesus), in the Morro da Boa Vista, in Niterói (Rio de Janeiro). In it I describe the paths that led me to this project, the research goals, and the relationship which was developed with the project's members. The Projeto Jovem de Jesus consists of teaching and practice of Jiu Jitsu, one of the martial arts. Geared first of all to children and adolescents, the declared aim of the project is to keep young people away from involvement in drugs dealing, an actual reality in the Morro da Boa Vista. My main goal in this research was trying to understand and make clear the point of view with which young people, children and adolescents, see the context in which they live, as well as to thematize the question of what it means to be a youth in this context, pervaded by the traffic of drugs and the conflicts generated by its existence.

Key-Words: Social Project; Children; Jiu Jitsu; Morro; Traffic of drugs.

*“Mas é preciso ter raça
É preciso ter força
É preciso ter gana, sempre...”*

(Milton Nascimento)

Agradecimentos

Para que esse trabalho fosse possível, muitas pessoas colaboraram e me apoiaram nessa jornada. Agora, chegou o momento de reconhecer e agradecer todo esse apoio, que será sempre lembrado.

Agradeço a meus pais por terem me apoiado em minha mudança para Niterói e em minha busca profissional, e por serem exemplos para mim.

Agradeço ao Lenin, por ter sido muito mais que um excelente orientador, mas um parceiro de trabalho e também um amigo. Não foram poucas as coisas que passei nesses dois anos, algumas das quais abalaram minha saúde, e ele sempre esteve preocupado comigo e com meu bem estar. Disposto a me orientar a qualquer hora, seja no facebook, no carro, no whatsapp, em um café ou uma mesa de bar. Por ter acreditado em meus projetos e em meu potencial, às vezes mais que eu mesma, por todo apoio e confiança nesses dois anos. Às vezes, no meio da noite, ele vinha com seus *insights*, “*Tava pensando aqui na sua pesquisa...*”. Quando entrei no programa não o conhecia e não havia sugerido seu nome para me orientar, porém esse encontro foi uma benção para mim.

Aliás, toda minha experiência no PPGA (Programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense) foi um presente, não tenho do que me queixar, apenas muito o que agradecer. Agradeço a minha turma de 2013, na qual encontrei os melhores colegas e fiz bons amigos. Não quero citar nomes, mas eles sabem quem são. Agradeço aos meus professores, colaboradores e demais colegas, como os colegas do NUFEP (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas), INEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos) e do LAESP (Laboratório de Estudos em Segurança Pública). À Ana Paula Miranda e ao Diogo Lyra por terem contribuído com a leitura de meu projeto, e novamente em minha banca de defesa dessa dissertação, ao que agradeço também à Simoni Guedes, pela atenciosa leitura de meu trabalho e comentários na banca. Agradeço também ao Marcelo, melhor secretário que já conheci, por toda sua paciência e dedicação, por me auxiliar e esclarecer minhas dúvidas desde antes do mestrado, quando perguntava a ele quando ia sair o edital de seleção.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro durante os dois anos de meu mestrado, que foi muito útil.

Agradeço a minha família, minha prima Cris e meus irmãos, por mesmo de longe,

também me apoiarem, Josias e Jonatas (*in memoriam*).

Agradeço a meus melhores amigos, espalhados pelo mundo, pelo apoio e companhia em todos os momentos, mesmo que a distância. Também não vou citar nomes, mas considerem-se incluídos se eu mostrar isso a vocês. Agradeço também ao Elton, por ter sido, apesar dos problemas, meu companheiro durante a maior parte desse processo, me acompanhando e incentivando.

Agradeço a todos do Projeto Jovem de Jesus, por me receberem gentilmente e me aceitarem como pesquisadora e participante do projeto. Ao Marquinho, por ter se tornado também um bom amigo, ao Dilson, por ter sido o primeiro a me receber e me acolher, ao Roberto, Sueli, por serem tão queridos comigo. A todos os jovens do projeto, jovens há mais ou menos tempo, crianças, adolescentes e adultos, por todas as trocas nesse tempo, de golpes, zoações e de afeto. Agradeço aos meninos que me acompanharam tantas vezes até o ponto de ônibus após o treino, Ezequiel e Rodrigo, e também ao Calebe, que se dispôs a me ajudar e me mostrar outros caminhos no Morro.

Por fim, agradeço a Deus, por ter me abençoado com tantas oportunidades e me protegido em todos os momentos nesses dois anos.

Sumário

Apresentação	1
Introdução	6
Métodos e Técnicas	14
1. Conhecendo o Projeto e o Morro da Boa Vista	16
1.1 A sede	18
1.2 Caridade e Filantropia	21
1.3 Primeiras aproximações	25
1.4 Caminhos	26
1.5 <i>Você mora no morro?</i>	35
1.6 Morro x favela x bairro x comunidade	36
1.7 Estigmas e “contra-estigmas”	39
2. “Tem que ter raça”	
Características do Jiu Jitsu no Projeto Jovem de Jesus	41
2.1 <i>Pra morar no morro, também tem que ter raça?</i>	42
2.2 O conceito de raça em outros esportes	44
2.3 Composições	45
2.4 A rotina dos treinos	46
2.5 Questões de gênero	47
2.6 Jiu Jitsu é técnica	49
2.7 “Regras do jogo”	50
2.8 Diferentes golpes e técnicas e seu aprendizado	53
2.9 <i>Isso aqui não é brincadeira</i>	57
2.10 O início da observação participante	58
2.11 “Zoações” disciplinadoras	62

2.12 Cansaço e endorfinas	63
2.13 Salgadinhos e garrafinhas d'água	65
2.14 Orelha estourada e outras marcas	66
2.15 O afeto no tatame	68
2.16 “Peidar” e peidar	70
2.17 Grupo no <i>Whatsapp</i>	71
2.18 Os campeonatos	72
2.19 O fator da religiosidade	74
2.20 <i>Graduado dá exemplo</i>	75
2.21 Exame de graduação no CRIAA UFF	76
2.22 <i>Evento</i> de graduação no Projeto Jovem de Jesus	78
2.23 A compensação	84
3. Por uma antropologia das crianças	86
3.1 Concepções de infância	86
3.2 A escolha do método de pesquisa com crianças	89
3.3 A porquinha Peppa	90
3.4 Diferentes formas de cuidar: as crianças no Morro da Boa Vista	92
3.5 Castigos	95
3.6 Relações de parentesco, vizinhança e amizade	96
3.7 Algumas histórias: Ana	98
3.8 Júlia	100
3.9 Bianca	101
3.10 Ser jovem no Projeto Jovem de Jesus	103
4. O Projeto Jovem de Jesus x O tráfico de drogas - Uma disputa simbólica	108

4.1 <i>Tirar os jovens da rua</i>	108
4.2 Uma lacuna	111
4.3 O Jiu Jitsu como agarrção	112
4.4 Recrutamentos	113
4.5 Sobre <i>meninos e recalçados</i>	115
4.6 <i>Os daqui são tranquilos</i>	116
4.7 O “L” - um símbolo de pertencimento?	117
4.8 A polícia e os “bandidos” - “ <i>Tudo o mesmo tiro</i> ”(?)	118
4.9 <i>Isso não é vida</i>	120
Considerações Finais	123
Referências Bibliográficas	129

Apresentação

Nessa pesquisa descrevo as relações sociais entre crianças, jovens e adultos no contexto de um projeto social e de suas peculiaridades. Exploro tais relações com o contexto onde estava inserido o projeto, bem como do que estava por trás de sua criação. Conto a história de alguns jovens, crianças, adolescentes e adultos, de suas inserções no projeto, na prática do Jiu Jitsu e de suas representações e percepções sobre o contexto em que viviam. Além disso, essa pesquisa trata dos trajetos que eu fiz enquanto pesquisadora para chegar até esse local, das implicações que esse processo causou em mim. Assim, sou ao mesmo tempo, pesquisadora e produto da pesquisa.

Quando cheguei na Universidade Federal Fluminense para cursar o Mestrado em Antropologia, em 2013, tinha um tema de estudo em mente. Conforme descreverei adiante, pensava em estudar a relação de presos com a religião. Entretanto, alguns motivos me fizeram mudar de tema. Essa dissertação também explica um pouco desses motivos, as mudanças implicadas e seus efeitos.

Apesar de meu interesse de pesquisa inicial não ser esse, o interesse de trabalhar com crianças e adolescentes era algo que me estimulava há algum tempo, sobretudo aqueles que, sob o meu ponto de vista, mais sofrem os impactos negativos de uma sociedade excludente e carente de direitos sociais. Meu refinamento antropológico me ensinou a importância de olhar para além dos diversos discursos existentes sobre esse público, priorizando o ponto de vista do próprio público pesquisado, uma perspectiva que te permite aprender coisas distintas sobre ele.

Ora, em certo nível o trabalho com crianças e adolescentes é um desafio para a Antropologia, e levá-los a sério como interlocutores, desconstruindo o senso comum que os faz objeto da tutela adulta, uma tarefa trabalhosa. Afinal, as categorias que mobilizam para expressar sua apreensão do mundo a sua volta tendem a ser interpretadas a partir de contextos totalizantes. Em outras palavras, o ponto de vista do adulto, do sujeito que vive na “maioridade”, tende a se impor como referencial inabalável. Destituir esse ponto de vista de seu status precursor da razão e da verdade, para compreensão simétrica da inteligibilidade de crianças e adolescentes foi uma das minhas metas. E, como mínimo, graças a esse exercício me foi possível adentrar o Morro da Boa Vista, lugar onde realizei minha pesquisa, e perceber meandros que, a princípio, me eram distantes.

Graças a essa interlocução, e a generosidade com que fui recebida por meus interlocutores, me foi possível ver questões para além daquilo que se apresentava entre as quatro paredes de um edifício que abrigava o projeto. Foi na captação dos sentidos precisos do que me falavam crianças, adolescentes, e até alguns adultos, que ganhavam significado fragmentos de conversas ouvidas nas ruas da favela, em uma frase grafada em um muro, ou em uma gravação de Baile Funk ocorrido no local. O que em um primeiro momento poderia ser pensado como uma realidade exterior ao projeto, não só o acompanhava de maneira atenta, mas se realizava ou se afirmava nele.

Uma convivência na qual o projeto social se propunha a manter afastadas possíveis “más influências” que historicamente se estruturavam na localidade. Notadamente, as relações com o comércio de drogas ilícitas e todas as implicações daí decorrentes, incluindo, é claro, a indesejável convivência com a Polícia. Entretanto, ao se propor enquanto lugar para a realização dessa “asepsia”, o projeto social podia dar lugar a mobilização de valores e categorias discriminatórias comuns ao “asfalto” em seu discurso contra o “morro” ou “favela”. Neste sentido, se podia perceber também naquele espaço a internalização das representações de um “outro” estranho ao “Morro”, estranho à “Favela”, hegemonicamente superior.

É possível que por conta disso, em algum momento, os adolescentes, ciosos pela assunção de uma identidade definida, acabassem por se distanciarem do projeto e trilhando outros caminhos. Inclusive se perfilando junto ao chamado *tráfico*, como uma opção de obtenção de prestígio e significação social, declinando das promessas de inclusão social e recompensas advindos da introjeção de valores sociais decorrentes do *processo civilizador* instilado pelo projeto através do Jiu Jitsu. Contudo, minha pesquisa até aqui não teve tempo suficiente para responder a esta questão de maneira afirmativa, ficando apenas na reflexão.

Em uma das últimas vezes que fui ao Morro da Boa Vista, enquanto terminava de escrever essa dissertação, me dei conta do quanto foi importante e impactante para mim a experiência desse estudo. A experiência de buscar reduzir um pouco a “distância simbólica” que me separava desse local, embora ele ficasse tão próximo da minha casa, no centro de Niterói, que poderia ir caminhando, como o fiz diversas vezes.

Nesse processo de reduzir as distâncias foram diversos os caminhos e tentativas, os quais descrevo aqui. Reduzir a sensação de periculosidade e estranhamento de subir o

morro foi uma questão de me acostumar e torná-lo mais familiar para mim. Citando Damatta (1981), na pesquisa antropológica é necessário transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico, para assim superar impressões e julgamentos prévios, adentrando na experiência de cada contexto.

Ao longo desse trabalho, problematizo diversas questões que me interessavam de início, bem como as que foram surgindo ao longo da etnografia, buscando integrá-las e refletir sobre elas. Para isso, utilizei meus dados de campo, iluminando-os sob a luz de bibliografias sobre as questões tratadas, principalmente as antropológicas, dialogando com elas. Dentre essas questões, estava saber qual o ponto de vista dos jovens sobre o projeto e o contexto em que vivem, permeado pelos conflitos decorrentes da presença do tráfico de drogas no local. Além disso, me preocupei em problematizar esse contexto e características do projeto e de seus participantes, como por exemplo, o que é ser jovem nesse local.

A partir de minha valorização da etnografia e das pesquisas empíricas, busquei o diálogo com as teorias, respeitando a particularidade do meu próprio universo de pesquisa. Afinal, *de que projeto estou falando? que pessoas? que jovens? que infância? que Jiu Jitsu? que Morro?* São todas questões que busco tratar aqui.

Hoje, conforme problematiza Valladares (2005), muitos são os estudos sobre favelas no Brasil, porém, nem todos buscam e conseguem superar visões socialmente construídas e arraigadas há muito tempo em nosso país sobre esses locais. Nessa dissertação, busquei contribuir um pouco na construção de novas visões e sentidos para essa categoria, que não é homogênea. Essa construção se deu através de minhas próprias vivências no local, observação e conversas, bem como a partir da colaboração dos que participaram dessa pesquisa, que direta ou indiretamente contribuíram para que ela fosse possível.

Nesse processo eu também me fiz antropóloga. Conforme explico a seguir, sou graduada em Psicologia, tendo sido essa escolha de adquirir uma nova perspectiva disciplinar um processo de transformação para mim. Esse processo implicou uma mudança de olhar e metodologia de trabalho, para que essa pesquisa fosse realizada. Foi necessário compreender melhor os conceitos da Antropologia e a forma de colocá-los em prática, deixando de lado as intervenções características da Psicologia, mais centradas no indivíduo e suas questões pessoais.

Claro que minha disposição aperfeiçoada na Psicologia para ouvir com cuidado e atenção, e me interessar pelas pessoas, também me ajudou. Como descrevo também em minha introdução, eu já possuía o desejo de fazer pesquisa nos moldes etnográficos, diferentemente de minhas outras experiências de pesquisa. Contudo, eu nunca havia feito de fato, tendo sido essa minha estréia enquanto etnógrafa.

Para o público não familiarizado com esse termo, pois esse trabalho também é para eles, a etnografia é, em parte, um método de pesquisa. Como método ele consiste no estudo de um grupo humano, utilizando sobretudo a observação de seus costumes e participação no cotidiano desse grupo. Além disso, consiste também em transformar essa experiência em escrita, concomitantemente e após o trabalho, por meio de registros em diários de campo e do trabalho final, no meu caso, essa dissertação. Logo, a etnografia é também um gênero literário. Nesta conjunção que reúne método de pesquisa e gênero de escrita, ela se constitui como uma forma peculiar e valorizada de construção de conhecimento na área das Ciências Sociais.

Assim, a etnografia envolve uma relação com os participantes. Essa relação, seja ela pré-existente ou não, como foi o meu caso, é uma relação que tem que ser tecida e problematizada. Mais do que isso, é uma relação que, ao ser cultivada, demanda alguns cuidados. Essa dissertação trata também dessas relações e de seu processo de construção. Relações, no plural, pois, para além de um grupo, existem pessoas diferentes e que se relacionam conosco de maneiras diferentes, apesar de haver também representações comuns ao grupo, que busco tratar aqui de modo especial.

No primeiro capítulo dessa dissertação, descrevo meu percurso conhecendo o Projeto e o local onde tinha suas atividades, no Morro da Boa Vista. Nele descrevo os caminhos que percorri e aprendi a fazer, de diversas maneiras, acompanhada ou sozinha, me apropriando aos poucos do ambiente e de minha inserção nesse local. Além disso, descrevo o ambiente ao redor do projeto, o Morro, bem como a sede do mesmo, contando algumas histórias para contextualizá-los.

Ainda no primeiro capítulo, problematizo algumas questões que surgiram no campo e em minhas leituras, questões referentes ao local e as diferentes maneiras como ele pode ser descrito e percebido pelas pessoas (morro, favela, bairro, comunidade), tanto as que moram nele quanto as “de fora”. Analiso também algumas características do projeto e de sua fundação nesse contexto.

No segundo capítulo, analiso a categoria “raça”, que surgiu em minha pesquisa, fazendo referência à bibliografia sobre o tema e suas repercussões no contexto do projeto. Através dessa categoria, tentei estabelecer uma ligação entre o Jiu Jitsu no projeto e o contexto no qual está inserido no Morro da Boa Vista. Neste exercício, descrevo as características do esporte no contexto do projeto. Esse capítulo ficou um pouco mais longo, pois descrevo nele diversos aspectos sobre a configuração dos treinos, do esporte, dos eventos, dos professores e dos participantes.

No terceiro capítulo introduzo uma discussão a respeito da Antropologia da Criança, faixa etária que busquei considerar de maneira importante, explicando as razões para essa escolha e a maneira que trabalhei com elas. Além disso, descrevo um pouco do material obtido junto a elas, bem como de minha análise sobre a infância e o que é “ser jovem” nesse local.

No último capítulo, descrevo as repercussões do projeto em sua “disputa simbólica” com o tráfico de drogas, seus diferentes recrutamentos, bem como algumas representações dos participantes do projeto sobre essas questões. Junto a bibliografia sobre o tema, analiso comentários dos participantes do projeto e de seus familiares sobre o contexto em que vivem, com suas diferentes percepções e sentimentos.

Por fim, nas considerações finais, busquei exprimir o que ficou impresso em mim após essa experiência. Afetações, considerações e reflexões sobre o que pesquisei, observei, ouvi, senti e vivi. O que eu considerei importante ressaltar sobre todo esse trajeto, o local pesquisado e meus interlocutores, que participaram comigo com suas características, seus dilemas, dificuldades e virtudes.

Introdução

Do Morro do Espelho ao Morro da Boa Vista

Eu nasci em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Residi a maior parte da minha vida em um bairro chamado Morro do Espelho, na cidade de São Leopoldo, região metropolitana do RS. Trata-se de um bairro de classe média daquela cidade, com casas e prédios, carros de diferentes marcas, algumas ruas asfaltadas e outras não, algumas entre elas fechadas para o trânsito frequente de carros, ônibus e pessoas. Foi grande a distância percorrida entre o Morro do Espelho e o Morro da Boa Vista em Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em certo sentido, esta etnografia fala um pouco dessa distância e as maneiras pelas quais procurei encurtá-la.

Eu estudei Psicologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo. Minha escolha por essa área foi um processo, nos últimos anos de ensino médio, eu tinha o desejo de estudar Direito, mas também outras faculdades como Psicologia e Filosofia. Meu objetivo era o de poder “*ajudar as pessoas*”, e meu pai me dizia que o Direito não seria a melhor forma de fazer isso. Quando fiquei sabendo, por uma amiga de minha mãe, da existência de uma “Psicologia Jurídica”, que uniria Psicologia e Direito, trazendo uma escuta mais “humanizada” dentro do Direito (que por vezes fica muito limitado às legislações, a um enorme número de processos e práticas burocráticas judiciárias) fiquei interessada em estudar Psicologia.

Durante minha formação, me disseram que o Psicólogo Jurídico trabalhava com presos, mas não era isso que eu queria. Eu queria trabalhar com as “vítimas”, dicotomia que hoje entendo ser equivocada; porém, na época me fez esquecer por um tempo essa ideia e conhecer outras áreas da Psicologia. Eu quis conhecer diversas práticas do Psicólogo e ver de quais eu gostava mais, adquirindo experiências diversas em estágios, cursos e outras vivências.

Ironicamente, em meus últimos semestres da faculdade, surgiu uma oportunidade de trabalhar em um Projeto com egressos do sistema prisional, oportunidade que aceitei e se tornou tema de meu Trabalho de Conclusão de Curso, voltando então, para minha área de interesse inicial. Ao mesmo tempo, ao longo do curso, fui aprendendo que a sociedade não se divide em “*agressores*” e “*vítimas*”, que o fenômeno humano é mais complexo e deve ser compreendido dentro de cada contexto social, sendo constituído na sua relação com o ambiente.

Da Psicologia à Antropologia

Meu interesse pela Antropologia surgiu logo nos primeiros anos da graduação. Passando a me interessar pelas Ciências Sociais, cursei uma matéria de Antropologia, “Teorias Antropológicas Clássicas”, com o Professor Édison Gastaldo. A Antropologia nem era meu primeiro interesse nas Ciências Sociais, preferindo na época os estudos ligados à política e sociologia. Entretanto, eu tinha uma amiga cursando Ciências Sociais na Universidade (Unisinos) e aconteceu que foi mais conveniente fazermos essa matéria juntas.

O professor nos ensinou sobre o trabalho de campo etnográfico e com seu jeito entusiástico, explicando os conteúdos de maneira animada e enfática, logo conquistou meu interesse na matéria. Após essa experiência, que incluiu a tarefa de fazer um pequeno trabalho de campo experimental, de modo a nos familiarizarmos com o método etnográfico, com a observação direta e a escrita no diário de campo, tinha resolvido que cursaria Ciências Sociais após me formar na Psicologia.

Meu interesse nas Ciências Sociais não era e nunca foi uma renúncia à Psicologia, mas sim um interesse por compreender melhor os aspectos políticos, sociais e culturais do ser humano, o qual é mais estudado pela Psicologia enquanto indivíduo. Apesar de existir uma Psicologia Social, com a proposta de melhor integrar essas esferas, ela não foi o forte de minha formação, sendo esta mais focada na área da Saúde e da Clínica Psicológica, deixando então uma lacuna em meu interesse de formação.

Ao longo do tempo, porém, fui incentivada, principalmente por meus pais, a ir direto para a Pós-graduação, pois talvez eu não tivesse mais paciência para cursar outra graduação. Então, analisando os prós e contras, optei por fazer uma seleção de mestrado. Enquanto eu concluía o curso de Psicologia, comecei a nutrir por algum tempo, cerca de dois anos, o desejo de estudar na Universidade Federal Fluminense (UFF) e morar em Niterói, no RJ.

Ao me graduar, a oportunidade surgiu e passei a estudar para a prova do Mestrado em Antropologia na UFF, me mudando para a cidade de Niterói para fazer a seleção. Essa escolha também acarretou um enorme desafio no tocante à uma lacuna existente de leituras por fazer e conhecimentos a adquirir na área. Estes deveriam ser preenchidos, minimamente, para acompanhar as aulas do Mestrado. Apesar de acolher diversos estudantes provindos de outras áreas, o Mestrado em Antropologia na UFF já

pressupunha e exigia algum nível de conhecimento sobre a disciplina.

Após essa decisão e minha formatura, aguardei ansiosamente a publicação do edital de seleção para o Mestrado em Antropologia na UFF. Eu sabia se tratar de um curso com tradição de acolher estudantes de fora e que não exigia uma relação prévia com os orientadores, como ocorre em muitos outros cursos. Além disso, minha escolha teve a ver com a linha de pesquisa que me interessou, atualmente chamada de “*Cultura jurídica, segurança pública e administração de conflitos*”, pois em minha graduação em Psicologia eu mantive interesse e prática na interface com o Direito e as questões de Segurança Pública.

Publicado o edital, passei a estudar para a prova com as leituras listadas, além de outro livro de apoio que utilizei para me ambientar na área, chamado “*História da Antropologia*”, de Eriksen e Nielsen (2007). Este último me foi recomendado por um aluno que entrou no mestrado no ano anterior, e também meu conterrâneo. Fiz a seleção, composta pela prova, prova de língua inglesa e entrevista. E com muita alegria fui aprovada no Mestrado, me mudando de vez para Niterói, após as férias de verão que passei com minha família no Rio Grande do Sul.

Além do desafio de preencher minha lacuna teórica na Antropologia, me deparei com outros desafios, como o concernente às diferenças teórico-metodológicas das duas áreas, Psicologia e Antropologia. Estas se demonstraram ser maiores do que eu pensava, ao menos no contexto em que fui recebida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Tive que aprender a deixar de lado muitos “vícios” de linguagem e interpretação da Psicologia e adquirir uma nova tradição de pesquisa, diferente da que eu havia aprendido.

Um exemplo importante das diferenças existentes é a importância que uma tradição antropológica, na qual fui ensinada, atribui ao *ponto de vista do nativo*, em lugar de focar nas teorias prévias sobre os sujeitos. Conforme Geertz, ninguém sabe melhor que os próprios nativos de um local sobre si mesmos. Porém, eles o sabem de fora naturalizada, enquanto que o antropólogo, através de seu aparato teórico, pode compreender esse conhecimento de maneira distinta, buscando entender significados simbólicos naturalizados por essas pessoas (GEERTZ, 1997).

Outra questão que demorei a me acostumar era o valor do *estar lá*, outro conhecido jargão antropológico, sem que para isso tenha que lançar mão de

intervenções, tão comuns no campo da Psicologia. Assim como descreve Valladares (2005) na introdução de seu livro, eu também algumas vezes senti estar "em dívida" com meus interlocutores, motivo que às vezes aumentava minha inquietação por não estar intervindo como psicóloga.

Além disso, senti falta algumas vezes da possibilidade de fazer perguntas mais direcionadas a meus interlocutores, como se faz em outros métodos de pesquisa; porém, optei por não fazê-lo, compreendendo que estaria de certo modo "enviesando" a pesquisa para o que eu queria enxergar, em lugar de me informar com o que o grupo e as pessoas pesquisados me mostrariam espontaneamente. Na etnografia, deixamos a pesquisa fluir mais naturalmente, o que for importante, de um modo ou de outro, vai surgir, seja por meio de observações ou de conversas, em contato direto com os interlocutores.

Esse contato, segundo Damatta (1981), nos obriga a entrar em um processo relativizador de todo o conjunto de valores e crenças que nos são familiares, sendo fundamental essa dialética entre a experiência concreta do campo com as teorias aprendidas na universidade (DAMATTA, 1981). Aprendendo a ver, ouvir e estar lá, não são poucas as questões que surgem, como disse meu primeiro professor de Antropologia, Édison Gastaldo, em uma de suas aulas em 2008, "nunca nada acontece". Isso por que sempre está acontecendo algo.

Então, apostei na relevância da pesquisa de campo empírica e etnográfica, como construtora de conhecimentos. motivo pelo qual tanto me interessei pela Antropologia, e interesse que foi bastante correspondido pelo PPGA/UFF. Nesse sentido, com certeza escolhi o lugar certo para minhas expectativas, mesmo sem compreender na época quais eram as diferentes vertentes e escolas dentro da Antropologia, me interessando especialmente pelo modelo de pesquisa empírica realizado pela Escola de Chicago¹.

¹“A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. Com a formação da Escola de Chicago inaugura-se um novo campo de pesquisa sociológica, centrado exclusivamente nos fenômenos urbanos (...). O surgimento da Escola de Chicago está diretamente ligado ao processo de expansão urbana e crescimento demográfico da cidade de Chicago no início do século 20, resultado do acelerado desenvolvimento industrial das metrópoles do Meio-Oeste norte-americano. **Como decorrência desse processo, Chicago presenciou o aparecimento de fenômenos sociais urbanos que foram concebidos como problemas sociais: o crescimento da criminalidade, da delinquência juvenil, o aparecimento de gangues de marginais, os bolsões de pobreza e desemprego, a imigração e, com ela, a formação de várias**

Eu concordo com Wagner (2010) quando ele diz que a pesquisa etnográfica não deixa de ser uma “invenção” de uma cultura. O antropólogo vai a campo dotado de sua própria cultura, que lhe proporcionaram as lentes através das quais enxergará e analisará a cultura estudada, não existindo pesquisa que seja completamente objetiva nesse sentido. Daí a importância de considerar a trajetória do pesquisador como parte da construção da pesquisa.

Em termos de realização de pesquisa, meu interesse inicial era dar prosseguimento ao trabalho que desenvolvi para elaboração do meu trabalho de conclusão de curso na graduação. Esta se tratou de uma pesquisa com um egresso do sistema prisional, conforme citado anteriormente, em um projeto no qual trabalhei nos últimos semestres de minha graduação na Psicologia. Nessa experiência de trabalho e pesquisa da área pude constatar a existência de um fenômeno de conversão religiosa nos presídios brasileiros, o que me interessava aprofundar no Mestrado.

Através do estudo de um modelo particular de presídio, a APAC (Associação Penitenciária de Assistência ao Condenado), provinda da Pastoral Carcerária da Igreja Católica, eu queria investigar qual o papel da religião no contexto prisional. Porém, tendo constatado alguns problemas - como o fato do presídio se localizar em Minas Gerais, o que seria dispendioso em vários sentidos -, e de o assunto já ter sido pesquisado no mesmo local, fui desanimando da ideia e acabei desistindo.

As ideias que surgiram a seguir tiveram como motivação unir meu interesse prático na Psicologia, mais voltado para crianças e adolescentes, com a pesquisa do Mestrado. Assim se seguiram os caminhos que me levaram até minha escolha de um determinado universo empírico de pesquisa, tendo sido em toda essa trajetória acompanhada por meu orientador. No ano de 2013, poucos meses após iniciar o curso, eu iniciei meu trabalho de campo, conforme descrevo a seguir.

comunidades segregadas (os guetos). Todos esses problemas sociais se converteram nos principais objetos de pesquisa para os sociólogos da Escola de Chicago. Os estudos desses problemas sociais estimularam a elaboração de novas teorias e conceitos sociológicos, além de novos procedimentos metodológicos. (...) **A questão central era saber até que ponto os comportamentos desviantes (por exemplo, as várias formas de criminalidade) são produtos do meio social em que o indivíduo está inserido.** (...) Considerando, então, a cidade como um amplo e complexo "laboratório social", as pesquisas sociológicas foram marcadas pelo uso sistemático dos métodos empíricos". Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/escola-de-chicago---contexto-historico-pesquisas-centradas-no-meio-urbano.htm>> (CANCIAN, Renato, 2009). Acesso em: 08 de março de 2015.

Do CRIAA-UFF ao Projeto Jovem de Jesus

Primeiramente, meu local de pesquisa seria uma instituição chamada CRIAA-UFF (Centro Regional Integrado de Atendimento ao Adolescente), uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense e o município de Niterói, que passou a funcionar como um CAPS-AD (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas) para atender principalmente adolescentes. O centro era composto por diversas oficinas e profissionais de diversas áreas, como a Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Educação Física.

Cheguei nesse local em julho de 2013, acompanhada por meu orientador, o qual conhecia uma pedagoga que atuava no local, e de mais alguns colegas, dentre eles Túlio Maia Franco. Na época Túlio era estudante de graduação em Direito, tendo o mesmo orientador na pesquisa que realizava no CRIAA-UFF. Nos dirigimos até aquela instituição por que a mesma estava enfrentando dificuldades na compreensão de determinados fenômenos envolvendo adolescentes usuários de drogas. Segundo a funcionária, havia questões envolvendo dimensões da chamada Segurança Pública que, talvez, a equipe coordenada pelo meu orientador pudesse ajudar. Desde então, acompanhamos algumas reuniões da equipe de profissionais e nos propusemos a firmar com eles uma parceria com nossa equipe, que se interessava pela questão dos adolescentes e suas interfaces com a Segurança Pública.

Comecei a visitar o local cotidianamente, não só nos dias de reuniões com as equipes profissionais. Fazendo-o, eu pude acompanhar algumas oficinas dirigidas à adolescentes e crianças buscando identificar quais eram seus interesses naquele ambiente. Dentre as atividades oferecidas, eu me interessei especialmente em conhecer a oficina de Jiu Jitsu. Nesse sentido, poderia citar Evans-Pritchard (2005), quando diz em seu célebre livro *“Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande”*, que ele não se interessava particularmente pela questão da Bruxaria, mas como interessava a seus interlocutores, teve que se aprofundar nela em sua pesquisa. Assim também era meu caso em relação ao Jiu Jitsu, que não me interessava particularmente mas interessava a meus interlocutores, no caso os adolescentes que o praticavam.

Entretanto, existia sim uma questão que eu considerava importante; eu tinha a visão de que o esporte é uma via privilegiada de contato com os jovens, por se tratar de uma atividade que permite um contato descontraído e espontâneo com os mesmos.

Diferentemente de outros espaços, como os espaços terapêuticos *Psi* (da Psicologia e Psiquiatria), em que o ambiente da consulta pode levar a um maior grau de formalidade. Enquanto estagiária de Psicologia, eu já havia trabalhado com o público adolescente e sabia se tratar de uma faixa etária que costuma ter uma aderência diferente aos tratamentos psicológicos, podendo apresentar certa resistência a eles. Assim, os adolescentes costumam preferir outros tipos de abordagens, como as que privilegiam o contato em grupo, característica significativa dessa fase da vida.

Em experiências de trabalho que tive junto a equipes de Educação Física, eu pude ver o quanto essa prática pode permitir um bom entrosamento, assim como efeitos terapêuticos efetivos, benefícios conhecidos da prática de esportes em geral. Dessa forma eu me aproximei da oficina de Jiu-Jitsu, tendo sido muito bem recebida pelo professor Carlos no CRIAA-UFF, que ministrava as aulas de Jiu Jitsu. Comecei, então, a frequentar os treinos, observando-os e conhecendo os participantes. Um deles, que chamarei de Luís, treinava no CRIAA-UFF também para acompanhar sua esposa Maria; esta última realizava um tratamento no CRIAA-UFF.

Através de Luís, mas também de Carlos, tomei conhecimento de outro Projeto no qual trabalhavam e ao qual iam após os treinos no CRIAA. Um projeto chamado “Jovem de Jesus”, que se localizava em uma comunidade de Niterói e que foi criado por Luís. Este projeto, afinal, se tornaria meu novo ambiente de pesquisa.

Nesse período, o CRIAA-UFF passava por diversos problemas de relacionamento com suas instituições mantenedoras, particularmente com a Prefeitura de Niterói. Um dia, após os funcionários terem passado algum tempo sem pagamento, estes decidiram pela paralização do serviço. Esse fato e o fato de eu estar gostando de ir no Projeto, contribuíram para consolidar a mudança em minha pesquisa. Fui mais algumas vezes no CRIAA-UFF, me informando de sua situação, que permanecia até o momento a mesma, e meu universo empírico de pesquisa se tornou o Projeto Jovem de Jesus, no Morro da Boa Vista.

Alguns fatores em minha vida, mesmo que não estivesse sempre consciente deles, contribuíram para meu desejo de chegar nesse local e lá fazer meu trabalho de campo. Na verdade, somente no processo de escrita eles se tornaram conscientes para mim, considerando então importante elucidá-los. Conforme descrevi anteriormente, meu interesse por "ajudar as pessoas" e entender melhor a influência do contexto sócio-

cultural na formação das pessoas e dos problemas sociais, ainda que não pudesse "salvar o mundo", como me lembrou meu orientador, contribuíram para meu interesse por esse campo. A temática dos jovens e a prevenção de seu envolvimento com o tráfico de drogas, são questões que me mobilizavam e ainda mobilizam.

O fato de ser um projeto com forte influência religiosa, não foi um problema para mim, tendo sido criada em uma família cristã e sendo filha de pastor até os 6 anos de idade, quando meu pai preferiu se dedicar à vida acadêmica. Por mais que a religião não seja o foco de minha pesquisa, minha familiaridade com ela pode ter facilitado minha entrada no campo e minhas relações. Além disso, coincidentemente ou não, eu já havia passado em minha vida por outra arte marcial muito semelhante, o Judô, quando eu tinha por volta de 11 anos, já possuindo a roupa apropriada para a prática.

Métodos e Técnicas

Conforme descrevi na introdução desse trabalho, fiz essa pesquisa a partir do método etnográfico. Para isso, quando entrei no campo de pesquisa, iniciei com a técnica da observação direta, observando os treinos de fora, fazendo perguntas e conversando com os participantes do projeto, incluindo professores, o fundador do projeto, sua esposa, crianças, adolescentes e adultos participantes do projeto. Além disso, também realizei algumas entrevistas abertas com os professores. Nessas entrevistas, fiz perguntas abertas sobre o projeto e algumas outras perguntas a partir da fala dos entrevistados. Algumas dessas falas foram transcritas nesse texto.

Após alguns meses de observação direta, comecei a participar dos treinos, passando para a abordagem da observação participante. Além dos treinos, participava de outros momentos do projeto como eventos e campeonatos. Durante toda a pesquisa, registrei as idas a campo em um diário, fazendo uso deste para reflexão durante e após a pesquisa, no processo de escrita dessa dissertação.

O número de participantes dessa pesquisa é difícil de precisar, pois a participação no projeto era variável, mas os participantes principais, com os quais interagi diretamente foram em torno de 20 crianças e pré-adolescentes, 8 jovens adultos, dois professores, o fundador do projeto e sua esposa. Optei por eleger a faixa etária das crianças para me aprofundar, no caso do projeto, crianças de 6 a 11 anos. Os motivos para essa escolha foram uma questão de afinidade e uma questão de lacuna teórica na antropologia. Como descrevo nessa dissertação, até algumas décadas atrás as crianças não eram vistas como sujeitos de pesquisa na Antropologia, o que aumentou meu interesse em dar voz a elas, considerando-as atoras sociais com seus próprios pontos de vista.

Para trabalhar com as crianças, fiz uso de desenho livre, disponibilizando material para que eles desenhassem o que quisessem, constituindo também um momento de interação particular com as crianças. Isso incluía também conversas e perguntas que eu fazia a elas. Algumas dessas falas estão descritas também nessa dissertação.

A escolha por utilizar o nome real do projeto e do morro partiu do objetivo de melhor caracterizá-los e especificá-los. Todos os nomes dos participantes, no entanto, foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservá-los. Em relação à questões

éticas, formulei um termo de autorização para o fundador do projeto e perguntei a ele sobre a divulgação do local e do nome do projeto, ao que ele afirmou não se importar com essa divulgação. Assim, optei por fazê-lo, em minha opinião, dando mais autenticidade à narrativa.

CAPÍTULO I

Conhecendo o Projeto e o Morro da Boa Vista

Em dezembro de 2013 eu fui pela primeira vez ao Projeto Jovem de Jesus, a convite de Luís. Como referi, ele era aluno da oficina de Jiu Jitsu no CRIAA UFF e criador do projeto no Morro da Boa Vista, onde reside com sua família. Essa foi também a primeira vez que fui àquela localidade, localizado relativamente próximo a minha nova casa, no centro de Niterói.

Essa “relativa proximidade”, também foi relatada por Wacquant (2002 p.13) em sua pesquisa: *“um amigo levou-me ao gym da rua 63, somente a dois blocos (quarteirões) de minha casa, mas situado em outro planeta, por assim dizer”*. Isso porque, apesar da proximidade geográfica, existe uma “distância simbólica”, conforme aprofundarei adiante. Como chamou a atenção Velho (1978), *“o fato de duas pessoas pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes”* (p.124-125). Segundo o autor, isso se deve a uma questão de “distância social” e “psicológica”. Sendo o pesquisador membro da sociedade que está pesquisando, este deve considerar a questão do seu lugar nessa sociedade e das possibilidades de relativizar esse lugar, buscando pôr-se “no lugar do outro” (VELHO, 1978, p. 127).

O Projeto, conforme me falara Luís, havia sido iniciado há cerca de dois anos. Se tratava de uma parceria com o professor Carlos para dar aulas de Jiu Jitsu para as crianças e adolescentes da comunidade. O objetivo era tentar mantê-los afastados do envolvimento com o tráfico de drogas, bastante presente no local e entre os jovens da “comunidade”. Por essa proposta “preventiva” junto aos jovens e por sua localização, em uma localidade atravessada pela questão do tráfico de drogas, eu me interessei por conhecer o projeto.

Quando fui pela primeira vez no Morro da Boa Vista era um fim de tarde após a oficina de Jiu Jitsu no CRIAA-UFF. Eu fui de carona com o professor Carlos e outro colega, que chamarei de Antônio, que dirigia o carro. Além de nós três, havia mais um rapaz e uma moça, conhecidos do professor e de Antônio, que estavam indo também conhecer o projeto. Luís, como de costume, foi com sua moto. Nessa ocasião, as aulas tinham lugar no terraço de uma igreja², no meio de uma ladeira, mais acima da atual

2

sede do projeto.

Quando comecei a subir a ladeira, já cansada, fui alvo de “zooções³” por parte do professor e de Antônio, que me chamaram de *patricinha*⁴, que segundo eles nunca havia ido a uma favela, o que não era verdade. Subimos a ladeira até o local e fomos conhecer o projeto. Eu e os outros dois jovens assistimos ao treino, enquanto Carlos, Luís e Antônio ajudavam a conduzi-lo. Conforme dito anteriormente, Carlos era professor do projeto, sendo que Luís ajudava-o nas aulas, além dos alunos mais experientes convidados, como era o caso de Antônio. Mais tarde o professor João, filho da esposa de Luís, passou a assumir as aulas também.

O que primeiro me chamou a atenção, na ocasião, foi o aspecto caritativo do projeto, pois distribuíam um lanche para as crianças. Além disso, algumas delas vieram me perguntar se eu iria apadrinhá-las⁵, respondi que não, que estava lá para conhecer o projeto. Vi diversas crianças e adolescentes de várias idades, a maioria de pele parda ou negra. A esposa de Luís, que chamarei de Maria, estava ajudando e distribuindo os lanches para as crianças.

O rapaz e a moça que nos acompanharam para assistir o projeto também praticavam artes marciais. Em função disso, algumas crianças interagiram com eles nesse sentido, enquanto eu observava e conversava quando tinha oportunidade. Havia uns bancos de madeira, onde estávamos sentados, enquanto o treino ocorria no tatame à frente. Ao apresentar o espaço, Luís me disse que o projeto mudaria de sede, para um espaço maior. Este teria sido cedido por outra igreja, uma igreja batista, no local onde costumava funcionar uma organização chamada “Reencontro”, atualmente um tanto

Essa era a igreja da qual Luis fazia parte como presbítero, uma pequena igreja evangélica.

³ Zoação: termo que designa fazer graça de alguém, zombar. Em inglês, seria o equivalente ao verbo “mocking”.

⁴ Patricinha, termo que significa, segundo dicionário online: Menina, adolescente ou jovem que se veste de maneira apurada, se preocupa com a elegância e procura estar em locais da moda. (Etm. patricia + inha) (<http://www.dicio.com.br/patricinha>). Segundo meu entendimento, também é utilizado para designar pessoas de classes sociais abastadas, ricas, esnobes, que tem frescuras.

⁵ Essa questão do “apadrinhamento”, é comum em contextos institucionais que contenham crianças com poucas condições econômicas, sendo prática comum em projetos sociais e abrigos no Brasil. Consiste em que uma família ou pessoa que tenha desejo e condições financeiras ajude a criança com alguma de suas necessidades, seja econômica ou afetiva, levando-a para passear ou para passar feriados, dando-lhe presentes, comprando coisas de que necessite, custeando despedas, etc. Nos últimos dias em que fui ao projeto, em março de 2015, fiquei sabendo que algumas crianças do projeto seriam apadrinhadas, por conhecidos de João e Luís que trabalhavam na UFF. Esses padrinhos escolheriam as crianças que queriam apadrinhar por uma ficha, se responsabilizando por custear seus campeonatos e quimono.

abandonada.

1.1 A sede

Segundo vim a saber mais tarde, essa organização Reencontro (Organização Assistencial Reencontro Obras Sociais e Educacionais), foi fundada pelo pastor batista Nilson Fanini. Pesquisando, soube através do Wikipedia⁶ que Nilson “*Foi pastor durante 41 anos da Primeira Igreja Batista de Niterói (PIBN) e era uns dos líderes evangélicos brasileiros mais influente dos últimos 25 anos do século XX, tendo sido proprietário da TV Rio*”. Além disso, Nilson teria sido homenageado com os títulos de Cidadão Niteroiense (1971), Cidadão Fluminense (1973), Cidadão Emérito do Estado do Rio de Janeiro (conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 1977), dentre outras homenagens (http://pt.wikipedia.org/wiki/Nilson_Fanini Acesso em: 7 de janeiro de 2015).



Imagem 1. Prédio sede do Projeto Jovem de Jesus

Segundo informações de Luís, a organização Reencontro funcionava recebendo dinheiro também de doações do exterior, tendo parado de receber em função de

⁶ O site de informações “Wikipedia”, consiste em um tipo de enciclopédia online, na qual pode-se encontrar informações sobre todo tipo de assuntos, porém com conteúdo nem sempre confiável, devido ao fato de ser uma página aberta a edições do público em geral. Assim, deve-se buscar discernimento sobre o que pode ser informação fidedigna. No meu caso, utilizei informações sobre as quais eu já tinha algum conhecimento.

“desvios”. Ainda segundo o Wikipedia, consta que a posição do Pastor Nilson na Igreja Batista teria sido severamente enfraquecida a partir de 2004, após denúncias a respeito do desaparecimento de 1,6 milhões de dólares destinados a construção de uma nova sede da igreja. Uma crise interna se instalou na igreja, que designou uma comissão para investigar o caso.

Embora tanto a Justiça quanto a própria igreja tenham inocentado Fanini das acusações de má-fé e desvio de dinheiro, sua posição na igreja foi severamente enfraquecida. Embora seu afastamento tenha sido descartado em uma assembléia geral da própria igreja, ele perdeu apoio tanto da administração quanto de antigos aliados. Citando problemas de saúde, em 8 de março de 2005 Fanini anunciou sua aposentadoria. Mesmo sem a conclusão do processo judicial, a igreja em assembleia votou por suspender todos os benefícios pleiteados pelo pastor (WIKIPEDIA, 2014, http://pt.wikipedia.org/wiki/Nilson_Fanini, Acesso em: 7 de janeiro de 2015).”

A partir dessas informações é possível compreender um pouco do que estava por trás do atual estado da sede da organização Reencontro, cedida para a utilização do Projeto Jovem de Jesus. Na segunda vez que fui ao projeto, em novembro de 2013, já pude conhecer essa nova sede. Localizada em um complexo onde durante o dia funcionava uma creche⁷, possuindo uma quadra de esportes e uma pequena pracinha ao lado, o projeto passou a usufruir de algumas salas. Em uma dessas salas foi colocado o *tatame*⁸ e se organizou a sala do treino. Consistindo em peças de “tapetes” estofados, como os colchonetes utilizados para prática de ginástica, o tatame era montado com essas peças, coberto por uma lona onde se via o slogan de um evento chamado “Favela Kombat⁹ MMA¹⁰”.

A guarda de materiais como os *quimonos*¹¹ foi organizada em um armário em outra sala, onde alguns participantes iam para se trocar. No início, uma primeira sala

⁷ Essa creche funcionou no local durante a maior parte de minha pesquisa, durante o dia, tendo parado de funcionar nos últimos meses, segundo informações que recebi no projeto, devido à falta de verba.

⁸ Tatame é o nome de um tipo de tapete específico em que se praticam artes marciais, como o jiu jitsu, judô, etc. Ele serve para amortecer as quedas e delimita o espaço de treino, não devendo ser ultrapassado. No dicionário Aurélio: Do japonês, tatami. 2. Esteira sobre a qual se pratica o judô.

⁹ Favela Kombat MMA, de acordo com descrição de sua página na rede social Facebook, trata-se de “Projeto beneficente cujo o objetivo é levar o esporte e lazer para dentro das comunidades carentes, acreditando que podemos tirar muita gente do mundo da perdição. O FKMMMA existe desde 2012”. Fonte: (<<https://www.facebook.com/favelakombat>>) Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

¹⁰ MMA é uma sigla que significa “Mixed Martial Arts”, em português, Artes Marciais Mistas, consistindo em um tipo de luta em que se misturam diversas artes marciais.

¹¹ Traje de estilo oriental, utilizado na prática do Jiu Jitsu e outras artes marciais.

também era utilizada para guardar doações. As demais salas, encontravam-se vazias, uma delas com estantes de livros, porém não sendo utilizadas.

O espaço onde funcionava o projeto era composto de algumas salas, um pequeno banheiro e uma cozinha ao fundo, com um refeitório cheio de pequenas mesas e cadeiras. Estas últimas ficavam empilhadas em um canto, após utilizadas pelas crianças da creche, quando esta ainda funcionava. Com algumas de suas paredes pintadas de azul, como era o caso da sala de treino, o prédio aparentava um certo descuido. Paredes descascadas e algumas salas abandonadas, com velhos materiais que incluíam livros, uma velha cadeira de dentista, dentre outros. Esses objetos eram espectros do que restara da organização Reencontro.

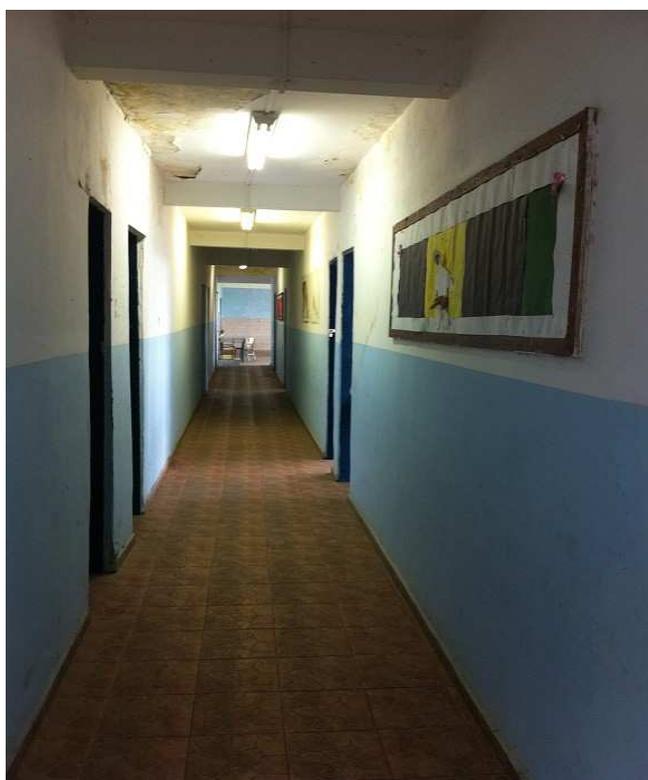


Imagem 2: Corredor do projeto.



Imagem 3: Sala de treinos do projeto.

1.2 Caridade e Filantropia

Conforme sugere Pires (2010), existem algumas distinções entre o conceito de caridade e filantropia. A caridade, historicamente tem sido associada à motivação de compaixão e amor ao próximo ou a uma causa, podendo partir de uma pessoa ou de um grupo, mobilizando ou não valores pecuniários. Já a filantropia, é um tipo de beneficência planejada socialmente, associada geralmente a algum projeto de desenvolvimento e mudança social, tendo muitas vezes o objetivo de preencher lacunas onde há omissão do poder público. Nesse sentido, a filantropia pode ser considerada como tendo uma essência comprometida com valores mais amplos da sociedade, enquanto a caridade parece se refletir mais como uma prática moral, que enseja a mobilização de valores individuais ou de um grupo.

Pensando nesses conceitos, suas aproximações e diferenciações, analiso que o Projeto Jovem de Jesus se encontrava entre os dois, tanto como caridade quanto filantropia. Parece ter tido, inicialmente, uma motivação caritativa, embalada por uma moral religiosa e desejosa por “ajudar os jovens”, prevenindo seu envolvimento com a criminalidade e dando-lhes a oportunidade de praticar o Jiu Jitsu. Uma vez viabilizado, tornou-se um projeto de mudança social, visando preencher lacunas do poder público no Morro da Boa Vista, onde parecia haver uma ausência de investimentos do Estado na promoção de desenvolvimento e mudança social.

Valladares (2005) aponta que algumas favelas passaram a receber uma maior

visibilidade e investimentos diversos, favelas bastante populosas e famosas como o "complexo do alemão" (complexo de favelas), a favela da Rocinha, o morro do Vidigal, etc., conhecidos até para quem não é do estado ou mesmo do país, pois aparecem muito na mídia e até nos roteiros turísticos. Algumas dessas favelas tem se tornado, inclusive, alvo da especulação imobiliária, com aumento no valor dos aluguéis e criação de estabelecimentos como albergues e hotéis nesses locais.

No entanto, apesar de algumas favelas cariocas (estendendo o termo à região metropolitana) receberem mais investimentos públicos e privados e terem desenvolvido um comércio e estabelecimentos semelhantes ao do restante da cidade, nem todas as favelas tem esse perfil, com tantos "laços positivos com a globalização" como refere Valladares (2005) sobre suas pesquisas na Rocinha. O Morro da Boa Vista (apesar de ter localizado nele um ponto turístico da cidade de Niterói, a igreja de São Lourenço dos Índios¹²), como tantas outras favelas ainda "esquecidas", não possui grandes estabelecimentos comerciais nem grandes investimentos, seja do estado ou privados, em projetos sociais e ONGs, até onde fiquei sabendo e pude observar em minha pesquisa, sendo o projeto iniciativa dos próprios moradores.

Ao mesmo tempo que era um projeto comprometido com valores mais amplos da sociedade (a mudança social, prevenção da criminalidade entre jovens), e que visava a mudança social, não deixava de ter uma influência caritativa. Assim, o projeto constituía-se também em uma prática moral que visava mobilizar valores individuais e de grupo, o que podia ser percebido pela influência religiosa no projeto e na visão do Jiu Jitsu como uma prática disciplinadora dos corpos e comportamentos.

Tavares (2009), observa que o termo "projeto social", frequentemente empregado para se referir a programas de governo (voltados às áreas da saúde, da segurança e da educação), passou por uma mudança a partir das décadas de 50 a 70, no Brasil. Nessa época, diante de sérias dificuldades governamentais em atender a questões sociais, se iniciou um movimento de organização da sociedade para atender a essas questões.

¹² A Igreja de São Lourenço dos Índios, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN) em 1948 e pela Prefeitura em 1992, é considerada o monumento de fundação da cidade de Niterói. "Sua origem está relacionada ao assentamento indígena construído nas terras doadas ao chefe temiminó Araribóia, em 16 de março de 1568, pela ajuda prestada aos portugueses na expulsão dos franceses". Fonte: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/igreja-de-sao-lourenco-dos-indios>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

Segundo a autora, por volta dos anos 80 e 90 esse movimento se intensificou e passou a tomar corpo, com o fortalecimento e desenvolvimento de associações, organizações não governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas. Estas entidades tanto se colocam ao lado dos poderes institucionais, procurando auxiliar na execução das políticas públicas por eles traçadas, como também desenvolvem seus próprios projetos sociais. Estes últimos, em geral, voltados para as áreas mais carentes da sociedade, podendo receber apoio financeiro de empresas incentivadas por esse movimento de responsabilidade social (TAVARES, 2009).

Até o momento da conclusão de meu trabalho de campo, o Projeto Jovem de Jesus contava com poucos recursos. Não recebia mais do que esparsos patrocínios para confecção de camisetas e, ocasionalmente, algum modesto apoio financeiro da igreja da qual faziam parte o fundador do projeto, sua esposa e outros participantes. Luís, por sua vez, me relatou que não desejava vincular o nome do projeto à igreja, nem a apoios políticos¹³.

Segundo Luís e sua esposa, existiam iniciativas na comunidade que eram implantadas próximo à época das eleições, para arrecadar votos, e que depois terminavam. Iniciativas como aulas de futebol e capoeira, que inclusive passaram a ocorrer na quadra externa do complexo onde o projeto funciona. Eles criticavam não o fato de ter essas aulas para os jovens, mas sim de surgirem e depois terminarem, regidas por interesses eleitoreiros.

Conforme Valladares (2005), a visão clientelista de diversos políticos que vêm nas favelas oportunidades eleitoreiras já existe há várias décadas no Brasil. Porém, a ideia de fazer promessas e iniciativas visando votos e nem sempre mantendo-as já é compreendida e criticada pelos moradores, ao menos alguns deles, como demonstram Luís e sua esposa.

Preferindo manter o projeto independente, Luís afirmava que tudo o que faziam era “*para as crianças*”. Já há algum tempo, ele procurava oficializar o projeto como ONG, para poder receber apoio financeiro de empresas, o que exige um trâmite burocrático e o trabalho especializado de um advogado, implicando também em um custo financeiro.

¹³ Apesar do projeto ter uma forte influência religiosa, Luís me relatou que não desejava vincular o projeto ao nome da igreja da qual fazia parte, nem submeter-se a apoios político-partidários.

Apesar das limitações financeiras, o projeto conseguia manter seu espaço físico, no local a ele cedido. Adquiriu seu próprio *tatame* e pôde implementar melhorias como pintura e conserto de ventiladores, além de prover água e salgadinhos para os participantes, como também os *quimonos* para praticarem o Jiu Jitsu. Pelo que pude entender, apesar de receber algumas doações, o projeto se mantinha principalmente com o esforço e investimento de Luís.

Luís financiava a confecção de diversos objetos com logotipos do projeto, desde slogans para costurar nos quimonos, banners, adesivos, camisetas, dentre outros¹⁴. Nesse sentido, a reflexão de Douglas (1979, *apud* Oliven e Pinheiro-Machado, 2007) de que os objetos atuam na cultura como “pontes ou cercas” nas relações sociais, incluindo ou excluindo indivíduos, parece pertinente nesse contexto. A marca impressa nos objetos denota o pertencimento das pessoas a esse grupo, bem como a implícita propaganda do projeto e de seus ideais. Os desenhos contidos nos logotipos podem ser analisados como símbolos do projeto, por exemplo, sua motivação religiosa, conforme a imagem abaixo.



Imagem 4: Adesivo do projeto.

Nessa imagem, adesivo do projeto, é possível reconhecer alguns símbolos típicos da religião cristã, como o nome Jesus, formando uma pomba, que “Na mitologia judaico-cristã, representa o Espírito Santo, na Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), simboliza paz, pureza, simplicidade, harmonia, esperança e felicidade

¹⁴ Alguns desses objetos, como as camisetas, eram vendidos para arrecadar fundos para o projeto.

reencontrada. É frequentemente representada carregando um ramo de oliveira” (Fonte: Dicionário de símbolos). Além do ramo de oliveira, também é possível ver uma cruz, símbolo da crucificação de Cristo.

Essas características demonstravam os traços empreendedores que possuía Luís, mesmo com poucos recursos, expressando esteticamente por meio de uma “marca”, uma identidade. Através da impressão dessa marca, Luís pretendia disseminar os ideais do projeto, dentro dos quais propunha um conjunto de regras de controle e conduta, também através do esporte.

Esse empreendedorismo também pode ser compreendido como um “empreendedorismo moral”, categoria de Becker (2008), quando analisamos diversos traços e objetivos que possuía Luís, no sentido de querer “controlar” os jovens para ajudá-los. Segundo Becker (2008), as pessoas que tem a iniciativa da criação de regras podem ser pensadas como “empreendedores morais”, dentre os quais o autor descreve um protótipo, que chama de “reformador cruzado”. O reformador cruzado, seria então alguém que está interessado no conteúdo das regras, cuja melhora, segundo ele, seria necessária para melhorar o mundo, vendo sua missão como sagrada.

O reformador cruzado pode ser visto como um intrometido, interessado em impor sua própria moral sobre os outros, porém, segundo o autor, muitos deles têm fortes motivações humanitárias. Assim, ele não estaria interessado em que as pessoas fizessem algo apenas porque ele acha certo, mas sim porque acredita que se fizerem será melhor para elas mesmas, como parece ser o caso de Luís, que só quer “o melhor para as crianças”. O que começa como um interesse por uma questão moral, nesse caso, pode se tornar um trabalho em tempo integral (Becker, 2008).

No caso de Luís, a forma como esse controle se evidenciava vai ser melhor explicada mais adiante, como por exemplo, por meio do objetivo expresso de “tirar os jovens da rua” e mantê-los fora da rua também, para que não se envolvessem em atividades consideradas por ele como inadequadas, visão compartilhada por outros participantes e envolvidos no projeto. Além disso, Luís apresentava outros traços de “empreendedorismo moral” com a intenção de preservar os jovens, como a preocupação de com quem e com que idade as meninas do Morro se envolviam afetivamente, como será descrito adiante.

1.3 Primeiras aproximações

Em minhas primeiras visitas ao projeto, minha interação com os participantes não era muito grande. Eu observava os treinos, trocava algumas palavras e fazia perguntas aos professores e jovens. Principalmente nos intervalos e momentos de descanso nos treinos, ocasião em que alguns se sentavam ao meu lado. Um dos primeiros movimentos de aproximação dos jovens para comigo era pedir que eu segurasse seus pertences pessoais não permitidos no treino. Por exemplo celulares, brincos (tanto meninos, quanto meninas), pulseiras, correntes, entre outros. Alguns também me cumprimentavam no início ou ao final dos treinos.

Outro movimento, por parte das meninas, era de pedir que eu prendesse seus cabelos. E eu lhes ajudava com prazer. Em um desses momentos, uma menina que me observava comentou: “*você é muito carinhosa*”. Meses mais tarde essa menina, que chamarei de Ana, veio a ser uma de minhas principais ajudantes no Jiu Jitsu, conforme descrevo no subcapítulo “o início da observação participante”.

1.4 Caminhos

Aos poucos, eu fui me ambientado geograficamente ao Morro, descobrindo diferentes caminhos e aprendendo a chegar no projeto sozinha. Foram diferentes trajetos, feitos com algumas variações de transporte, de ônibus, a pé, de carona ou de moto táxi, e que fui alternando ao longo do tempo, dependendo de alguns fatores como companhia, o mais adequado para subir e descer sozinha, dentre outros.

O primeiro caminho, após as caronas de Antônio terem diminuído, em decorrência da paralização do CRIAA, era o que eu fazia na companhia do professor Carlos. Nós descíamos, cada um de seu ônibus, e nos encontrávamos em frente a uma igreja; uma grande igreja católica devotada a São Lourenço¹⁵, para juntos subirmos o morro. Era uma subida bastante exaustiva e íngreme, principalmente nos dias quentes do horário de verão, nos quais o fim de tarde e início da noite ainda estavam com sol.

¹⁵São Lourenço é um bairro de grande importância para a história da cidade de Niterói. Foi o local onde a cidade foi fundada pelo chefe da tribo indígena temiminó, Arariboia, em 22 de novembro de 1573. Por ter apoiado os portugueses na expulsão dos franceses, o chefe Índio ganhou uma sesmária nas terras onde seria erguida a cidade de Niterói. No bairro, localizada já na subida do Morro da Boa Vista, está a mais antiga igreja da cidade, a Igreja de São Lourenço dos Índios, na qual existe a tradição de se comemorar, todos os anos, com missa nesta igreja, o aniversário de fundação de Niterói. O seu altar – com estrutura quase toda em pau-brasil – e o seu psico são ainda originais da época da construção. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_%28Niter%C3%B3i%29. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

Para não depender da companhia do professor, que às vezes tinha que faltar, fui aprendendo a fazer esse mesmo caminho sozinha. Seguindo reto pela rua da igreja de São Lourenço, passava duas quadras e um cruzamento e seguia até uma rua à esquerda que dava na subida do morro, à direita dessa rua. No caminho, com o tempo, foram se tornando familiares algumas casas, bares e um pequeno mercadinho.

A dica do professor era subir fazendo “zigue e zague”, de um lado para outro. Segundo ele tinha lido era o modo mais fácil utilizado por uma tribo no Peru, que habita as montanhas. Por esse mesmo caminho eu ia e voltava do Projeto; porém, um dia me alertaram que era melhor não fazê-lo por dois motivos. Um deles é que os traficantes montavam a “boca” naquele local. Muito embora eu nunca tenha reparado na presença deles, pois ficavam mais em alguns becos, longe da visibilidade da polícia, eles provavelmente reparavam na minha presença por lá, como me disse uma vez um participante do projeto: *“mas eles te vêem!”*.

Essa questão de minha visibilidade no Morro tem a ver com uma certa “onipresença” dos traficantes, que estariam sempre vigiando, a fim de protegerem seu território de invasões, seja da polícia ou de facções rivais. Para isso, eles também tem que ter um controle de quem entra no Morro. Considerando a geografia do Morro, posso pensar que ter essa visibilidade de quem entra e circula pelo local se torna mais fácil, sendo possível uma melhor visão de alguns pontos mais altos. Apesar de nunca ter sido abordada diretamente por eles, ouvi relatos de homens que já foram abordados, como foi o caso de Junior¹⁶, que morava no pé do Morro e me ajudou na pesquisa. Essa abordagem, pode ser um tanto ríspida, com os traficantes ostentando armas, perguntando quem você é, como me foi relatado. Por esse motivo, nos primeiros meses de pesquisa senti um certo temor em relação a isso, imaginando que um dia poderia acontecer comigo, mas, como relatei, nunca aconteceu.

O outro motivo é que havia um trajeto, do outro lado, que seria mais fácil e próximo ao projeto, com uma subida menor. Nesse novo caminho, na descida do projeto até o fim do morro, estava localizada a casa de Maria e Luís. Ao lado, um outro morro, dominado por uma facção diferente, o Morro do Juca Branco, fazia divisa; o que poderia ser o problema desse caminho, caso houvesse uma troca de tiros entre as

¹⁶ Conheci Junior por ser aluno de meu orientador na UFF. Ao ficar sabendo que eu realizava essa pesquisa, se ofereceu para me ajudar a me orientar pelo Morro, como alguém que conhecia a área por morar próximo a ela.

facções, porém nunca presenciei isso, o que fez com que eu escolhesse fazer esse caminho por um bom tempo.

Pegando um ônibus na avenida Visconde do Rio Branco ou então na avenida próxima a minha casa, Marquês de Paraná, geralmente na Visconde do Rio Branco, ía com ele até a Alameda São Boaventura¹⁷, uma das principais avenidas de Niterói. De lá, eu descia do ônibus no primeiro ponto da Alameda e me encaminhava até a Rua Magnólia Brasil, na qual andava até sua segunda bifurcação à direita, subida do Morro da Boa Vista.

Entrando à direita na subida do Morro eu encontrava uma rua íngreme, na qual havia uma rua asfaltada, uma escadaria de pedras, e em ambos os lados algumas casas. Na esquina, antes da subida do Morro, havia um bar, seguido por uma escola de samba, chamada “Magnólia Brasil”. A escada tornava a subida íngreme um pouco mais fácil, mas após subi-la havia mais subida pela frente, dessa vez apenas pela rua. Mais algumas casas de ambos os lados e um bar do lado direito. Chegando nesse ponto, geralmente já me encontrava exaurida pela subida, tendo que subir ainda mais um pouco até dobrar à esquerda e chegar na esquina onde ficava a sede do Projeto.

Ainda no caminho do Projeto, me deparava com a vista que honra o nome do Morro, à direita, uma bela vista da Baía de Guanabara, das vias movimentadas, morros, e da igreja católica de São Lourenço. Dependendo do horário e da estação, esse cenário era acompanhado pelas cores do pôr do sol, ou já à noite, pelas luzes da cidade. Em ambos os casos a vista era deslumbrante. Esse visual podia ser visto desse caminho ou do primeiro caminho que eu fazia, com o professor e depois sozinha, sendo esse ponto o ponto comum entre os dois caminhos, um de um lado e outro de outro.

¹⁷A Alameda São Boaventura é uma avenida longa, localizada entre os bairros São Lourenço e Fonseca (por onde também se estende o Morro da Boa Vista, embora seja considerado oficialmente parte do bairro de São Lourenço) e composta de duas pistas divididas por um corredor de ônibus e alguns canteiros.



Imagem 5: Vista do Morro durante a noite. Foto tirada por Carolina Herlle. No centro da imagem, é possível ver a Igreja de São Lourenço.

Principalmente à noite, fora do horário de verão, diversas vezes eu subia um Morro que parecia um cenário de faroeste: deserto, com barulho de “Sinos dos ventos”¹⁸ balançando com o vento. Nessas ocasiões muitas vezes me perguntava, será que tem projeto hoje? Será que eles estão lá? O que denotava a impressão de que o projeto constituía de certa forma uma ilha, uma realidade a parte dentro do Morro. Essa percepção também foi descrita por Wacquant (2002), quando define o salão de boxe que pesquisou como “uma ilha de ordem e virtude”, que apresentava “uma relação de oposição simbiótica com o gueto que o rodeia e encerra”, “se opondo à rua como a ordem à desordem” (WACQUANT, 2002, p.76).

Outras vezes, eu observava uma movimentação diferente, alguns *meninos* do tráfico parados em pontos estratégicos ou no meio da rua, o que me levava a indagar o que estaria acontecendo. Com o tempo eu me acostumei e poucas vezes senti medo. Uma das vezes em que isso aconteceu foi em uma ocasião em que eu me preparava para ir embora sozinha e um dos professores me disse, de forma séria, “*não estou tranquilo de você ir embora sozinha... qualquer coisa volta correndo pra cá*”. Essa ideia de ter

¹⁸ Objeto decorativo que consiste em uma base de onde se pendura um fio com objetos que com o vento se chocam, fazendo um barulho peculiar, semelhante ao de sinos.

que “voltar correndo pra lá” me trouxe um pouco de medo. Afinal, se acontecesse algo realmente, me encontraria exposta no caminho. Entretanto, nunca me ocorreu nenhum problema.

No caminho de volta, geralmente descia acompanhada por algum ou alguns dos adolescentes do “treino dos maiores”, que me “escoltavam” até o ponto de ônibus. Algumas vezes também ganhei uma carona de moto de Luís, que me levava pelo outro lado, mais próximo da minha casa. A sensação de descer o morro de moto era algo diferente para mim. Primeiro por não ser acostumada a andar de moto, o que ocasionava uma percepção geográfica muito diferente dos outros meios de transporte ou de andar a pé; segundo, pela descida íngreme do morro. Contudo, ele descia a ladeira com a moto engrenada e o frio na barriga não chegava a incomodar.

Nos caminhos que levam ao projeto era possível ver que os estabelecimentos mais presentes nessa comunidade eram pequenos bares e igrejas¹⁹. No barranco de onde se pode ver a vista da cidade era comum ver um pouco de lixo e às vezes alguns animais, como porcos e cabras. Cães também circulavam pelas ruas, mas ver um grande porco preto passeando pelo morro (uma vez vi um porco manco descendo o morro), por exemplo, fazia da composição desse cenário algo diferente das outras partes da cidade pelas quais eu estava acostumada a circular.

Além desses caminhos, também houveram algumas tentativas de variações, como ao invés de pegar ônibus, ir direto de minha casa, pela mesma subida que fazia no início. Eu também já havia subido pelo meio do Morro, acompanhada de Junior, porém, apesar de ser um caminho direto de minha casa, durante a maior parte da pesquisa eu não havia feito-o sozinha, por significar passar por alguns traficantes no caminho.

No dia 30 de janeiro de 2015, quando já havia mais de um ano indo no Morro da Boa Vista, subi o mesmo por esse caminho direto de minha casa, sozinha, de uma das maneiras mais nativas possíveis: utilizando *moto táxi*²⁰. Fui a pé de minha casa até a

¹⁹ Como também refere Wacquant (2002) a respeito do gueto norte-americano, em que “as instituições dominantes são as igrejas e os botequins” (p. 38).

²⁰ O “moto taxi”, comum nas proximidades de morros e favelas, além de outros locais, funciona como um “taxi”, porém em uma moto, facilitando o acesso dos moradores. Tem a vantagem de ter um preço mais barato que os táxis tradicionais, em geral um preço fixo, diferentemente dos carros, que funcionam na modalidade de cobrança por quilômetros rodados. Além disso, pode servir também para transporte e entrega de pequenas cargas, na modalidade de “moto boy”, podendo servir inclusive para entregas relativas ao tráfico de drogas, quando um usuário não quer entrar na favela.

Rua Indígena, e estando com uma sacola cheia e um guarda-chuva naquele dia, resolvi pegar pela primeira vez o moto táxi. Andar de moto, como referi, era um pouco estranho para mim, chegando a me dar um pouco de medo quando em velocidade alta. Só não fui tão *nativa* a ponto de “pedir carona para descer”, como me sugeriu um menino do projeto. “*Eu não pago não, eu peço carona pra descer*”, disse ele. Porém, os R\$ 2,50 cobrados pelo moto taxista me pareceram justos.

Refletindo sobre todos os diferentes caminhos que percorri para chegar ao projeto, é possível pensar nesses caminhos como uma metáfora de minha inserção no campo. Primeiramente, com um maior distanciamento, chegando no Morro de carro, acompanhada pelo professor Carlos e Antônio. Foram as primeiras idas ao projeto, sendo em uma ocasião apresentados aos traficantes, explicando que íamos no projeto, quando abordaram o carro. Após essa apresentação, nunca mais tive contato direto com eles, apesar de “eles me verem”, como me foi dito, e de eu passar por eles algumas vezes.

Após as caronas, período de primeiro contato com o campo, passei a subir na companhia do professor Carlos, andando, pelo mesmo caminho. Eu ainda não conhecia o caminho e não sentia segurança para ir sozinha, dependendo da presença do professor. Porém, ao longo do tempo, havia alguns dias em que o professor não podia ir, o que me fez querer aprender o caminho e começar a ir sozinha. Comecei indo pelo mesmo caminho que fazia com o professor, sendo às vezes chegando até essa subida de ônibus, e às vezes andando desde minha casa, subindo e descendo pelo mesmo caminho. Assim, esses primeiros caminhos e mudanças simbolizam minha entrada no campo, primeiro de carro, depois acompanhada e por fim, começando a sentir segurança para ir sozinha.

Esse caminho era de certa forma “externo”, pois não passava pelo centro do morro, mas pela lateral. Porém, conforme descrevo, aos poucos fui desencorajada a fazê-lo, pois, apesar de eu nunca ter reparado, os traficantes montavam a boca à noite nesse caminho. Aí a mudança de trajeto passa por um dos motivos que fazem parte da vida no Morro, a presença da boca de fumo e dos traficantes. Assim, passei a ir pelo caminho da rua Magnólia Brasil, passando por outro risco, o de confrontos com a facção rival, do Morro vizinho. Apesar de também nunca ter presenciado esses confrontos, eles permeavam o imaginário, como no caso das histórias que ouvi de dois participantes do projeto que faziam essa travessia até o Morro Juca Branco, já tendo sido ameaçados

pelos traficantes desse local por transitarem entre os dois morros.

Por fim, o último caminho que fiz, sozinha pelo meio do Morro, direto de minha casa, demonstra uma maior familiarização com o campo. Era o caminho mais próximo de minha casa, mas que eu evitava por passar por alguns traficantes. Apesar disso, na volta continuava fazendo o outro caminho, pois os próprios participantes do projeto e moradores do Morro não recomendavam que eu o fizesse sozinha a noite. Um exemplo disso foi de um diálogo de algumas meninas, quando uma delas me falou para descer com elas, por esse caminho, ao que a outra disse “ela não desce por aqui, é perigoso”. Quando a outra disse que não era, ela retrucou “é sim, por que os bandidos ficam tudo lá”. Considerei essa fala como uma tentativa de me proteger, ao mesmo tempo demarcando que eu continuava sendo alguém de fora, que necessitava dessa proteção.

Assim, por diferentes caminhos, fui me ambientando e me familiarizando com esse Morro, tão próximo de minha casa, e ao mesmo tempo tão distante de minha realidade. Ao longo de toda a pesquisa, não tive nenhum problema em relação a minha segurança, apesar de saber que me arrisquei em alguns momentos, tentei ao máximo desnaturalizar um perigo que para os moradores, muitas vezes não passava de exagero. Apesar disso, também não me tornei “nativa”, pois continuei sendo alvo de preocupação e proteção dos meus interlocutores, em relação à presença dos traficantes.



Imagem 6: Essa primeira imagem, mostra os primeiros trajetos que fiz até o Morro da Boa Vista, a partir de minha casa, sendo o trajeto em verde a partir do centro da cidade, o qual eu percorria de ônibus até a Igreja de São Lourenço, seguindo caminhando até o Projeto. O trajeto em vermelho representa um trajeto parecido, porém caminhando desde minha casa e não passando pela Igreja. Retirado de: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.



Imagem 7: Essa segunda imagem mostra o trajeto que vai da Avenida Alameda, pontilhada em vermelho, passando pela Rua Magnólia Brasil, subindo o Morro próximo à divisa com o Morro do Juca Branco, visível na imagem, até o local do Projeto. Retirado de: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

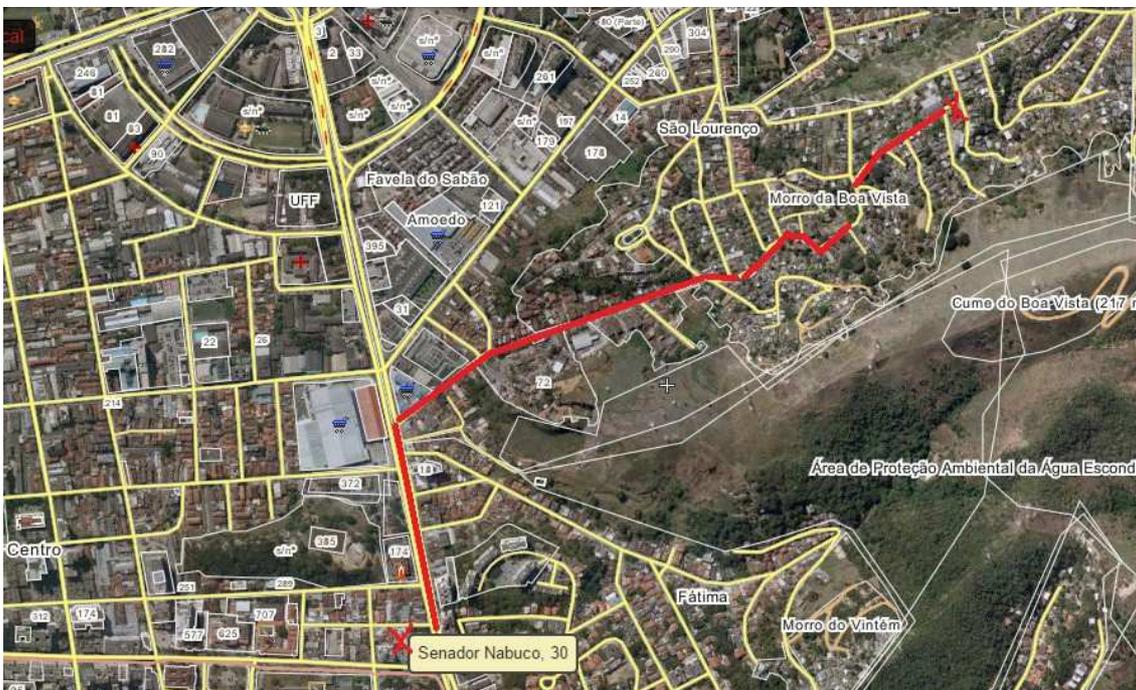


Imagem 8: Por fim, essa última imagem mostra o trajeto à pé de minha casa até o Projeto, passando por dentro do Morro da Boa Vista. Retirado de: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

1.5 *Você mora no morro?*

Em minha segunda visita ao projeto, também mediante carona de Antônio e do professor Carlos, sentei-me na lateral do tatame, como de costume, para observar o treino. Uma menina veio me perguntar: “*você mora no morro?*”. Antes que eu respondesse, outra menina, Ana, lhe respondeu: “ela é muito educada, ela não mora no morro, não mora em *favela* como a gente, ela mora em *apartamento*”. Após essa fala, passei a analisar diferentes atribuições que eram explicitadas pelas crianças no uso das categorias “favela”, “morro” e “apartamento”. A palavra “favela”, dita em tom pejorativo, e “apartamento”, em tom de admiração.

Segundo elas, conforme testemunhei em várias oportunidades, quem mora no morro, na favela, não é tão educado quanto quem mora fora dela, em apartamento. A existência dessa crença, acrescida à ideia de distanciamento entre o “morro” e a parte “de baixo”, também é demonstrada em outras falas, mesmo dos adultos, ressaltando a existência desse distanciamento simbólico.

Quando falei, no início do texto, que o Morro se localizava “relativamente” próximo a minha casa, foi por uma reflexão de que, de fato, apesar da dificuldade de acesso, em se tratando de um morro, uma de suas entradas se localizava geograficamente próxima, distando de 5 a 10 minutos, a pé, de minha casa. Porém, sua relativa distância vai além do espaço geográfico, explicitada por exemplo na fala recorrente de Maria, quando dizia que alguém “foi a Niterói”, se referindo ao centro da cidade, da qual o Morro da Boa Vista também é parte. Como também em outras falas, no que se refere à distância do morro e das áreas fora dele, “lá em baixo”, termo que eles costumavam utilizar.

Junto a essa percepção, acrescenta-se a questão da periculosidade, real ou imaginária, percebida por exemplo na fala de taxistas que não recomendam a entrada no Morro, ou mesmo na dos próprios moradores. Essas representações estão ligadas à ocorrência de trocas de tiros, tanto de traficantes com a polícia, quanto entre membros de grupos rivais que comercializam drogas. Mas também, e principalmente, às representações de pessoas de fora, como é o meu caso, em relação à presença dos traficantes e da existência de uma “boca de fumo”, local onde vendem as drogas. Nesse sentido, essa dimensão da percepção do perigo e sua representação tanto entre os moradores, como de pessoas que vivem fora do Morro, a respeito do que se passa nele,

fizeram parte do contexto de interesse da pesquisa, bem como do que vivenciei como alguém que transitava por aquele espaço. Essas percepções serão melhor exploradas mais adiante.

1.6 *Morro x favela x bairro x comunidade*

Conforme dito anteriormente, meus interlocutores demonstraram preferir se referir ao local onde moravam como “morro”. Neste aspecto, se referem ao seu lugar de moradia como a acepção de um “lugar”, no qual se estabelecem vínculos, afetos e se constroem mesmo aspectos identitários no meio urbano. Mas esses mesmos atores se referem ao mesmo espaço como “favela” quando querem falar de uma maneira pejorativa (por exemplo, na fala anterior, “ela não mora em *favela* como a gente”). Apesar do termo “morro” ser utilizado algumas vezes como sinônimo de “favela”, existem diferenças a serem consideradas.

Primeiro, nem todo morro é uma favela, e nem toda favela se localiza em um morro. Como contei no início desse capítulo, o bairro de onde venho se chama Morro do Espelho. Em termos morfológicos, se trata de um morro; porém, não de uma favela. Há localidades no Rio de Janeiro que são morros, mas não são favela. Os bairros do Cosme Velho e da Joatinga, na zona sul da cidade, são exemplos notórios. Prosaico é o caso do elegante e elevado bairro de Santa Tereza, cujos moradores se referem discursivamente enquanto moradores de “Santa”. Inclusive, há localidades no bairro de Santa Tereza que estão localizadas em áreas um pouco mais elevadas, e nas quais vivem pessoas mais humildes. Estas sim são chamadas de “Morro”, podendo se derivar em “Favela”, como são os casos dos morros (ou favelas) do Turano ou da Formiga. Assim, no caso da geografia da cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana, como é o caso de Niterói, as favelas muitas vezes foram se desenvolvendo nos morros.

Conforme chama a atenção Valladares (2005), existe no Rio uma associação entre os termos “favela” e “morro” desde o início do século XX, época do surgimento das primeiras favelas, sendo as duas denominações utilizadas como sinônimo há muito tempo. É comum, por exemplo, ouvir a frase “subir à favela”. Outro exemplo encontrei em uma reportagem recente, na qual em uma mesma frase, talvez por descuido, as duas palavras foram usadas a um só tempo: “A pesquisa também mostra que 65% dos brasileiros acreditam que quem mora na *favela* sabe se virar melhor do que quem não mora no *morro*” (Jornal Extra, 12/02/2015).

Essa representação do “morro” muitas vezes se torna parte da identidade dos que moram nessas localidades, como é o caso do Morro da Boa Vista. O Morro em questão não figura na maioria dos mapas da cidade e não constitui um bairro, fazendo parte oficialmente do bairro de São Lourenço²¹. Porém, por possuir uma identidade e um tipo de pertencimento comuns a seus moradores, pode ser considerado um espaço em particular, em alguns casos um “bairro” ou uma “comunidade”. No caso do bairro, chamou a atenção uma pixação em um muro, em que, em uma referência a alguém que morreu, talvez em função de envolvimento no tráfico de drogas, escreveram “*faz falta no bairro*”.



Imagem 9: Pixação em um muro do Morro da Boa Vista “#Negão vive”, “Faz falta no bairro”.

Eilbaum (2010), em sua tese denominada “O bairro fala”, fruto de uma pesquisa em uma “Unidad Fiscal de Instrucción”, onde se investigam crimes ocorridos em uma delimitada área, localizada no conurbano bonarense, na Argentina, observa em um caso descrito que comentários sobre um bairro e certas moralidades presentes nele, podem se combinar para legitimar uma reputação específica sobre ele e seus moradores. O “bairro”, nesse caso, conforme definido por uma moradora do local pesquisado, não se definia por proximidades ou distâncias geográficas, mas por fronteiras sociais que

²¹ O bairro de São Lourenço, é um bairro histórico e um dos primeiros de Niterói. “O bairro de São Lourenço surgiu de uma antiga aldeia indígena que perdurou até o século XIX e abriga a Igreja de São Lourenço dos Índios, erigida em 1627, a mais antiga do Estado do Rio de Janeiro”. Fonte: <<http://www.labhoi.uff.br/node/1444>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

envolviam pertencimentos comuns a um universo. Assim também no caso do Morro da Boa Vista, que em função desses pertencimentos, pode ser chamado de “bairro”.

Conforme Freire (2008), o termo “comunidade” é comumente utilizado pelos moradores de um determinado local, quando querem se referir à localidade em que vivem e ao grau de pertinência dos indivíduos a ela, podendo fazer uma distinção entre os que são ou não parte da “comunidade”. Porém, reflete a autora, ao invés de considerar “favela” e “comunidade” como categorias estáticas, deve-se buscar compreender de que forma esses termos são utilizados pelos atores, tendo seus sentidos construídos e reconstruídos de maneira dinâmica no cotidiano das interações sociais (FREIRE 2008).

O uso do termo “comunidade” pode expressar também, segundo Birman (2008), as intenções de identificar a favela com o ideal de harmonia e de tradição, de colocar em relevo experiências pessoais positivas, contrapondo enunciados segregadores que identificam a favela como “fábrica de marginais” (p. 103). Ou seja, uma tentativa de mostrar “o outro lado” desses territórios, que se mostra diferente da visão totalizante dos que não moram nesses locais.

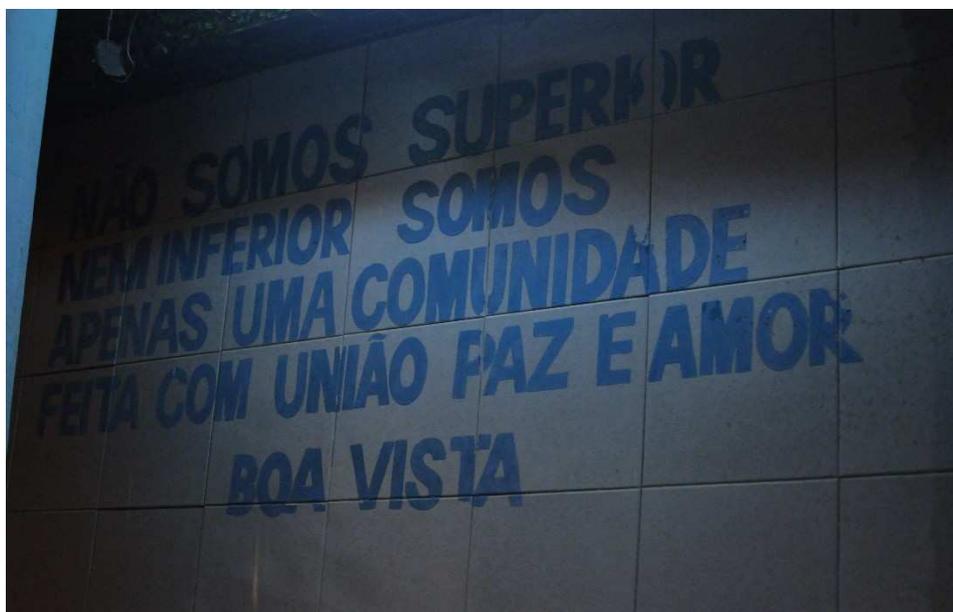


Imagem 10: Foto tirada no Morro da Boa Vista: “*Não somos superior nem inferior somos apenas uma comunidade feita com união paz e amor, Boa Vista*”)

Assim, dentro dessa perspectiva positiva da comunidade, quando o que está em jogo são as relações vicinais, conforme aponta Lyra (2013), o “asfalto” pode aparecer

também como a “*representação da arrogância, da desigualdade*”, enquanto “o barro do morro” pode remeter a uma “*concepção quase bíblica da essência humana, daquilo que realmente importa*” (p.157). Talvez essa representação positiva ilustre um pouco o orgulho de dizer que se mora “no morro”, diferentemente da favela. Esse orgulho estaria relacionado a essas relações vicinais e seus valores, o “lado bom” de morar no morro, conforme descrevo mais adiante por meio de falas de meus interlocutores.

1.7 Estigmas e “contra-estigmas”

Vocês sabem qual é a filosofia das pessoas lá de baixo sobre vocês que moram no Morro? De que vocês são bandidos, ladrões! Eu quero ver vocês se comportando bem pra não dar motivos pra eles pensarem isso de vocês (Professor João).

Conforme Freire (2008), as favelas do Rio de Janeiro são, desde seu surgimento, na passagem para o século XX, vistas como espaços indesejáveis, apesar de suas grandes contribuições para a cidade, econômica, política e culturalmente. Sendo cada vez menos percebidas como problema sanitário e moral, como no passado, hoje aparecem com frequência na mídia como transmissoras de violência e criminalidade.

Gonçalves (2011), analisando o mercado de aluguel nas favelas cariocas em uma perspectiva histórica, demonstra que as favelas, desde seu surgimento, sempre foram locais associados à ilegalidade, o que justificou a carência de investimentos públicos nesses locais. Segundo o autor, os poderes públicos encaravam a tolerância a esses espaços como um “favor”, sem no entanto reconhecerem de fato essa realidade como parte da cidade.

Essa associação das favelas à ilegalidade, conforme aponta Gonçalves (2011), serviu para reforçar as representações negativas sobre esses locais e seus moradores, generalizando também a situação das favelas em geral, como se fossem uma mesma coisa. Ainda hoje, essas representações pouco mudaram, continuando a associá-las a diversas formas de ilegalismo, incluindo o fundiário e o narcotráfico.

Em sua pesquisa com moradores de algumas comunidades de Acari, Freire (2008) percebeu que a categoria “favelado” para eles possuía diferentes significados, porém, evocando sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, tais como “*ser mal-educado, falar palavrões, andar malvestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, “praticar tudo de errado”...*” (FREIRE, 2008, p. 106).

Segundo a autora, o termo “favela”, ao longo do tempo, adquiriu um caráter depreciativo, ligando esses espaços a um imaginário social construído em torno de uma série de mitos que associa a pobreza à violência e à criminalidade. Esses mitos se refletem nas ações do poder público empreendidas nesses espaços e na consequente estigmatização de seus habitantes, vistos como “marginais em potencial” (FREIRE, 2008).

Essa concepção moral dos termos “favela” e “favelado” está associada ao estigma produzido historicamente em relação a estes espaços urbanos e seus habitantes, isto é, à concepção da favela enquanto espaço estigmatizante. Esse estigma, associado à pobreza e ao crime, afeta os mais diversos aspectos da vida dos moradores, como a busca por empregos, o envolvimento amoroso, a relação com a polícia, ou a simples aproximação com outras pessoas (FREIRE, 2008).

No tocante a esses estigmas e construções sociais, pude perceber, durante minha pesquisa nesse projeto social, o quanto eles influenciam ainda hoje a vida dessas pessoas. Tendo que enfrentar essas construções e preconceitos, às vezes inconscientes, elas têm que buscar maneiras de vencer isso e ter dignidade. Essas maneiras podem ser muito diferentes, e algumas delas busco abordar nessa pesquisa.

Algumas vezes, talvez como forma de combate a esses estigmas, uma defesa de si e dos seus, surgem “*contra-estigmas*”, uma forma de caracterizar as pessoas “de fora”, de certa maneira também estigmatizando-as. Exemplos disso podem ser encontrados em algumas descrições de minha pesquisa, como quando sou chamada de “patricinha”, e outros momentos que descrevo mais adiante.

Em função de minha origem e aparência, com sotaque sulista e pele e cabelos claros, e de não ser oriunda daquele local, levantei algumas impressões e percepções. Em um momento fui até mesmo percebida como adversária em um combate, quando uma das mães torcia por outra menina da comunidade, fato que descrevo mais adiante. Isso porque, quando se trata de uma disputa entre alguém “da comunidade” e alguém “de fora”, os integrantes da comunidade podem atuar em defesa do morador, como forma de solidariedade e coesão, mesmo eu sendo também participante do projeto.

CAPÍTULO II

“Tem que ter raça” - Características do Jiu Jitsu no Projeto Jovem de Jesus

Certa vez eu estava no corredor assistindo a um treino junto com algumas mães, quando comentavam sobre uma criança que estava chorando. Segundo elas comentavam, a criança não devia chorar, pois, segundo uma das mães, elas *“tem que ter raça”*. Nesse sentido, não demonstrar sinais de fraqueza ou propensão à rendição.

Em minhas observações e participação nos treinos, observei que essa determinação fazia parte da conduta dos jovens nos treinos, quando se esforçam para vencer e não se render facilmente em uma luta²², em alguns casos, nem quando se machucavam. Foi o caso de um jovem que machucou a boca em um combate, o que a deixou sangrando, e após parar e ir ao banheiro se lavar, retornou e quis lutar novamente.

Em função dessa resistência em desistir da luta, era comum ouvir a referência *“não vai apagar, fulano!”*; porque há registros de alguns lutadores de Jiu Jitsu que resistem tanto que acabam por desmaiar. Porém, além da referência, a ocorrência de alguém de fato *“apagar”* em uma luta nunca foi presenciada por mim no Projeto.

Além da referência dessa mãe, a expressão *“raça”* foi observada por mim mais vezes; por exemplo, quando um professor dizia que um aluno era *“raçudo”*, ou seja, não desistia fácil, era valente, forte, ou quando reclamava que *“esperava mais raça”* de algum aluno, por exemplo quando este se machucava e se queixava, como já presenciei em um campeonato.

Na ocasião desse campeonato, aliás, do qual falarei mais adiante, também presenciei a cobrança, em tom descontraído ou não, de alguns pais em relação à performance dos filhos. Após o professor dizer à mãe que *“esperava mais raça”*, por ter sua filha se machucado e chorado, interrompendo a luta, a mãe respondeu *“vai ficar sem comer hoje”*.

Além desse tipo de *“brincadeira”*, ou jocosidade, houve um caso em que o pai

²² No Jiu Jitsu, a luta é encerrada quando uma das pessoas se rende, por não aguentar o incômodo ou dor que o adversário está lhe causando, demonstrando isso com alguns tapinhas, podendo ser tanto no adversário quanto no tatame. Esse ato de rendição, evitado ao máximo no caso desses jovens, é chamado de *“bater”*, e deve ser respeitado, uma vez que o objetivo não é machucar o adversário, encerrando-se a luta.

disse ao filho que se soubesse que ele iria perder não teria levado ele ao campeonato. Tratou-se de um mal entendido, posto que o menino nem havia de fato perdido. Trocaram seu nome por engano. Entretanto, o comentário desse pai, que pode ser visto como excessivo, e a brincadeira dessa mãe, demonstram um pouco dessa cobrança ou expectativa frente a performance dos jovens.

Frente a essa categoria “raça”, utilizada nesse contexto, proponho uma reflexão sobre uma possível ponte entre o Jiu Jitsu e o contexto do Projeto, estendendo a necessidade de se “ter raça” dentro e fora do tatame, como uma conduta esperada dos jovens e cobrada pelos adultos nesse local. Nesse sentido, a idéia de ter que “ter raça” nesse contexto pode envolver um conjunto de pré-determinações por parte dos sujeitos sociais que demonstram a necessidade de que sejam capazes de compensar as dificuldades oriundas de suas origens sociais/étnicas. Em outras palavras, é preciso “ter raça” para, por meio da possibilidade de “nuanças”, ascender em sua posição social, podendo ser considerado também como “força de vontade”.

2.1 Pra morar no morro, também tem que ter raça?

A reflexão que proponho é que para além do Jiu Jitsu, para o qual se “*tem que ter raça*”, segundo meus interlocutores, será que não se tem que ter raça também para, por exemplo, morar nesse morro? Em meio a dificuldades econômicas, de infraestrutura²³, conflitos entre traficantes e polícia, trocas de tiro e o estigma referido por eles, suponho que a necessidade de “*ter raça*”, ou ser “*raçudo*”, se aplique também a outras esferas da vida dessas pessoas.

Isso explicaria melhor a razão pela qual uma criança que se machuca no esporte ou perde uma luta “*não pode chorar*”, pois tem que aprender a ter raça. Apesar dessa categoria ter aparecido mais como uma demanda dos adultos, pais e professores, para com as crianças, elas em sua valentia e resistência no esporte parecem se esforçar para levar a cabo essa demanda, respondendo a ela de maneira performática.

²³ Uma das grandes dificuldades de infra-estrutura no Morro da Boa Vista diz respeito à ocorrência de enchentes, que já fizeram com que muitas famílias ficassem desalojadas e perdessem suas casas, construídas nos barrancos do Morro, além de causar mortes. Notícia de 2010, que diz que 309 pessoas ficaram desabrigadas em decorrência de enchente ocorrida naquele ano, que causou inclusive mortes, o que fez com que a comunidade ficasse em estado de luto: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/chuva-morro-boa-vista-em-niteroi-de-luto-pelas-morteschuvanorio-375332.html>>. Acesso em: 08 de março de 2015. Nessa outra notícia, é possível ver mais informações e imagens sobre o ocorrido: <<http://depoisdachuvauff.blogspot.com.br/2010/08/morro-boa-vista-sao-lourenco-o-medo.html>>. Acesso em: 08 de março de 2015. Nessa ocasião, a Igreja São Lourenço dos Índios teria servido de abrigo para os desalojados pelas enchentes.

Certa vez eu estava na praia de Itaipu, em Niterói, quando ouvi algo em relação a outro morro da cidade do Rio de Janeiro, o Morro da Mangueira, que corrobora um pouco com minha reflexão. Um garotinho estava com sua mãe na praia quando foi provocado por outro garoto, que segundo ele, queria proibi-lo de ir no mar, o que o deixou temeroso. Uma mulher, que parecia ser sua mãe, mandou então que ele voltasse, e caso o garoto continuasse, que batesse nele. Após o garoto voltar para a água, ouvi a mãe comentar, consigo mesma, “*nem parece que é da Mangueira!*”.

Essa afirmação me fez refletir sobre essa identidade de “bravura” a que se atribuem os moradores de alguns locais, como o citado pela mulher do Morro da Mangueira e também pelos moradores do Morro da Boa Vista, parecendo ser um atributo ao qual almejam e do qual se orgulham. Como dito anteriormente, no caso do Morro da Boa Vista, essa categoria foi percebida recorrentemente no Jiu Jitsu, esfera a qual foi o foco de minha pesquisa; porém, reflito que possa se aplicar a outras esferas da vida dos moradores desse local.

Conforme escreveu há muito tempo Constallat (1924), essa necessidade de “bravura” dos moradores das favelas, já foi observada por ele, antes mesmo da existência do tráfico de drogas: “*Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da polícia, na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, é a lei do mais forte e do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas* (Constallat, 1924, p.35-37 *apud* Gonçalves, 2011). Isso me levou a pensar que essa “lei do mais forte” já tem sido há muito tempo associada a esses locais, à sobrevivência neles, frente à tantos descasos dos poderes públicos.

Contemporaneamente, essa noção dos moradores das favelas como tendo que ser mais “fortes” também apareceu em recente pesquisa, feita pelo Instituto Data Popular²⁴ (Jornal Extra, 12 de janeiro de 2015, acesso em: 7 de março de 2015). Tendo sido entrevistadas mais de 3 mil pessoas em 150 diferentes cidades brasileiras, em janeiro deste ano, um dos dados da pesquisa foi que 65% destes entrevistados acreditam que

²⁴ O Instituto Data Popular, conforme referenciado em seu site, surgiu para entender melhor a população brasileira, considerando sua diversidade. “Acompanhamos, desde 2001, o crescimento e desenvolvimento das classes C, D e E e sua visão de mundo, seus valores e sua inserção no mercado consumidor de Norte a Sul do Brasil, acumulando o conhecimento necessário para sermos referência na produção de estudos sobre os mercados emergentes brasileiros”. (<http://www.datapopular.com.br/>) Acesso em 07 de março de 2015.

quem mora em favela sabe “*se virar melhor*” do que quem não mora. Além disso, 87% dos entrevistados acredita que quem nasce na favela tem menos oportunidades, o que poderia ser associado a esse ter que “se virar”. Nas palavras de meus interlocutores, ter que “ter raça”.

2.2 O conceito de “raça” em outros esportes

A memória do futebol foi, arbitrária e essencialista; pois, o que ficou para a posteridade foi a “grandeza” com que o negro brasileiro conquistou o primeiro campeonato do mundo, de onde se perpetuou o discurso que baseia o estilo brasileiro de futebol em características “naturais” do negro. Como este discurso também está construindo uma imagem ideal de nação (vitoriosa), utiliza-se uma linguagem “biologizante” na definição da essência do ser brasileiro. Daí, o uso de temas como raça nas descrições do caráter nacional do futebol (SOUZA, 1996 p.40).

De acordo com Souza (1996), devido a uma história de sucesso dos negros e mulatos no futebol brasileiro, o estilo brasileiro de praticar o futebol é representado de acordo com supostas características biológicas desses jogadores, de sua ascendência negra. Dessa forma, as representações populares do futebol-arte o associam diretamente ao negro.

Em função de uma pressão social sobre o negro, devido ao racismo na sociedade brasileira, o negro deve, segundo Souza (1996), não apenas aprender a jogar, mas aprender de uma forma extraordinária para poder se sobressair. Não apenas o negro, mas o pobre, também tem que lutar para se sobressair, pois muitas vezes não possui patrocínios, além de ter que enfrentar preconceitos.

Como chama a atenção Guedes (2002), o atributo “raça”, nesse sentido, não é somente visto como um atributo positivo dentro do esporte, tendo também uma faceta de preconceito, como por exemplo, a autora cita no caso da rivalidade existente entre Brasil e Argentina no futebol, na qual os argentinos referem-se aos brasileiros muitas vezes como “macacos”. Essa representação atinge os jogadores mesmo dentro do território nacional, como foi o caso do jogador “Aranha”, em uma partida entre os clubes Grêmio, do Rio Grande do Sul, e Santos, de São Paulo, time do jogador, caso esse que teve grande repercussão no país²⁵.

Porém, para além desse fator, no caso brasileiro, outros fatores influenciam a posição das pessoas, também nesse contexto, tanto para melhor quanto para pior, como

²⁵ Notícia sobre o caso disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio>. Acesso em: 08 de março de 2015.

por exemplo a classe social e o poder, embora o racismo por si ainda seja muito forte, conforme exemplos citados. Em relação a esses outros fatores, lembro de o professor Carlos, lembrando sua história, ter comentado algumas vezes como ele era considerado um “zé ninguém” por ser um atleta de origem humilde e não ter patrocínios, não ter os “slogans” que os outros tinham em seus quimonos. Devido a isso, segundo ele, muitos até evitavam lutar com ele, por medo de perder os patrocínios ou perder a luta para ele, que era um “*zé ninguém*”.

Nesse sentido, pode-se pensar que tanto o negro quanto o pobre, possuem menos incentivos na prática de esportes, além de enfrentarem estigmas e preconceitos, raciais e de classe social. Então, mais do que os demais, “*tem que ter raça*”, verdadeira força de vontade para se sobressair em qualquer contexto, incluindo na prática de esportes.

2.3 Composições

O projeto era composto de duas turmas, divididas por faixa etária, bem como por estágio dos alunos no Jiu Jitsu. A primeira turma era composta por crianças de 6 a 13 anos, sendo 13 a idade intermediária da passagem entre uma turma e outra. Algumas crianças, mesmo com um pouco menos de 13 anos, dependendo de sua estatura e desenvolvimento no Jiu Jitsu, eram convidadas a treinar também com a turma dos maiores, ou deixando de treinar com os menores.

A turma dos maiores era composta então, dessas crianças, e via de regra, dos maiores de 13 anos, incluindo adolescentes e adultos, sem limite de idade. Quando as crianças maiores ou “pré-adolescentes” eram convidados a treinar com os maiores e passavam a fazê-lo, era motivo de grande orgulho para eles, que agora treinavam “com os grandes”. Ambas as turmas eram compostas por meninos e meninas, homens e mulheres, sendo a turma dos menores com maior número de integrantes, incluindo maior número de meninas.

A frequência dos alunos nos treinos era variável, sendo alguns mais assíduos e outros aparecendo com menos frequência, apesar de Luís e sua esposa, reforçarem que não faltassem aos treinos. O motivo das faltas era com frequência justificado pela periculosidade do local onde viviam no Morro, tendo que evitar o caminho de suas casas até o Projeto em função da ocorrência de trocas de tiros. Além disso também poderia ser por outras razões, como por exemplo, castigos dos pais, conforme explicarei mais adiante.

Nesse sentido, em relação à especificidade desse projeto no tocante à exigências para frequentá-lo, era solicitado que os participantes não faltassem, embora eu não tenha presenciado nenhuma expulsão devido a isso. Não havia nenhuma exigência a respeito da escola, tirar notas boas etc., embora os pais às vezes tirassem os filhos do projeto devido a isso. Porém, havia uma exigência de certa forma “moral”, de que os jovens não ficassem “na rua”²⁶, já tendo presenciado alguns sermões devido a isso, o que às vezes fazia com que os jovens não quisessem retornar ao projeto.

2.4 A rotina dos treinos

Os treinos no projeto ocorriam duas vezes por semana, em dias alternados, uma semana segundas e sextas, outra terças e quintas-feiras, sempre no horário da noite, com duração de uma hora a uma hora e meia, aproximadamente. O primeiro treino, dos menores, iniciava por volta de 18 horas, às vezes 18:30, terminando por volta de 19:30, para iniciar o treino dos maiores, que poderia terminar 20:30, às vezes 21 horas e às vezes poderia se estender mais, dependendo da empolgação dos que estivessem treinando e da disposição dos professores.

Em geral, o treino era composto por 6 ou 7 momentos: no primeiro, os alunos se alinhavam em duas filas por ordem de graduação, de frente para o professor ou os professores, momento em que o professor falava algumas palavras de saudação, eram feitas saudações em cumprimento e dadas notícias se houvesse alguma. Com frequência, o treino era iniciado com uma oração, feita em geral pelo presbítero ou sua esposa, na qual pediam a Deus que abençoasse a todos e agradeciam pela vida de todos, às vezes citando nominalmente alguns presentes. Em seguida, havia o momento do aquecimento. Em geral, eram feitos polichinelos e abdominais, sendo possível também uma corrida em torno do tatame, ou mesmo a ausência de aquecimento.

No caso de ambas as turmas, mas principalmente dos menores, o aquecimento podia também ser composto de uma brincadeira. Em alguns casos, essa brincadeira também podia ser feita ao fim do treino, em geral como uma premiação por bom comportamento, sendo que a brincadeira podia ser suspensa em caso de mau comportamento, ocasião em que os sermões ao fim do treino eram reforçados. Os sermões por mau comportamento podiam ocorrer também no início e no meio dos

²⁶ Mais do que ficar “na rua”, essa expressão era utilizada como uma metáfora para o que se estava fazendo na rua, em caso de repreensão, provavelmente algum comportamento questionável, ou na presença de “más companhias”.

treinos, bem como os discursos motivacionais. Descrevo alguns desses discursos posteriormente.

No terceiro momento, o professor podia solicitar que fossem feitos rolamentos e outras demonstrações de treino. No quarto momento, o professor costumava passar alguma técnica nova aos alunos, explicando e exemplificando. No quinto momento, os alunos treinavam as novas técnicas uns com os outros. No sexto momento, o treino era aberto para combates entre os alunos, e por fim, eram formadas as filas novamente para as saudações e palavras finais.

2.5 Questões de gênero

Em uma de minhas primeiras visitas ao projeto, algumas crianças se aproximaram de mim, me perguntando se eu fazia ballet, pois eu tinha “*cara de quem faz ballet*”. Respondi que não, e uma menina me pediu para lutar com ela. Fazendo referência à outra moça que tinha visitado o projeto conosco e que praticava artes marciais também, a menina disse ao professor “*ah, pensei que era a lutadora*”.

Conforme Teixeira (2010), uma academia de Jiu Jitsu, qualquer que seja, é um espaço hipermasculino, permeado por um *ethos* de virilidade. No caso do projeto, a grande proporção de meninas nos treinos era uma característica marcante, que não era vista com estranhamento. A questão do gênero era ressaltada apenas por meio de provocações, no caso dos menores. Tanto das meninas para os meninos, quanto em relação a um menino perder para uma menina ou ter dificuldade na luta com uma menina, ocasião em que era alvo de “zoaças”, inclusive dos professores.

Brincadeiras em relação à homossexualidade eram comuns entre os homens; porém, eu nunca vi referência a isso em relação às mulheres. Nesse sentido, podemos pensar que o *ethos* de virilidade do lutador de Jiu Jitsu, conforme descrito por Teixeira (2010), nesse caso se estendia também às mulheres, as *lutadoras*, através por exemplo da categoria da “*raça*”, que nesse contexto se aplica a ambos os sexos, corroborando a ideia de que vai para além do Jiu Jitsu.

No contexto do projeto, notei que as meninas do grupo dos menores, se representavam como sendo tão boas atletas quanto os meninos, muitas vezes desafiando-os a lutar com elas e fazendo brincadeiras sobre quem é o melhor. No caso dos maiores a situação era um pouco diferente, sendo que os homens, adolescentes

maiores e adultos, em geral lutavam entre si, apesar de haver exceções de lutas entre os sexos, em que eu mesma já lutei com homens, em geral mais novos.

Como chama a atenção Oliveira Filho, em sua pesquisa sobre gênero no boxe, quando um homem luta com uma mulher, existe a recomendação de que o homem “manere” e não use de toda sua força. (p.169) Além disso, o autor observou a existência de uma “relação de protecionismo” do homem em relação à mulher, porém, segundo ele, ao perceber que a mulher é forte, os homens às vezes resolvem revidar à altura.

Esse “revidar à altura”, pode ser visto como parte de uma cobrança que implique no controle dos homens para que não percam para as mulheres. Por mais que ele “manere” na força, quer mostrar que está no controle da luta, aumentando a intensidade da força quando necessário, para não ficar pra trás. Assim, também no projeto pude perceber que os homens ficavam um pouco mais decepcionados se perdiam realmente uma luta para uma mulher, não apenas pelas “represálias” que podiam sofrer, em forma de jocosidade dos colegas e professores, mas também por um tipo de cobrança de si próprio, em relação à sua masculinidade.

Essa cobrança é enraizada na crença difundida de que os homens são mais fortes que as mulheres. Oliveira Filho escreve que “por uma condição biológica o homem dispõe de maior força que a mulher, sendo praticamente impossível a igualdade de posições” (p.169). De fato, nas competições, os esportes costumam separar homens e mulheres em categorias distintas. Daí podemos ver o quanto essa noção está enraizada em nossa sociedade. Por mais que os homens em geral possam ser mais fortes fisicamente que as mulheres, existem exceções. Além disso, outros fatores influenciam em uma luta, como a técnica, e essa cobrança pode não corresponder à realidade, causando o sentimento de humilhação na derrota para uma mulher.

Sobre a questão da mistura de sexos no projeto, pude ouvir dois diferentes pontos de vista, por parte de um professor e do fundador do projeto. O fundador referiu em alguns momentos que gostaria de criar um espaço exclusivo para o treino das meninas, separando os sexos, por motivos de preservação. Ele queria evitar um contato entre os sexos, que poderia ser sentido como invasivo. Já o professor, por ocasião de uma mulher ter se oferecido para dar aulas para as meninas em separado, comentou que essa separação servia mais no caso dos jovens de “classe média e alta”, o que no caso do projeto não seria produtivo. Em parte por não haver um número tão grande de

participantes, e em parte, porque, segundo ele, não parecia existir problemas em relação à mistura de sexos no projeto.

2.6 Jiu Jitsu é técnica

Certa vez perguntei a algumas crianças que estavam comigo em uma sala desenhando, o que para elas era necessário para ser um bom lutador de Jiu Jitsu. Eram 5 crianças e as suas respostas foram: “*Memória ou agilidade*”; “*Técnica*”; “*Paciência*”; “*Força*”; “*Tem que lutar e treinar*”. A partir dessas respostas, vejo uma ênfase na questão do treino e da técnica, com quatro respostas nesse sentido, “*paciência, treino, técnica e memória*”, sendo duas “*força e agilidade*” apontando para outro sentido, porém também importante.

O professor Carlos gostava de perguntar “qual a melhor técnica” e responder às vezes que era, “a melhor executada” e às vezes “aquela que mais se treina”, pois o atleta pode dar sorte e executar bem uma técnica sem treinar muito, mas em geral o treino é necessário para aperfeiçoar as técnicas. Dentro desse contexto, a problemática *força x técnica* era levantada às vezes, sendo uma questão importante no Jiu Jitsu.

Certa vez o professor Carlos contou a história de como surgiu o Jiu Jitsu Brasileiro, referindo-se à história dos irmãos Gracie, que aprenderam a arte com um japonês que veio ao Brasil, “Maeda” ou “Conde Koma”. O primeiro a aprender com o mestre Maeda foi Carlos Gracie, que teria se surpreendido com a forma com que o mestre conseguia derrotar adversários maiores e mais fortes que ele. Mais tarde, Carlos fundou a primeira academia de Jiu Jitsu no Brasil e ensinou a seus irmãos. Hélio, irmão mais novo de Carlos, tinha uma estatura mais frágil, o que fez com que quisesse aperfeiçoar o Jiu Jitsu de modo que a técnica sobressaísse à força, “*suas descobertas enfatizavam o sistema de alavanca e a escolha do momento oportuno para agir, em vez de força e rapidez*”²⁷.

Assim, o Jiu Jitsu no Brasil ganhou novos delineamentos, passando a ser chamado de Jiu Jitsu Brasileiro, tendo se espalhado pelo mundo e sendo hoje uma das modalidades mais praticadas. Afinal, ela chamou a atenção dos lutadores de outras artes marciais pela possibilidade de vencer uma luta independentemente da força. Na minha visão, a força e a estatura são sim importantes, pois a pessoa pode por exemplo se

²⁷ Referência em: <<http://www.graciebarra.com/br/sobre-a-gracie-barra/jj-gb/historia/>> Acesso em: 01/03/2015.

manter em cima da outra com um maior peso, tornando difícil se desvencilhar. Entretanto, com o tempo e aprendizado das técnicas, executando-as de forma precisa, é possível sim se ter vantagem em uma luta, mesmo sem atributos físicos mais avantajados.

Nesse sentido, pensando na filosofia do Jiu Jitsu Brasileiro, a de que os mais fracos também tem chance de vencer, reflito sobre isso poder ser um incentivo em relação à desigualdade social do Morro. Os mais pobres, que sofrem estigmas por morarem na favela, além de suas dificuldades, poderiam ter, assim, a chance de também se tornarem vencedores. De certa maneira, essa era também uma das mensagens do projeto, que atuava por meio do ensinamento e prática do Jiu Jitsu aos jovens, com o objetivo de ajudá-los a “vencer” na vida, apesar das dificuldades.

2.7 “Regras do jogo”

Como todo esporte, o Jiu Jitsu possui suas próprias regras de conduta e parâmetros de pontuação. Esses parâmetros foram ensinados a nós pelo professor Carlos, que ia explicando um a um e demonstrando no tatame com um aluno que servia de “cobaia”. Enquanto explicava, ditava para que eu os escrevesse em um cartaz, afixado em uma das paredes da sala de treino. Eu havia sido escolhida na hora para fazê-lo.

As regras de pontuação são um pouco complexas e não consegui apreendê-las completamente. Entretanto, uma das coisas que aprendi foi uma das lições do professor Carlos, a de que existem diferenças entre o “lutador” e o “competidor”. O competidor seria aquele que sabe acumular mais pontos em uma competição, não tendo pressa na luta e cuidando para que o juiz observe seus pontos, com o objetivo de pontuar mais. Já o lutador estaria mais preocupado em finalizar o adversário, o que nem sempre ocorre. Nessa ocasião, o professor estava dizendo a um dos atletas, que havia acabado de perder um campeonato, a importância de se aprender a ser mais competidor, pois assim são muitos dos adversários que se encontram nos campeonatos.

Na imagem abaixo, as pontuações, de acordo com o professor Carlos, significando os números: 2 pontos, 3 pontos, 4 pontos e o V: vantagem.

2	3	4	V
1º: QUANDO DAMOS UMA QUEDA + MANTENDO POR 3 SEGUNDOS	TODA VEZ QUE VOCÊ PASSA A GUARDA DO Oponente E FICA NA LATERAL OU MONTA, POR 3 SEGUNDOS	1º: TODA VEZ QUE VOCÊ MONTAR POR 3 OU MAIS SEGUNDOS 2º: TODA VEZ QUE VOCÊ PEGA AS COSTAS DO Oponente E COLOCA O GANCHO	QUANDO INICIAMOS 1 TÉCNICA MAS ELA NÃO DÁ CERTO
2º: TODA A RASPAGEM QUE VOCÊ SUBA NO Oponente			

Imagem 11: quadro de pontuações do Jiu Jitsu, na parede da sala de treinos.

Além dessas pontuações e vantagens, existem também as faltas e punições, conforme definido pela Federação Internacional de Jiu Jitsu Brasileiro. Assim, compõem o Jiu Jitsu um conjunto de regras estruturadas, com diferenças para cada faixa etária, existindo golpes que são proibidos para cada uma e diversas regras de conduta e apresentação, que regulam o esporte. A não observância dessas regras pode levar a punições, que vão desde marcação no placar da falta, concessão de vantagens e pontos ao adversário, até a desclassificação, no caso das faltas mais graves ou da reincidência de faltas (Fonte: CBJJ, 2014).

TABELA - Golpes Proibidos

	4 anos a 12 anos	13 anos a 15 anos	16 a 17 anos e Adulto a Master 6 (branca)	Adulto a Master 6 (azul e roxa)	Adulto a Master 6 (marrom e preta)	
1	●					Posição de finalização forçando a abertura da virilha
2	●					Estrangulamento que force a cervical
3	●	●				Chave de pé reta
4	●	●				Estrangulamento utilizando a manga do kimono (Ezequiel)
5	●	●				Gravata técnica de frente
6	●	●				Ômoplata
7	●	●				Triângulo (Puxando a cabeça)
8	●	●				Triângulo de mão
9	●	●	●			Chave que pressione as costelas ou os rins dentro da guarda fechada
10	●	●	●			Mão de Vaca
11	●	●	●			Single leg com a cabeça para fora
12	●	●	●	●		Chave de bíceps
13	●	●	●	●		Chave de panturrilha
14	●	●	●	●		Leg lock (chave de joelho reta)
15	●	●	●	●		Mata-leão no pé
16	●	●	●	●	●	Bate estaca
17	●	●	●	●	●	Chave de cervical
18	●	●	●	●	●	Chave de calcanhar
19	●	●	●	●	●	Chave que torça o joelho
20	●	●	●	●	●	Cruzada de perna (ver página 26)
21	●	●	●	●	●	Queda-tesoura
22	●	●	●	●	●	Na chave de pé reta, girar na direção do pé que não está sendo atacado
23	●	●	●	●	●	No mata-leão no pé, aplicar a pressão para o lado externo do pé
24	●	●	●	●	●	Torcer os dedos para trás
25	●	●	●	●	●	Segurar na faixa do adversário e projetá-lo de cabeça ao solo enquanto se defende de um Single Leg com a cabeça para fora.

Imagem 12: Golpes proibidos por faixa etária (http://cbjj.com.br/wp-content/uploads/2014/05/20140507_RegrasIBJJF_v3.pdf). Acesso em: 05/03/2015.

No momento dos treinos no projeto as regras não eram tão observadas, não sendo realizada a contagem dos pontos, com exceção de alguns comentários dos professores e atletas mais experientes, no momento de alguma luta. Alguns golpes, como é o caso do Ezequiel (estrangulamento utilizando a manga do quimono) são praticados nos treinos pelas crianças, mesmo sendo proibidos nas competições. Isso exigia que os atletas que tem interesse em competir e evoluir no esporte, fossem muito atentos a todas as regras, internalizando-as.

No momento dos exames de graduação, alguns desses conhecimentos eram testados, assim como as regras eram mais observadas. Apesar de não serem tão observados nos treinos, uma boa parte dos participantes do projeto, que participavam de campeonatos, conheciam as regras principais e eram atentos a elas. Por exemplo, na ocasião do evento de graduação do projeto, duas meninas (Ana e Júlia) me alertaram sobre estar com as unhas compridas, que seria proibido no evento, passível de não receber a graduação (o que no entanto não foi observado). Júlia me mostrou suas unhas recém cortadas, lamentando ter que fazê-lo.

O fato dessas regras não serem tão rigidamente observadas no projeto pode levar

a pensar que os atletas teriam um desempenho inferior ou não observância às regras. Contudo, não era o que ocorria, tendo os atletas do projeto em geral tido bom desempenho nos campeonatos, demonstrando o quanto eram atentos às regras do esporte. Como observou Wacquant (2002) em sua pesquisa com uma academia de boxe, *“No gym, você não está lá treinando pra ganhar uma luta, você está lá pra aprender. Tudo é aprendizado”* (p.106).

As regras são minuciosas e versam sobre as mais diversas técnicas, bem como sobre a conduta dos atletas, sendo consideradas faltas disciplinares por exemplo quando um atleta desrespeita seu adversário ou o árbitro, comemora de forma ofensiva, dentre outros, o que explica um pouco o motivo pelo qual a disciplina é tão exigida dos atletas nos treinos. Além disso as regras versam também sobre sua apresentação e vestimenta. O aprendizado dessas regras de conduta no esporte exige dos atletas que sejam verdadeiramente empenhados e comprometidos com o esporte, sendo necessário dedicação para conhece-las integralmente e manter-se dentro delas.

Para além do Jiu Jitsu, podemos pensar nesse aprendizado também como uma metáfora da vida, dos conhecimentos e observância às regras necessários para viver em sociedade e ser respeitado, funcionando como uma “escola de moralidade”. Assim também observou Wacquant (2002), em relação ao gym (academia) de boxe em que fez sua pesquisa:

O gym é também, uma escola de moralidade, no sentido durkheimiano, isto é, uma máquina de fabricar o espírito de disciplina, a ligação com o grupo, o respeito ao outro, assim como a si mesmo, e a autonomia da vontade, todos indispensáveis à eclosão da vocação de pugilista (WACQUANT, 2002, p. 32).

Na medida em que o Projeto se propunha a servir como modelo norteador de conduta e disciplina dos jovens, sua proposta implicava que o aprendizado dessas regras servisse de exemplo para o aprendizado das regras da vida. Quando agimos de forma proibida ou faltosa, estamos sujeitos a receber punições. Por outro lado, quando nos esforçamos para realizar algo, como no caso das técnicas, mesmo que não consigamos por completo, não “pontuando”, podemos receber como recompensa uma “vantagem”, isso é, reconhecimento dos nossos esforços.

2.8 Diferentes golpes, técnicas e seu aprendizado

Assim como o aprendizado das regras do Jiu Jitsu, o aprendizado das técnicas e

golpes era realizado através de explicações dos professores e demonstrações, sendo importante o aprendizado pela experimentação com o próprio corpo. A importância do aprendizado do esporte por meio do corpo foi descrita por Wacquant (2002), no caso do boxe, podendo servir também de metáfora para o Jiu Jitsu:

Uma vez no ringue, é o corpo que compreende e aprende, que faz a triagem da informação e armazena-a, que encontra a resposta certa no repertório de ações e de reações possíveis, que se torna, enfim, o verdadeiro “sujeito” da prática pugilística (p.119).

Por esse e outros motivos (conforme descrevo mais adiante), considero que foi essencial minha decisão de treinar o Jiu Jitsu, de modo que pude compreender melhor, através de meu próprio corpo, o aprendizado das técnicas e golpes, bem como seus impactos. Esse aprendizado inclui uma noção de nossas limitações e da regulação de nossa força e nossos movimentos, de modo a lutar sem ferir nosso oponente, bem como do controle para nossa própria defesa.

Como descrevo no subcapítulo sobre o formato dos treinos, o aprendizado das técnicas e golpes era feito por um momento em que o professor explicava novas técnicas, com fala e exemplos práticos, e depois os atletas executavam. Durante as práticas os atletas iam sendo observados e corrigidos pelos professores, bem como pelos outros atletas, conforme também observou Wacquant (2002) em sua pesquisa com o boxe:

O essencial do saber pugilístico transmite-se fora de sua intervenção explícita, por intermédio de uma “comunicação silenciosa, prática, de corpo a corpo”, que não é um diálogo só entre o mestre e seu aluno, mas uma conversa a muitas vozes aberta ao conjunto dos participantes regulares do treinamento. (...) O exercício do boxe no clube... faz de cada participante um modelo visual potencial, positivo ou negativo, de todos os outros; os pugilistas mais aguerridos servem, ao mesmo tempo, como auxiliares do treinador (...) cada boxeador colabora, sabendo disso ou não, para a formação de todos os outros” (p.86 e 134)

Assim, também no caso do Jiu Jitsu no projeto, todos os atletas participantes, sobretudo os mais assíduos e experientes, colaboravam com os professores, auxiliando os atletas e servindo de modelo de aprendizado para os demais. Mesmo quando um atleta mais graduado visitava o projeto, ele era considerado como apto a ensinar os menos experientes, ou mesmo tão graduados quanto ele, trocando experiências e conhecimentos.

No meu caso, o aprendizado das técnicas foi difícil e gradual, tendo que observar muito atentamente e várias vezes um golpe, ainda assim tendo dificuldades algumas

vezes na hora de executá-los, principalmente alguns que são mais complexos. Essas dificuldades foram observadas por mim também no caso de outros atletas, principalmente (mas não só) quando não prestavam atenção na demonstração do professor, e na hora de executar não sabiam fazê-lo.

Assim como aprendi nos treinos, conforme descrito em um site voltado para o aprendizado do Jiu Jitsu²⁸, essa seria a filosofia por trás das técnicas e seu aprendizado: “*O jiu-jitsu possibilita a um adversário mais fraco vencer um adversário mais pesado através do uso de uma boa técnica. O praticante de jiu-jitsu aprende golpes que forçam o seu adversário a desistir da luta, sem que seja necessário machucá-lo*”. Assim, o Jiu Jitsu é descrito como “arte suave”, embora também sejam feitas brincadeiras em relação à possíveis fraturas graves vinculadas a ele. Por exemplo, no caso de um atleta resistir e não desistir da luta, ou de um golpe mal executado, é possível que ocorram fraturas.

Os golpes de jiu jitsu mais frequentes envolvem as articulações, estrangulamentos, imobilizações, torções e alavancas. Os golpes válidos são aqueles que procuram neutralizar, imobilizar, estrangular, pressionar, torcer articulações e lançar o adversário ao solo através de quedas. Existem, porém, golpes que não são válidos e são considerados desleais no jiu jitsu, como morder, puxar cabelo, enfiar os dedos nos olhos, atingir os órgãos genitais ou ainda torcer dedos (<http://www.aprendajiujitsu.com.br>). Acesso em: 05/03/2015.

As técnicas do Jiu Jitsu seguem alguns conjuntos e sequências de movimentos que podem ser agrupados, mais ou menos da seguinte forma: *Projeção* ou *queda*, *guarda*, *montada*, *raspagem* e *finalização*. A seguir, tentarei explicar cada um deles, me amparando em meus próprios conhecimentos aprendidos, com o auxílio do site citado.

A “projeção” ou “queda”, no contexto do projeto mais comumente chamado de *queda*, ocorre no início da luta, quando os adversários tentam provocar um desequilíbrio e derrubar um ao outro. Para isso, existem diferentes tipos de técnicas. Como, por exemplo, a chamada “baiana”, na qual um dos adversários abraça o outro na altura dos joelhos, inclinando-o para o lado e lançando no chão. Outra técnica possível, que existe também no Judô (como diversas outras semelhanças que existem entre os dois esportes), e da qual eu me lembrava da época em que praticava, consiste em dar uma “rasteira” no adversário, derrubando-o.

Além dessas existem diversas outras, incluindo uma em que o atleta salta e enrola suas pernas na cintura do adversário, o mais alto que conseguir, puxando-o para o

²⁸ Site “Aprenda Jiu Jitsu” <<http://www.aprendajiujitsu.com.br>>. Acesso em: 05/03/2015.

chão, que exige coragem para lançar-se para o chão. A coragem exigida nessa e em outras técnicas, que contrasta com o recorrente medo que os atletas tem de se machucar ao cair, o que acaba por fazê-los cair de maneira inapropriada, fez com que um dos treinos no projeto tivesse o foco voltado para técnicas de queda. Tivemos que derrubar e sermos derrubados várias vezes para aprendermos.

Após a queda, o atleta que cair por baixo deve tentar fechar sua “guarda”, que consiste em enroscar suas pernas em volta das costas do adversário. O que cair por cima, por sua vez, deve tentar “montar” no adversário, sentando em sua cintura com as pernas uma de cada lado, antes que o adversário consiga fechar a guarda, em torno dele. Na montada, o atleta que tem mais peso costuma levar vantagem, pois pode “pesar” em cima do adversário, seja para resistir e não deixá-lo “raspar”, ou mesmo para sufocá-lo, envolvendo a cabeça do adversário com seus braços e jogando seu corpo por cima dela.

Seja qual for a posição, conseguindo fechar a guarda ou estando por cima, não se considera vantagem da parte de nenhum, sendo as duas posições favoráveis a diferentes técnicas. Inclusive, é comum ouvir que alguns atletas tendem mais a uma maneira ou outra, sendo mais “guardeiros” ou “passadores”, quando se prefere estar por cima do adversário para dominá-lo, buscando assim fazer uma “passagem”. Mesmo o adversário que tiver a guarda fechada em torno de si, pode conseguir se desvencilhar e partir para a passagem, tentando montar ou dominar o oponente de outras formas.

Assim também o adversário que estiver por baixo, na “guarda”, pode tentar inverter a posição para dominar o adversário (bem como executar técnicas na própria guarda), fazendo então uma “raspagem”. A raspagem ocorre quando o atleta que está por baixo, consegue, principalmente por meio de suas pernas, desequilibrar o adversário, fazendo-o cair por uma “raspagem” e tentando em seguida partir para cima dele e dominá-lo de alguma forma. As formas de dominar são muitas, podendo consistir em montar no adversário, ou jogar a parte de cima do corpo sobre sua cabeça, envolvendo-a com os braços numa espécie de estrangulamento.

As técnicas por meio das quais se pode chegar à “finalização” do adversário, fazendo-o desistir da luta, são muitas. Uma técnica bastante conhecida no contexto do projeto (e acredito, no Jiu Jitsu em geral) é o “*arm-lock*”, técnica na qual um atleta consegue agarrar o braço do adversário puxando-o entre suas pernas, as quais coloca esticadas sobre o corpo do adversário, esticando o braço de modo a provocar

imobilização do mesmo. No caso de resistência pode até fraturar o braço do adversário. Essa técnica pode ser executada tanto no chão quanto iniciando em pé, conhecido como “*arm-lock voador*” técnica bastante almejada entre os atletas. Existe inclusive uma frase jocosa de “saudação” no Jiu Jitsu que diz “*paz, amor e um arm-lock voador*”²⁹, que já foi ouvida por mim no projeto.

A finalização então, seria o maior objetivo da luta, que leva o atleta à vitória. Consistindo em executar um golpe que faça o adversário desistir, conforme citado, geralmente por meio de uma torção ou estrangulamento bem executados. Quando o adversário vê que não vai conseguir se desvencilhar, está cansado de resistir ou já está sentindo dor pela pressão do golpe, ele deve desistir da luta. Isso é feito informando por meio de “três tapinhas” (que às vezes são apenas dois), seja no tatame ou em seu adversário. Alguns aspectos dessa “redenção” e “resistência” no projeto serão melhor explicados adiante.

2.9 “*Isso aqui não é brincadeira*”

É sabido que os esportes de artes marciais propõem um ensino através de um determinado tipo de disciplina, respeito à autoridade do professor e outros princípios. No projeto não era diferente, podendo se ouvir diversas falas dos professores nesse sentido. “*Isso aqui não é brincadeira não, vocês têm que levar a sério!*”.

Nessa ocasião, o professor João estava incomodado com a algazarra das crianças e adolescentes, ressaltando que o treino não era uma brincadeira. Tentou fazer um acordo com eles, perguntando se no próximo treino quem não ficasse quieto ele poderia excluir do projeto. Os mesmos concordaram, sérios e quietos, e então o professor finalizou dizendo: “*Têm três letras essenciais no Jiu Jitsu: DDR: Dedicção, Disciplina e Respeito.*”

Além disso, essa disciplina também controlava o momento de tomar água, ir ao banheiro, entre outros, tendo os alunos que pedir permissão ao professor para fazê-lo. Outra fala que já ouvi em relação às crianças e adolescente e à seriedade dos treinos foi a seguinte, por parte do professor Carlos: “*eu quero ver vocês se comportando como atletas de ponta, não como criancinhas!*”. Nesse sentido, a necessidade de “ter raça”, para as crianças, pode incluir a demanda de “não ser de brincadeira”.

²⁹ Como se pode ver na seguinte página do Facebook: <<https://www.facebook.com/pages/Paz-Amor-e-um-Arm-Lock-Voador/189429514522164>>. Acesso em: 05/03/2015.

Segundo Ariès (2014), a partir do século XV, iniciou-se uma nova concepção de educação da infância, em que os mestres teriam uma responsabilidade moral sobre as crianças. Surge então a noção de fraqueza da infância, sobre a qual os mestres seriam responsáveis de inculcar a moral e a disciplina. É a época em que surge a vigilância constante e os castigos corporais.

O sentimento da particularidade da infância, de sua diferença com relação ao mundo dos adultos, começou pelo sentimento mais elementar de sua fraqueza, que a rebaixava ao nível das camadas sociais mais inferiores. (...) A preocupação em humilhar a infância para distingui-la e melhorá-la se atenuaria ao longo do século XVIII, e a história da disciplina escolar nos permite acompanhar a mudança da consciência coletiva nessa questão (ARIÈS, 2014, p. 118).

A partir do século XVIII, de acordo com o autor, houve um relaxamento da disciplina escolar, que corresponde a uma nova orientação do sentimento de infância, não mais ligada ao sentimento de sua fraqueza e à necessidade de humilhação. O que se buscava então era despertar na criança a responsabilidade do adulto (ARIÈS, 2014).

No ensino das artes marciais, como nas falas citadas acima, é possível observar um pouco dessa concepção de responsabilidade moral do mestre sobre as crianças, com o objetivo de discipliná-las às responsabilidades e modos de conduta dos adultos (Ex. “não se comportar como criancinhas”). Analisando o processo civilizador, no qual desde a infância aprendemos a ver certos costumes como “civilizados” e “não civilizados”, Elias observa que *“É a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e a juventude, que se imprime em sua personalidade em formação”* (ELIAS, 1994. p. 205).

2.10 O início da observação participante

Durante os primeiros meses em que eu acompanhei o projeto, tive certa dificuldade em interagir com as crianças e os jovens apenas observando os treinos. Além de sentir um certo distanciamento em função de marcantes diferenças entre eu e eles, que lhes chamavam a atenção. Por exemplo, meu sotaque sulista, meus traços condizentes com família de origem européia, o fato de eu ficar vermelha quando subia o morro, devido ao esforço físico (*“porque você está vermelha, tá com vergonha?”*), por ter a pele clara, enfim, diferenças que eram vistas com curiosidade. Uma das meninas, Juliana, de maneira insistente, me desafiava a lutar com ela; *“Luta comigo, eu quero ver como você luta.”*

Já o professor Carlos, que durante os primeiros meses de meu trabalho de campo

foi meu principal interlocutor, sugeriu que eu o fizesse; “*Na próxima vez que você vier vamos arranjar um quimono pra você treinar, vai ser melhor pra sua pesquisa*”. De fato, eu já possuía um quimono, pois quando tinha cerca de 11 anos pratiquei judô³⁰. Talvez, pensei, o mesmo ainda estivesse na casa de meus pais, o que se confirmou na primeira visita que fiz a eles depois desse episódio.

A respeito dessa proposta de observação participante, me identifico com a descrição de Wacquant sobre as motivações iniciais de sua pesquisa em uma academia de Boxe localizada em um gueto de Chicago, dos Estados Unidos;

“É instrutivo (...), acentuar os principais fatores que tornaram possível essa pesquisa, entre os quais o mais decisivo foi, sem dúvida, o caráter “oportunista” de minha inserção. De fato, não entrei no gym com a finalidade expressa de dissecar o mundo do pugilismo. Minha intenção inicial era servir-me da academia de boxe como uma “janela” para o gueto, para observar as estratégias sociais dos jovens do bairro - meu objeto original. (...) Não há dúvida de que jamais ganharia a confiança nem me beneficiaria da colaboração dos frequentadores do Woodlawn se tivesse entrado na academia com o firme propósito de estudá-la, porque essa própria intenção teria irrevogavelmente modificado meu status e meu papel no contexto do sistema social e simbólico considerado” (WACQUANT, 2002, p. 25-26).

Após pensar por algum tempo e tomar coragem, em abril de 2014 resolvi *entrar no tatame*, praticar o Jiu Jitsu com as crianças e os adolescentes e, quem sabe, diminuir um pouco as barreiras então existentes na nossa interação. Assim descrevo em meu diário de campo:

“Depois de vários ensaios (tomando coragem), hoje finalmente levei meu quimono para treinar no Projeto. Me encontrei com Carlos na Igreja e fomos, dessa vez eu quase não erreí o caminho (...) Só faltava uma faixa para meu quimono e pude emprestar uma do projeto (...) Me troquei e já quando cheguei de quimono as crianças faziam caras surpresas e felizes de eu ir treinar com elas, foram acolhedoras. Carlos me apresentou para quem não conhecia e disse que vou começar a treinar com eles, mas para eles pegarem leve porque apesar de eu ser “relativamente” grande, estou começando. Alguns ficaram curiosos de lutar comigo e uma menina um pouco maior, de 11 anos, me “adotou” para me ajudar, me dando dicas, treinando comigo, lutando e me ensinando. (...) O mais difícil foi gravar os golpes para fazer, a execução. Apesar de já estar observando os treinos e campeonatos há meses, somente alguns gravei e não prestei muita atenção nisso, agora que vou aprender na prática” (Nota do dia 7 de abril de 2014).

³⁰ Conforme registrado em meu diário pessoal de 2002, em que tinha 11 para 12 anos, durante o tempo em que fiz judô participei de 4 torneios, ganhando duas medalhas de ouro, uma de bronze e uma de prata, e passando no exame de graduação para a faixa cinza. Esse é o único registro escrito que tenho, as outras informações sendo extraídas unicamente de minha memória.

Com o passar do tempo, eu também “*experimentei tal prazer simplesmente de participar que a observação tornou-se secundária*”, conforme relata Wacquant em uma nota de seu diário de campo (2002, p. 22). Assim, verifiquei também entre os participantes do projeto um certo “esquecimento” a respeito da minha inicial intenção no projeto, a de pesquisadora. Com o tempo, para eles, assim como para mim também, eu me tornei mais que isso, uma participante.

Nesse sentido, me identifico com uma reflexão de Foote Whyte (1943) em *Sociedade de Esquina*, em que diz ter descoberto que sua aceitação no bairro dependia muito mais das relações que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar, e que uma vez que as pessoas o aceitam, você pode “perambular” por todo canto, obtendo a longo prazo as respostas que precisa. Assim também vejo minha inserção no campo, que gradualmente foi evoluindo, me permitindo visitar casas e outros locais, a medida em que as pessoas me aceitavam, embora nem todas as respostas aparecessem sem que eu tivesse que fazer perguntas e dar explicações sobre o que eu estava fazendo lá.

Dentro da etnografia, os limites entre a observação e a participação nem sempre são muito claros. O observador nem sempre é alguém passivo, assim como quem participa não está deixando de “observar” de forma mais ativa. Ao me propor entrar no tatame, saí do campo da observação na platéia para observar com outros sentidos que não apenas a visão, com o corpo e o envolvimento.

Quando, depois de um tempo, ressurgiu o assunto de minha pesquisa, em uma conversa com um professor e um aluno, adulto jovem, eles falaram, em tom jocoso, “*ah, então você está treinando com a gente por interesse, para sua pesquisa*”, “*ela anota tudo o que a gente fala*”. No caso das crianças, minha posição de pesquisadora também causava estranhamento às vezes, como na vez em que uma delas perguntou, “*porque você trouxe essas folhas?*”.

Não é que a pesquisadora não continuasse presente, fazendo perguntas, observando, tirando fotos, entre outras atividades. Entretanto, minhas idas ao projeto não se resumiam a isso, me permitindo ir às vezes com uma postura de simplesmente “*estar lá*”, treinando, interagindo, o que me permitiu em alguns momentos um acesso privilegiado às informações e a construção de relações de confiança, sobre as quais tenho a responsabilidade de zelar em sua confidencialidade.

Assim, aos poucos a alteridade e a distância entre “os outros” e eu foi sendo

encurtada, fazendo-me perceber a dignidade que havia em meio a tanto estigma, algo em que eu já acreditava. A busca dessa proximidade era meu maior objetivo, e o que tornou possível fazer essa pesquisa de maneira autêntica e afetada, através da observação participante.

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. É claro que há um mito do trabalho de campo. (...) mas como um meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo status exemplar (CLIFFORD, 2002, p.20).

Sobre esse “afetamento” como consequência dessa interação e do lugar de participante, me identifico com Favret-Saada, quando diz que: *“o próprio fato de aceitar ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os nativos: uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não”* (2005, p.159). Para se estar lá definitivamente, em meu entendimento, é preciso se *desarmar* de algumas posturas, se *deixar afetar*, e quando isso acontece, a criação de laços pode se tornar uma consequência natural e inevitável desse processo.

Assim, através de minha participação no projeto, aos poucos fui me tornando a *“tia Betânia”*, para as crianças. Uma parceira de treinos delas, dos maiores e também uma parceira dos professores, bem como de Luís e sua esposa. Do mesmo modo como eles relatavam sentir minha falta, quando eu me ausentava, eu também experienciei momentos prazerosos ao lado deles, descendo o morro satisfeita após os treinos e momentos compartilhados, mesmo que às vezes a indisposição de subir o morro e ir *“até lá”* também ocorresse.



Imagem 14: eu lutando ou aprendendo uma técnica nova, durante um treino.

2.11 “Zoações” disciplinadoras

Certa vez um jovem adulto, que às vezes visitava o projeto, estava treinando junto com as crianças. Ele era conhecido do prof. Carlos e estava se “gabando” por conseguir fazer mais flexões que os demais. Então o professor disse a ele: *“você está querendo tirar onda com quem? Eles são crianças! Faz seus 30 e fica quieto aí”*.

Esse tipo de atitude de “colocar o atleta no seu lugar” é muito comum nos treinos, sendo importante no Jiu Jitsu, assim como em outros esportes e artes marciais, uma postura que valoriza a humildade e a disciplina. Essas “correções” são também descritas por Wacquant em relação ao treinador de boxe:

Quando corrige um boxeador, DeeDee faz isso da maneira mais pública possível: na maior parte das vezes, a reprimenda é gritada com uma voz forte, vinda da sala dos fundos, e ouvida por todo mundo.(...) Por meio de suas observações, de suas críticas, seus encorajamentos, mas também de seus silêncios prolongados, ou por sua presença DeeDee educa aqueles que, por falta de confiança em si mesmos ou por timidez, consideram-se abaixo de seu valor, e rebaixa aqueles que, embevecidos por seus progressos na academia ou por seus sucessos no ringue, vangloriam-se, acreditam que “chegaram lá” e tentam boxear acima de seus meios. (WACQUANT, 2002. p. 124; 131).

Essas falas eram dirigidas com o intuito de disciplinar a conduta dos jovens dentro (e às vezes fora) do tatame. Por exemplo, se um aluno se deitava confortavelmente no tatame, o professor podia lhe dizer *“você está pensando que está na praia?”*. Conforme menciono anteriormente, como todos os outros eu também fui alvo dessas “zoações”, quando o professor Carlos me chamava de “patricinha” ou dizia que eu estava treinando por ser um “projeto” dele.

Em alguns momentos, essas “zoações” e o “colocar em seu lugar” beiravam a humilhação, fazendo com que alguns atletas expressassem sentir que ele estava “pegando no pé”. Por exemplo, quando se ressaltava que um atleta executou mal alguma técnica, rechaçando-o na frente de todos, quando se criticava o físico de alguém ou então fazendo piadas quando um garoto perdia para uma garota.

Nos últimos tempos, os professores João e Carlos passaram por algumas tensões, disputas de poder entre eles. Nessas ocasiões, o professor Carlos “zoava” inclusive o professor João, que era menos graduado que ele, porém, era quem estava mais presente nos treinos, o que tornou a situação ainda pior, com o professor João ameaçando sair do projeto algumas vezes.

Nesse sentido, podemos pensar na categoria “esculhambação”. Conforme descreve Pires (2011), “esculhambar”, diferente de “esculachar”, é uma atitude desagradável, porém tolerável, enquanto que esculachar seria algo intolerável, que demanda uma resposta. Ora, durante esse tempo no projeto, nunca vi nenhum aluno confrontar o professor ao não gostar de alguma de suas falas. Parece-me, assim, que sua atitude era tomada apenas como uma “esculhambação”, que não interferia negativamente na sua autoridade enquanto professor.

Tratava-se, assim, do jeito “zoador” do professor Carlos, que causava, em geral, reclamações indiretas e no máximo a ausência nos treinos para não ter que lidar com o professor “pegando no pé”. Essas reclamações, porém, foram alvo de conversa entre o professor João, Luís e eu. Em decorrência dela, os dois tiveram uma conversa com Carlos para que “pegasse mais leve”. Segundo Luís, algumas crianças já estavam querendo faltar os treinos por receio ou até medo do professor. Porém, em função de uma dificuldade de comunicação no projeto, alguns conflitos em relação ao jeito do professor permaneceram sem ser resolvidas.

2.12 Cansaço e endorfinas

O início dos treinos, para quem não está acostumado, traz um certo cansaço, como ocorreu comigo, principalmente nas semanas em que os treinos ocorriam mais próximos, às terças e quintas. Após o treino, descia o morro e sentia as pernas bambas. Como descrito anteriormente, para descer é mais rápido e fácil do que subir. “Para baixo todos os santos ajudam”, diz o ditado popular. Com o impulso da descida, em algumas partes bastante íngremes, o descenso era feito como em passinhos ligeiros,

quase pulos. Ao dormir, sentia o corpo cansado e adormecia rápido, muitas vezes tomando um comprimido de *relaxante muscular*, para prevenir as dores do dia seguinte. Ao acordar sentia o impacto do treino da noite anterior, com o corpo dolorido. Mas nem tudo é cansaço no mundo dos esportes. A sensação de prazer após a prática, ocasionada pela liberação de endorfinas, também se fazia presente; uma sensação de relaxamento e de dever cumprido.

Considero que essa sensação prazerosa não provém apenas da prática dos esportes em si, mas também, do sentimento de camaradagem e união da prática de esportes em grupo, quando ocorre uma interação amistosa com a equipe. É uma interação de fatores, a prática em contato com outros corpos, as brincadeiras, conversas, risadas, o afeto. Essa mistura de sensações também foi descrita por Wacquant (2002, p. 137) em sua pesquisa; *“Estou cansado, mas faz um bem imenso trabalhar assim, em uníssono, em uma tal tempestade de golpes, de assopros, de esquivas, saltos, esforços de todos os tipos, nesse alegre ambiente de algazarra física”*.

Entretanto, nem sempre saí dos treinos sentindo que tive uma interação positiva. Às vezes a coisa fluía melhor, às vezes as zoações chegavam a me incomodar um pouco. Os treinos em que perdia mais do que ganhava não faziam tão bem; porém, a disposição de tentar de novo se fez presente todo o tempo e se mostrou recompensadora. A impressão que eu tive, e escrevi em meu diário de campo - mas também é uma reflexão que levo na vida - é que o estado de ânimo em que entramos em um local, em um determinado dia, influencia um tanto na interação que teremos, a tal da *“vibe”*³¹.

Às vezes, principalmente no início de um trabalho de campo, em um local novo, ou com pessoas novas, nos sentimos um tanto receosos, ansiosos, tímidos. Minha reflexão é que quando chegamos em um local um tanto *“fechados”* à interação, ela pode não fluir tão bem, pois as pessoas sentem isso de alguma forma. As situações também podem nos surpreender, mas penso que uma postura receptiva tende a ter um resultado mais positivo.

Muito da sensação prazerosa também veio da própria interação, assistindo ao

³¹ “s.f. Neologismo. Gíria. Termo que significa vibração, geralmente, utilizado por pessoas jovens ou adolescentes: vibe positiva. (Etm. Forma Abrev. do inglês: vibration)” Fonte: Dicio online, disponível em: <<http://www.dicio.com.br/vibe/>>

treino das crianças ou participando sob os pedidos delas, recebendo seu carinho, bem como construindo relações com os demais. O sentimento de união e de pertencimento a um grupo passou a fazer parte, na medida em que eles também passaram a me reconhecer como participante do projeto.

2.13 Salgadinhos e garrafinhas d'água

Após cada treino, eram distribuídos pacotes de salgadinho, um por pessoa que participou do treino, tanto crianças como adolescentes e adultos, incluindo também os professores. Certa vez, observei na embalagem de uma das levas do salgadinho uma coincidência curiosa, na qual aparentemente ninguém mais havia reparado; havia na embalagem a figura de um porquinho com quimono, além de possuir também uma mensagem cristã no verso da mesma.

Ao perguntar para Luís sobre o fato e a origem dos salgadinhos, ele disse não passar de uma coincidência, que apenas comprava o salgadinho em um mercado barato. Seja como for, a entrega dos salgadinhos era um rito presente em todos os dias de treino do projeto, ao menos todos em que eu estive presente. E a iconografia, assim como a essência moral da mensagem, caíam como uma luva.

Às vezes me pediam para ajudar a distribuir os salgadinhos. Em geral, todos os participantes o aceitavam, consumindo-o na saída do treino ou levando para casa. Eu mesma muitas vezes desci o morro comendo o salgadinho, que ajudava a recuperar as energias pós-treino. Algumas vezes, alguma criança, em geral meninos, tentavam ganhar dois salgadinhos, fingindo que ainda não haviam recebido ou se oferecendo para levar o de alguém. Sempre que isso era constatado, era solicitado que devolvessem o salgadinho extra, pois era um por pessoa, não tendo muitos salgadinhos de sobra.

Conforme dito anteriormente, o projeto também disponibilizava água para os participantes, por meio de um tonel, enchido antes do primeiro treino, através do qual cada um podia se servir em uma caneca. Há alguns meses, o projeto havia criado uma garrafinha para cada criança, contendo nome e um adesivo do projeto.



Imagem 16: Parte da frente da embalagem do salgadinho.



Imagem 17: Parte de trás da embalagem do salgadinho.

2.14 Orelha estourada e outras marcas

Considerada uma marca do *jiu jiteiro*, “símbolo máximo de pertencimento ao grupo”, conforme descreve Teixeira (2010), a *orelha estourada* é considerada, também

entre alguns jovens do Projeto, um símbolo de valentia e resistência, motivo de orgulho. O constante atrito com o quimono e o tatame, podem atingir de modo incisivo a cartilagem das orelhas, que se bastante maltratadas, incham com o sangue (TEIXEIRA, 2010).

Quando isso acontece, conforme me descreveu um integrante do projeto, às vezes eles tem de ir ao médico para tentar desinchar a orelha. Uma fala que me chamou a atenção sobre isso foi a de um garoto, de cerca de 13 anos, que ao fazerem referência ao curativo que exibia em uma de suas orelhas bradou, em tom de orgulho e brincadeira, “*sou um lutador profissional*”.

"Contudo, o traço mais distintivo dos praticantes de jiu jitsu não são os músculos avantajados, e sim as orelhas deformadas pelos treinamentos. (...) A orelha "estourada" é sinal de dedicação e experiência, espécie de atestado de entrega do lutador à luta - daí sua importância simbólica. Ela é claramente um signo distintivo que, pelo menos em tese, atesta a assiduidade e experiência do lutador" (TEIXEIRA, 2010, p.5).

Além da orelha estourada, outra marca do jiu jitsu no corpo é percebida pela vermelhidão nas dobras dos dedos, causada pelo atrito de segurar o quimono do adversário. Por esse motivo, alguns praticantes utilizam fita crepe para proteger os dedos nos treinos, conforme ilustra a imagem a seguir.



Imagem 18: Dedos enrolados com fita crepe no treino de Jiu Jitsu.

Essas “bandagens” fazem parte do que Wacquant chamou de técnicas para preservar e frutificar o “*capital-corpo*” do lutador. Dispositivos que visam a preservação e reprodução das reservas de energia e a proteção de locais estratégicos do corpo (WACQUANT, 2002).

Nas pessoas com maior propensão a hematomas, como é o meu caso, eles

também são comuns na prática do Jiu Jitsu. Mais comumente nos joelhos, pelas quedas frequentes e posições que causam o atrito do tatame com os mesmos, mas também em outras partes do corpo, dependendo da força com que o adversário nos golpeia.



Imagem 19: Hematomas no joelho após treino de Jiu Jitsu.

Em relação aos hematomas causados pelas lutas, Oliveira Filho (2011) observou em sua pesquisa que essas marcas não eram muito bem vistas pela maioria dos seus interlocutores, enquanto alguns as apreciavam. Algumas alunas de boxe em sua pesquisa se preocupavam com a estética dos hematomas e marcas, que feririam uma imagem de feminilidade e beleza, enquanto os homens consideravam-nos como medalhas, com orgulho, conforme demonstra também minha discussão sobre as orelhas estouradas.

De minha parte, já que fui a única pessoa no projeto que observei ganhar esses “roxos”, tendo facilidade em minha constituição física para obtê-los, não me incomodo com o aspecto estético, tendendo mais para uma preocupação com a saúde. De certa forma tendo mais para a concepção do orgulho das marcas, quando chegava em casa após um treino e via o que ocasionou, porém com uma mistura de espanto e preocupação, quando eram muitos ou muito grandes.

2.15 O afeto no tatame

Teixeira (2010), em seu estudo com lutadores de Jiu Jitsu de classe média e alta do Rio de Janeiro, observou que, em se tratando a academia de Jiu Jitsu um ambiente permeado por um *ethos* de virilidade, era importante que os atletas mantivessem uma “*distância regulamentar*” em seu interior, evitando maiores intimidades físicas e a confissão de intimidades sentimentais, o que poderia ser malvisto ou mal interpretado.

Porém, no caso do projeto, não foi isso o que percebi.

Apesar de haver, conforme descrito no tópico sobre o gênero, brincadeiras a respeito de falta de masculinidade, passei a observar a existência de um nível de afeto físico no tatame, nos intervalos entre as lutas, principalmente entre os menores. Na minha perspectiva, a própria proximidade física viabilizada pela luta, bem como pelas brincadeiras, no caso das crianças, possibilitaria uma aproximação física também para o carinho, o afeto, sendo comum que os jovens, principalmente as crianças com os maiores, se escorem uns nos outros, se abracem, entre outras formas de contato.

Um caso que me chamou particularmente a atenção foi o de um menino, de cerca de 13 anos, que deitou no colo de uma menina de 18, como se fosse seu filho, ao que ela lhe dirige “*você está carente?*” e ele diz “*sim*”, então ela lhe fez cafuné até que ele adormecesse em seu colo. Além disso, eu mesma participei de trocas de afeto para com as crianças, mesmo no tatame durante os treinos.

Essa particularidade pode ser em parte devido à mistura de gêneros no Projeto, não sendo o afeto visto necessariamente como um apelo à homossexualidade ou ao erotismo. Além disso, pela participação das crianças, que talvez sejam mais abertas ao afeto que os adultos. Cabe no entanto uma reflexão sobre o papel do corpo e do contato corporal que possibilita tanto a luta como o carinho:

“Aprendemos pelo corpo. A ordem social se inscreve nos corpos por meio dessa confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que sempre confere um lugar importante a afetividade e, mais ainda, as transações afetivas com o ambiente social (BOURDIEU, 2001, p. 172)”.

Segundo Wacquant, se o que afirma Bourdieu é verdadeiro, “impõe-se que o sociólogo submeta-se ao fogo da ação, que ele coloque, em toda a medida do possível, seu próprio organismo, sua sensibilidade e sua inteligência encarnadas no cerne do feixe das forças materiais e simbólicas que ele busca dissecar (...)” (WACQUANT, 2002, p. 12). Assim o fiz, conforme descrevi acima, empregando meu corpo como participante, na luta e no afeto.

Para concluir, a conduta dos corpos para além do confronto corporal da luta, fora do combate, vai depender do tipo de socialização e relação estabelecida em cada grupo. No caso do projeto, as brincadeiras, “zoações” e combates não impediam necessariamente uma conduta afetuosa em outros momentos. Em verdade, as zoações, brincadeiras e combates também podem servir como mecanismo de aproximação entre

os participantes.

2.16 Peidar e “peidar”

No contexto do projeto Jovem de Jesus, essa expressão se fazia presente em dois sentidos, um no sentido literal, e outro no sentido figurado, de “se acovardar” para algo, geralmente uma luta. No sentido literal, por mais bobo que possa parecer, não posso deixar de mencionar, o quanto os “gases” divertiam os participantes do projeto quando apareciam, dentro do tatame, principalmente no momento de uma luta.

Devido a tendências pessoais e ao esforço excessivo, que muitas vezes ocorre em uma luta, às vezes escapavam alguns “peidos”. Quando isso ocorria, era motivo de risos e diversão, de comentários e até de desconcentração de quem estava lutando. Em uma ocasião em que isso ocorreu, por parte de uma menina, ou seja, que uma menina *peidou*, literalmente, em uma luta, foi motivo para que o professor João comentasse o ocorrido depois, divertindo-se. O menino que estava lutando com essa menina começou a rir e se desconcentrou, então o professor disse a ele uma frase bastante ouvida no Jiu Jitsu (e imagino que em outras artes marciais também, uma vez que me lembro dela dos meus tempos de Judô), “*sem rir; luta sem rir!*”. Embora o próprio professor às vezes não contivesse sua diversão sobre o assunto.

Já o sentido figurado, dizia respeito a quando alguém se recusava a lutar com um oponente por medo, seja de perder, apanhar, etc. Em outras palavras, “se acovardava”. Assim, esse neologismo era conjugado, “fulano peidou pra fulana”, “fulano peida pra fulano”, “vai peidar”, etc. Embora a pessoa que “*peidava* para lutar com alguém estivesse deixando de ser vista como corajosa nesse momento, isso ocorria com alguma frequência, podendo ser também uma acusação inadequada frente a uma recusa devida a outros motivos, como o cansaço ou preguiça do oponente em lutar, não necessariamente medo.

Essa questão do medo foi descrita também por Oliveira Filho (2011), por exemplo quando um de seus interlocutores, professor de boxe, diz que muitas alunas deixam o esporte quando sabem que tem que enfrentar oponentes de fora, por medo de perder (p.50). A questão aparece também no seguinte trecho: “No final da aula, Maurício pede que duas mulheres entrem em combate. Sonia, que não praticava nenhuma arte marcial, fica com medo e diz para Fernanda pegar leve” (p. 62). Além disso, seus interlocutores relatam o medo de alguns golpes, das sequelas que a luta pode

trazer e do nocaute, quando o adversário é derrubado e não consegue mais levantar.

No contexto do projeto, em se tratando de uma recusa por medo de perder ou se machucar, o que posso dizer por experiência própria, podia ser por já ter lutado com aquele oponente e saber que ele é muito “bruto”, forte, pesado, etc., podendo ou não haver uma diferença física entre os adversários. Em caso de nunca ter lutado com aquela pessoa, podia ser mesmo medo de perder. Nesses casos, quem se recusava a lutar podia ser alvo de “zoações”, por exemplo, essa de dizer que se está “peidando”. A zoação era maior se fosse um homem com medo de lutar com uma mulher, como descrito anteriormente.

2.17 Grupo no *Whatsapp*³²

À medida que fui me aproximando dos participantes do projeto, alguns deles pediam meu número de telefone para me adicionar ao Whatsapp e manter comunicação por lá também. No início foram alguns jovens adultos e professores, depois até algumas crianças e pré-adolescentes passaram a ter acesso e me adicionaram também.

Primeiro havia um grupo de homens do projeto, no qual adicionavam outras garotas e pessoas de fora, funcionando mais como um grupo de sedução e troca de mensagens eróticas, comuns entre homens que utilizam esse aplicativo. Ao me adicionarem nesse grupo, que diziam ser “do projeto”, não me senti à vontade e saí. Porém, depois de um tempo foi criado por um dos professores um grupo do projeto de fato, só com pessoas do projeto e no máximo amigos próximos e cônjuges.

O grupo, intitulado “Jiu Jitsu ~ PJJ”, no qual PJJ é sigla para “Projeto Jovem de Jesus”, possuía como foto o logotipo do Projeto, e contava com aproximadamente 24 participantes, dentre professores, fundador, crianças, adolescentes e adultos. Possuía um administrador, que era o professor que criou o grupo, o professor João.

Em função da participação de crianças no grupo, ele possuía algumas regras, porém mesmo já tendo ocorrido alguns deslizes nunca nenhum participante foi excluído do grupo, tendo no máximo recebido uma advertência. Uma das regras era não falar palavrões ou postar qualquer conteúdo considerado impróprio. Quando isso ocorria, às

³² Whatsapp é o nome de um aplicativo utilizado em smartphones, celulares modernos com múltiplas funções e acesso à internet, que possibilita a troca de mensagens entre indivíduos e grupos, conectados à internet e que possuam o aplicativo. As mensagens podem ser tanto escritas como de áudio, e também é possível trocar imagens, áudios e vídeos em geral.

vezes o sermão era dotado de moral religiosa, por exemplo quando Luís escrevia: “*cuidado com a boca suja, Jesus te ama, amém*”. Essa frase também virou motivo de brincadeira, quando passou a ser reproduzida por outros participantes, lembrando de Luís vigiando o grupo.

A participação no grupo costumava ser diária, os participantes se cumprimentavam, trocavam informações, piadas, imagens e muitas brincadeiras e provocações. Entre os homens e meninos, eram comuns as *zocações* a respeito da sexualidade dos mesmos, uns acusando os outros de serem gays. Um jovem em especial era o mais incomodado. Tratava-se de um rapaz branco, cabelos negros, esbelto e considerado bonito. Podia ser que a beleza do mesmo incomodasse os demais, que não perdiam oportunidade de sacaneá-lo. Mas talvez fosse também em virtude de sua timidez, que o mantinha afastado das “azarações”.

Além disso, algo que me chamou a atenção é que alguns integrantes cumprimentavam os outros como “família”, expressando um sentimento de união e proximidade no Projeto. É interessante observar o quanto esse tipo de mídia pôde possibilitar, por exemplo, essa expressão que, talvez, não seria dita pessoalmente, ao menos nunca observei e não imagino ocasião para que se manifestasse dessa forma.

2.18 Os Campeonatos

“Não se preocupa, vou me vingar por você”³³

Um campeonato de Jiu Jitsu é um evento em que se pode observar o grau de coesão da equipe fora de seu local tradicional de treino, a solidariedade e apoio entre os participantes. Por essa razão, minha presença como *apoiadora no campeonato “Open de Projetos Sociais Vencedores em Cristo”*, do qual o projeto participou, foi valorizada na equipe.

O campeonato ocorreu em São Gonçalo³⁴, em um ginásio, tendo me

³³ Fala de uma criança para outra do projeto, após esta perder uma luta em um campeonato. A criança que disse a frase, lutaria em seguida com a criança que venceu sua amiga.

³⁴ São Gonçalo é uma cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É considerado um município cuja maioria de seus habitantes em condições menos desenvolvidas do ponto de vista econômico do que a antiga capital do Estado do Rio de Janeiro, a Cidade de Niterói, da qual é limítrofe.

surpreendido a existência de diversos outros projetos sociais de Jiu Jitsu de origem religiosa como o Projeto Jovem de Jesus. Na ocasião desse campeonato, pude observar a tensão que precede as lutas, o nervosismo dos atletas, a expectativa dos pais e acompanhantes, dos treinadores, torcidas, parabenizações e xingamentos.

Durante todo o dia os atletas iam sendo organizados por categorias, marcadas pelo peso, sexo, faixa etária e cor da faixa. Os menores, participavam de um tipo diferente de competição, no qual todos ganhavam medalhas, com o objetivo de incentivar sua participação no esporte, mais do que o aspecto competitivo.

Havia um grande tatame dividido em quatro partes, com árbitros e um placar eletrônico para cada uma delas, nas quais ocorriam lutas simultaneamente. Os que ganhavam, seguiam lutando com outros competidores. Em geral, as crianças do projeto foram bem, a maioria foi vencedora, poucos perderam e uma menina se machucou. Eu fiquei assistindo com o professor e acompanhantes, torcendo pelas crianças e tirando fotos. Após as lutas, era possível tirar fotos no pódio, com as medalhas e os acompanhantes. Ao fim da manhã, todas as crianças já haviam lutado e foram embora com seus pais e acompanhantes.

Após o horário de almoço, sem que a competição parasse, começava a competição dos maiores, adolescentes e adultos, na qual também competiram alguns jovens do projeto. Esperei com eles na arquibancada até que pudesse assistir cada um deles lutar ao menos uma vez. No fim da tarde, já cansada de acompanhar desde cedo, me despedi e fui para casa.

O projeto ficou na 7ª colocação, dentre 28 equipes, tendo ganhado também um troféu. No treino seguinte, comentou-se sobre o campeonato, a performance, elogios e críticas, as crianças que ganharam medalhas se orgulhavam e gostavam de mostrá-las. O professor também me agradeceu publicamente pelo apoio e por ter estado presente no campeonato, o que percebi ter sido importante também aos demais.



Imagem 21: Troféu “Open de Projetos Sociais Vencedores em Cristo”, 7º lugar

2.19 O fator da religiosidade

Após ter observado esse campeonato, voltado para projetos sociais cristãos, como diz o nome “Vencedores em Cristo”, percebi a existência de diversos outros projetos, além do Jovem de Jesus, com influência religiosa. Projetos que trabalham além do esporte, a parte da religião. Me chamou a atenção, por exemplo, o fato de que alguns atletas, de outros projetos, se ajoelhassem para orar antes da luta.

Ora, tanto o esporte quanto a religião possuem um conhecido potencial para “salvar” as pessoas, afastando-as do crime, dando motivações para suas vidas, apoio comunitário, etc. Assim, no contexto do projeto, não somente a parte esportiva, mas também a religiosa, deve ser levada em conta.

A influência religiosa no projeto se fazia notar em diversos momentos, tanto nas orações que davam início aos treinos, nos símbolos, sermões, e no próprio nome do projeto. Porém, implicitamente, ela estava na mensagem de que pretendia, nesse contexto, junto ao esporte, “tirar os jovens da rua”, objetivo primordial do projeto, conforme explico mais adiante.

Assim, diversos projetos sociais, cada um com suas especificidades, passaram a investir na união da religião e do esporte, visando, sob essa dupla influência, atrair e ajudar os jovens a “trilhar o caminho do bem”, ou, em outras palavras, “salvá-los”. No caso de uma arte marcial, essa influência ganha um duplo reforço moral, pois que esse tipo de esporte já possui em seu aparato uma pretensão de forjar não só o corpo, mas

também o caráter de quem o pratica.

2.20 “*Graduado dá exemplo*”

A hierarquia das faixas, segundo o professor principal, diz que a maior faixa deve ser a maior hierarquicamente, ou seja, na presença do professor de faixa preta, como era o caso dele, ele é quem mandava. Na ausência dele, aquele com a maior faixa é o que devia ser ouvido. Assim também na organização inicial e no fim dos treinos que orientava os alunos por ordem de faixa em filas.

A ordem das faixas inclui cores, diferentes até os 15 e a partir de 16 anos, e também 4 “graus” que o atleta deve atingir em cada faixa antes de trocar para a próxima, constituindo graduações intermediárias, sendo cada “grau”, materialmente consistindo em um esparadrapo branco, enrolado na faixa. Todas as faixas, com exceção da faixa preta, devem possuir um tecido preto de 10 cm no final de faixa, para que o atleta receba os graus. Porém, é possível “pular” graus ou faixas, de acordo com a avaliação dos professores sobre o desenvolvimento de cada atleta.

A ordem de cores de faixas é a seguinte: dos 4³⁵ até os 15 anos; faixa branca, faixa cinza, faixa laranja e faixa verde. A partir dos 16 anos; faixa branca, faixa azul, faixa roxa, faixa marrom, faixa preta e por fim, faixa vermelha, com graduações intermediárias de vermelho/preto e vermelho/branco antes de chegar na última. A primeira faixa sempre é a branca, e as últimas, considerando que os atletas menores só as atingem em determinada idade, são as mesmas. Quando os atletas que já possuem graduações completam 16 anos, podem trocar automaticamente de faixa, de acordo com a avaliação do professor.

O tempo que cada atleta leva para atingir a graduação varia muito, podendo ser de meses ou anos. Segundo o professor Carlos, há professores mais ou menos exigentes, no caso dele, ele dizia que preferia ser mais exigente para que seus alunos fossem fortes dentro de suas graduações. Além disso, existem exigências quanto à faixa etária das faixas e do tempo em cada uma, por exemplo, para receber a faixa marrom, o atleta deve ter no mínimo 18 anos, para trocar da faixa azul para a roxa, o atleta deve permanecer nela por dois anos e para trocar da faixa preta para a vermelha, o atleta deve

³⁵ Segundo a Confederação Brasileira de Jiu Jitsu (CBJJ), a Federação Internacional de Jiu Jitsu Brasileiro (IBJJF) não recomenda a iniciação de atletas com meno de 4 anos de idade.

permanecer nela por 31 anos³⁶.

As graduações podem ser definidas por meio do exame de faixa, onde são testados conhecimentos e performances, sendo também levado em conta o desempenho dos atletas nos treinos e campeonatos. Cabe ao professor que acompanha os atletas observar seu desenvolvimento e decidir quando irá indicá-lo para o exame. Quanto a isso, às vezes o professor pode dar alguns conselhos, por exemplo, de que o atleta pode decidir entre permanecer mais tempo na sua faixa, sendo um atleta mais forte em sua categoria, ou trocar de faixa, não sendo ainda um atleta tão preparado para a categoria que irá adentrar. Foi o que aconteceu com um dos atletas do projeto.

Marcos, de 21 anos, era candidato para passar para a faixa azul, segunda faixa da categoria dos adultos. Porém, preferiu continuar na faixa branca, ganhando 4 graus, para que mudasse somente quando se sentisse mais preparado em sua categoria. Essa decisão ocorre muitas vezes por conta dos campeonatos e lutas com outros atletas de sua faixa, ocasiões em que o atleta tem uma ideia de como está seu desempenho em comparação com outros atletas.

A obtenção de graus e troca de cores de faixa era motivo de orgulho entre os integrantes do projeto, que sorriam e se vangloriavam entre si quando falavam sobre isso ou exibiam suas novas conquistas, principalmente as crianças. Mas esses avanços também traziam uma maior responsabilidade, conforme um dos professores costumava enfatizar, “*graduado não faz bagunça, graduado dá exemplo*”.

Além disso, embora não tenha ouvido de nenhum caso em que isso ocorreu, existia a ameaça de que o professor pudesse retirar graus de acordo com o comportamento dos atletas. Essa ameaça já foi presenciada por mim, quando o professor Carlos falou “*Da mesma forma que eu dou os graus eu tiro*”. Outras regras que podem interferir nisso, no momento do exame, é o fato por exemplo de estar com as unhas compridas, o que segundo me disseram duas meninas, pode fazer com que se perca um grau.

2.21 Exame de graduação no CRIAA-UFF

O primeiro exame de graduação que presenciei foi ainda em 2013, quando

³⁶ Dados da Confederação Brasileira de Jiu Jitsu. <<http://www.aprendajiujiutsu.com.br/sobre-o-jiu-jitsu/sistema-de-graduacao-de-faixa-no-jiu-jitsu/>>

comecei a acompanhar o projeto, estando ainda em contato com o CRIAA-UFF, observando os treinos lá. O evento ocorreu na sede do CRIAA, no dia 10 de dezembro, uma terça-feira, no turno da noite, com os atletas de lá e também do projeto, todos alunos do professor Carlos, que na época dava aulas nos dois locais. Além disso haviam alguns alunos dele de outras escolas em que dava aulas, que vieram também para receber graduações.

Na época, o CRIAA-UFF já enfrentava problemas com seu financiamento. Nesse evento, alguns alunos de cinema da UFF tinham ido para fazer um vídeo institucional do CRIAA, ao que um monitor comentou comigo que seria bom para visibilidade do CRIAA como uma instituição que cedia espaço para a comunidade, por ocasião desse evento no local.

O local, onde também eram realizados os treinos do CRIAA, era um ginásio, onde foram organizados três conjuntos de tatames para diferentes avaliações concomitantes. Três avaliadores se dividiram entre eles, passando os atletas por cada um para diferentes fases de avaliação. Os avaliadores eram o professor Carlos, Luís e Antônio.

No primeiro momento, os atletas passavam por Luís, que lhes pedia que demonstrassem algumas posições e rolamentos. Depois, o professor Carlos testava seus conhecimentos acerca das técnicas/golpes. No último momento, com Antônio, os atletas eram avaliados lutando, o atleta avaliado com outro que se dispunha a lutar com ele.

O clima era de mais seriedade que o habitual, porém ainda com uma certa informalidade, que permitia alguns comentários paralelos, risadas e flexibilidade na escolha de quem iria lutar com quem, às vezes por falta de opção (Nota de campo, 10 de dezembro de 2013).

Lembro que em uma ocasião colocaram uma menina para lutar com um menino que estava sendo avaliado. Uma senhora, que parecia ser a mãe do menino, ficou indignada, dizendo que não poderiam colocar uma menina para lutar com ele, ainda mais uma menina pequena, pois ele não se sentiria bem lutando com ela, com medo de machucá-la, “*qual menino que se sente bem lutando com uma menina, por mais feroz que ela seja?*”³⁷. Então ela reclamou para Antônio e Carlos, até que colocaram outro menino para lutar com ele.

³⁷ De fato, essa combinação não é aceita nos esportes em geral, principalmente nos campeonatos, ocorrendo por exceção nas turmas do professor Carlos, conforme exemplificado anteriormente.

Os atletas vieram acompanhados de seus familiares, amigos e companheiros, que estavam lá prestigiando e torcendo por eles. Conversei com alguns atletas sobre como estavam se sentindo, alguns dizendo que estavam nervosos. No caso de uma menina, de cerca de 8 anos, o nervosismo foi tanto que ela chorou. Compreensível, tratando-se de um evento de grande exigência pela avaliação do desempenho dos atletas, além do nervosismo que a própria exposição ao público pode proporcionar.

Alguns pais faziam cara de orgulho, quando viam o desempenho de seus filhos, e outros de apreensão, principalmente enquanto lutavam. Uma das mães falou “vou parar de olhar, se não ele fica me olhando e não presta atenção”. E quando lutavam um menino e uma menina, irmãos, a mãe falou, em tom de ameaça, “vamos ver qual dos dois não vai jantar hoje” (Nota de campo, 10 de dezembro de 2013).

Passado o nervosismo, apesar do rigor do professor Carlos na preparação dos atletas, alegando que Luís era “muito mole”, todos receberam graduações e parabenizações do professor, que foi motivo de grande orgulho e alegria. As graduações foram anunciadas por Carlos, algumas antes do fim do evento e outras ao fim de todas as avaliações, alguns receberam “graus” e outros trocaram de faixas.



Imagem 22: Exame de Graduação no CRIAA-UFF. 10 de dezembro de 2013.

2.22 Evento de graduação no Projeto Jovem de Jesus

O segundo “exame” de graduação a que compareci, dessa vez não apenas como observadora, mas também como participante, ocorreu na sede do Projeto, no dia 24 de janeiro de 2015. Dessa vez, além de participar como atleta no projeto, eu também

receberia meu “grau”.

Esse exame, foi na verdade um *evento*. A diferença é que, nesse caso, para que fossem distribuídas as devidas graduações de cada atleta, não foi necessário um exame, tendo esse sido feito pela observação dos professores ao longo dos treinos, pelo merecimento de cada um por seus avanços, dedicação e tempo de treino. Mas mais que isso, foi um evento por outras questões. Foi um evento que ocorreu pela primeira vez na sede do projeto, visando também atrair visibilidade ao projeto na comunidade, tendo sido colados nos postes alguns panfletos para divulgação, e servindo também para apresentar o que tem sido feito, agradecendo aos envolvidos.

A data do evento foi pensada meses antes, em parte também em função da possibilidade de minha presença, pois estaria viajando até meados do dia 20 de janeiro. Alguns preparativos foram decididos em uma reunião e o restante foi sendo organizado pelos professores e fundador do projeto.

A decisão da graduação de cada atleta, ou melhor, dos que receberiam alguma graduação, foi resultante da observação sistemática do desempenho dos atletas nos treinos e conversas entre os professores. Algumas vezes, alguns atletas eram colocados para lutar uns com os outros com o principal objetivo de observar seu desempenho para a graduação.

Eu já sabia que receberia um grau, pois os professores haviam me dito, porém o mesmo também me foi contado pelas crianças, que ansiosas espiaram nos certificados que os professores haviam levado. Apesar de ser apenas um primeiro passo, fiquei satisfeita com essa notícia, tendo sentido algumas vezes pouco reconhecimento de meus esforços nos treinos.

Tendo sido dito para levarmos familiares e amigos, levei meu então namorado, que já havia conhecido o projeto em outra ocasião em que foi comigo para um treino. Resolvemos ir andando de minha casa, pela rua Indígena, caminho que fiz algumas vezes com Junior, que morava perto dessa rua, ao pé do Morro. Porém, estava acostumada a passar em frente à Igreja São Lourenço dos Índios, tendo me sentido um pouco perdida indo direto pela rua Indígena.

Um funcionário da Clin, empresa de limpeza localizada na rua, ao pedirmos informação resolveu nos acompanhar até a igreja. Perguntamos se ele era morador e ele

disse que não, mas que estava acostumado a subir lá várias vezes. Comentamos sobre a dificuldade da subida, que ele disse estar acostumado. Após pedirmos informações, consegui me localizar e encontramos o caminho, seguindo uma subida ao fim da rua Indígena. Ao se despedir de nós, agradecemos ao funcionário e ele disse “*cuidado lá em cima, hein!*”. Porém, o morro parecia mais tranquilo que o habitual e nem mesmo vi traficantes no caminho, já os tendo visto nas outras vezes em que o percorri.

No caminho, percebi colados em alguns postes os os panfletos de divulgação do evento, convidando a comunidade. Continuando a subir o morro, encontramos algumas crianças do projeto, que estavam tentando vender rifas para o evento. Ao me reconhecerem, algumas delas vieram correndo em minha direção, me abraçando em conjunto e exclamando “tia Betânia!”. Foi uma recepção muito alegre para mim. Entre elas estava Bianca, que nesse tempo em que estive longe, havia perdido seu irmão. Porém, ao vê-la alegre, preferi não tocar no assunto.

Enquanto as crianças seguiram passando em algumas casas para oferecer as rifas, seguimos até o evento, que ocorreria na quadra de esportes da sede onde estava o projeto. Na entrada, estavam o professor Carlos e Antônio, que nos cumprimentaram e apresentaram suas esposas. Estavam também alguns de seus filhos.

Seguimos, cumprimentando as pessoas, oferecemos ajuda, os professores estavam arrumando uma mesa com medalhas, certificados, faixas e troféus do projeto. Na quadra, crianças pequenas corriam animadas, alguns meninos jogavam bola em uma das goleiras, outras crianças brincavam em um parquinho localizado ao lado, dentro do ginásio.

Apesar de eu ter achado que estava atrasada, o evento que estava marcado para às 9 horas, começou realmente por volta das 11 horas. Além dos participantes e acompanhantes, estavam presentes também diversos ajudantes da igreja de que faziam parte o fundador do projeto e sua esposa, bem como alguns dos participantes.

No meio da quadra, estava montado um tatame. Temendo o que ocorreria, perguntei aos professores se teria que lutar. Eles falaram que haveria apenas algumas lutas para demonstração do projeto. Eu estava nervosa porque provavelmente teria que lutar com Alice, mãe de uma das crianças e a única atleta realmente da minha categoria, tendo minha idade e peso. Eu já havia lutado com ela e voltei com grandes hematomas. Porém, apesar de dizer ao professor Carlos que iria “perder com dignidade”,

considerando meu temor, ou, nas palavras do professor João, que eu “peido” para lutar com ela, João me colocou na hora com outra menina com quem eu costumo lutar, Júlia. Depois disso fiquei com vontade enfrentar meu medo e treinar mais com Alice.

Ao começar o evento, todos os atletas sentaram em um tatame em frente ao tatame de luta. Os professores, junto com o fundador e outros colaboradores, iniciaram então uma sessão de agradecimentos, falando algumas palavras e presenteando diversos colaboradores, incluindo cada um deles, com uma medalha do projeto. Dentre eles estavam, além dos professores, fundador e sua esposa, apoiadores da igreja de Luís, incluindo o pastor. Nesse momento, o professor João havia pedido para que eu tirasse fotos com seu celular. Observando o que estava ocorrendo, comecei a me perguntar se eu seria homenageada. Considerando minha participação junto ao projeto nesse período como também de colaboração, senti certa decepção ao ver que esse reconhecimento não ocorreu.

No momento em que homenagearam Luís, fundador do projeto, Carlos solicitou que fosse feito um minuto de silêncio, pois a mãe de Luís havia falecido dias antes. Deu para ouvir Luís chorando e foi um momento comovente. Ele falou que sua mãe sempre o apoiara e dizia para ele ir, quando a visitava no hospital, pois as crianças precisavam dele. De fato, o reconhecimento desse vínculo dele com as crianças pôde ser visto também no momento da graduação, em que, podendo escolher dentre todas as pessoas presentes, algumas delas escolheram Luís para dar a graduação a elas.

Após esse momento, ocorreu o momento das lutas. João nos dividiu em pares ou trios que iriam lutar, no meu caso, eu, Júlia e Alice. Tendo sido uma das últimas a lutar, estava bastante nervosa com a platéia que estava em volta assistindo. Nela estavam familiares, acompanhantes e outros curiosos que estavam assistindo, comentando as lutas e torcendo.

No momento do meu confronto, a maioria das pessoas torciam para Júlia, que é moradora da comunidade, tendo inclusive uma mãe me “ameaçado” dizendo que eu iria perder. Essas questões me fizeram perceber um pouco da característica de união e solidariedade, implícita no conceito de “comunidade” atribuído às favelas. Por mais que exista uma grande heterogeneidade, conforme chama a atenção Valladares (2005), sendo as favelas constituídas por uma variedade de grupos e pessoas diferentes, pude notar, nessa ocasião, a existência de uma relação de proximidade entre os moradores do

Morro da Boa Vista; nesse caso, os envolvidos direta ou indiretamente com o Projeto Jovem de Jesus. Amigos, vizinhos, familiares, cônjuges e apoiadores, tendo sido convidados para o evento todos os moradores da comunidade, como indica a divulgação que foi feita nos postes do Morro.

Comecei o combate derrubando Júlia e tentando dominar a luta. Em um desses momentos, enquanto enroscava minhas pernas em seu pescoço em uma tentativa de finalizá-la com uma “chave de pé”, ouvi alguém na platéia dizendo “vai machucar o pescoço dela!”, mostrando preocupação com a menina. Júlia, porém, manteve o corpo erguido para se desvencilhar de minhas pernas. Ao fim ela conseguiu partir para cima de mim e me finalizar com os braços em volta de meu pescoço.

Depois, terminada a luta, Júlia passou por mim e me deu um abraço, ao que indiquei para ela que estava tudo bem. No segundo momento, após todos terem lutado ao menos uma vez, foi solicitado que nos sentássemos em fileiras para recebermos as graduações. Fui a primeira a ser chamada, pelo professor Carlos, que perguntou quem eu queria que me desse o grau, ao que respondi que gostaria que fosse meu namorado. Após algumas piadinhas do professor Carlos com ele, recebi o grau, com a ajuda da esposa de Carlos, e um certificado dado por ele.



Imagem 23: Eu me dirigindo para receber a graduação de Jiu Jitsu.

Conforme explicado anteriormente, o “grau” consiste em um esparadrapo branco

enrolado em torno de uma parte preta existente na faixa. Seguindo as graduações, alguns atletas receberam graus, outros trocaram de faixas, solicitando que diferentes figuras lhes entregassem, dentre mães, pais, tios, avós, professores, cônjuges, outros atletas.

Após a graduação e respectivas fotos, ocorreu um ritual peculiar. O professor João, que passou da faixa roxa para a marrom, teve que passar pelo “*corredor*”, pois segundo o professor Carlos, quem recebe essa faixa tem que passar por isso. O corredor, conforme explicado anteriormente, consiste em que o atleta passe em meio a todos os outros, armados com suas faixas, recebendo faixadas na parte traseira de seu corpo. Assim, nos organizamos em duas filas e o professor João passou pelo corredor sem se queixar. Para mim, que participei desse ritual pela primeira vez, tendo apenas observado ele uma vez no CRIAA, foi uma sensação estranha, não tão divertida como parece ser para a maioria, como a de “*chicotear*” alguém.

Por fim, houve um momento em que todos os atletas, enfileirados pela nova ordem de graduação, recebemos medalhas. Pensei então que esse seria o motivo para que eu não tivesse recebido a medalha de colaboradora, tendo recebido como atleta. Ao comentar depois sobre o ocorrido com o professor João, de quem me tornei mais próxima, o mesmo falou que estava muito chateado por eu não ter recebido homenagem, mesmo ele tendo dito ao professor Carlos que eu fizera por merecer.

Essa situação me levou a perceber a existência de uma certa confusão ou discordância a respeito de meu papel no grupo, em alguns momentos sendo considerada como colaboradora e em outros como atleta. Talvez seja uma questão que a observação participante e o próprio ofício de etnógrafo nos impõe, pois ao mesmo tempo em que somos “participantes” e de certa forma “apoiadores”, somos também pesquisadores, que estão no campo com determinados objetivos. E as pessoas sabem disso.

Ao fim do evento, quem quisesse poderia adquirir um almoço, feito por algumas ajudantes na cozinha da sede. Interrompemos as atividades para comer, levando nossos pratos para a mesa posta na quadra. Tão logo nos sentamos, veio um menino da comunidade, de cerca de 5 anos, nos pedir comida. O menino sentou-se entre nós e dividimos nossa comida com ele, depois vieram outros. Apesar do conhecimento de que existem famílias mais carentes no Morro, não pude deixar de estranhar a naturalidade com que isso ocorreu, no contexto do evento. Refleti que talvez fosse parte da

concepção de cuidado com as crianças nesse contexto, diferente da que eu estava acostumada. Seja como for, havia um certo constrangimento em fazê-lo. Era como se algo fosse devido a elas.

Por outro lado, em outras ocasiões, observei um certo constrangimento por parte dos moradores do Morro, quando eu oferecia a eles algo que eu não queria mais, como roupas e esmaltes. Interpreto isso como sendo de certa forma uma reação a um estigma existente entre os moradores de favelas, de que eles estariam sempre necessitados de receber coisas usadas de outras pessoas, o que nem sempre é bem aceito por eles. Após o almoço, nos despedimos e descemos pelo mesmo caminho.

2.23 A compensação

Após o evento de graduação do projeto e da conversa que tive sobre as homenagens, na vez seguinte que fui ao projeto, recebi uma homenagem de compensação. Era o treino das crianças e a sala estava cheia, quando o professor João e Luís reuniram as crianças em formação para dizer algumas palavras.

O professor João iniciou falando o quanto estava corrido aquele dia, e que não queriam deixar de homenagear uma pessoa que era importante para eles, a “tia Betânia”. Em seguida, me chamou para receber um troféu e uma medalha, sob aplausos das crianças. Agradei e troquei abraços com João e Luís, que pediu desculpas.

A sensação de que havia uma dívida para comigo não era só minha. Afinal, eu não só me dedicara aos treinos e à minha pesquisa. Eu realmente estava comprometida com o projeto e em compreender o ponto de vista dos alunos, principalmente das crianças.



Imagem: Troféu que recebi do Projeto Jovem de Jesus.

CAPÍTULO III

Por uma antropologia das crianças

Conforme ilustra bem o artigo denominado “*por que os antropólogos não gostam de crianças?*” (Why don't anthropologists like children?), (HIRSHFELD, 2002), existe uma lacuna histórica no interesse dos antropólogos por esse público, bem como na consideração das crianças como atores dignos de serem considerados. Porém, isso vem mudando nas últimas décadas, com alguns autores pesquisando o tema e passando a encarar as crianças como atuantes em suas culturas e dignas de terem seus pontos de vista estudados.

Para Cohn (2005), a Antropologia não é a única disciplina que passou a ter as crianças como objeto de estudo, porém é aquela que, desde seu nascimento, se dedica a entender o ponto de vista daqueles sobre quem estuda. Assim, enquanto pesquisadores de Antropologia, precisamos buscar entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista, como atuantes em sua própria cultura (COHN, 2005).

A questão deixa de ser apenas como e quando a cultura é transmitida, mas como a criança formula um sentido ao mundo que a rodeia. As crianças não são apenas produzidas pelas culturas mas também produtoras de cultura. Elas elaboram sentidos para o mundo e suas experiências compartilhando plenamente de uma cultura. Portanto, a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa. Os sentidos que elaboram partem de um sistema simbólico compartilhado com os adultos. Esses sentidos têm uma particularidade, e não se confundem e nem podem ser reduzidos àqueles elaborados pelos adultos; as crianças têm autonomia cultural em relação ao adulto (COHN, 2005, p. 33-35).

3.1 Concepções de infância

A concepção do que é infância e o que é ser criança, pode ser muito diferente de acordo com o contexto sociocultural, sendo necessário que uma antropologia da criança seja capaz de apreender e refletir sobre essas diferentes concepções. Conforme Cohn (2002), devemos levar em conta que a autonomia cultural da criança é relativa, partindo de um sistema compartilhado com os adultos, que deve ser contextualizado. Porém, como ressalta Szulc (2006), sem deixar de levar em conta que as crianças também são “sujeitos ativos e posicionados”, e que “o fato de serem crianças não as desqualifica enquanto atores reflexivos” (p.46).

Conforme Szulc (2006), por ter a antropologia uma tradição de problematizar o que o senso comum tende a naturalizar, ela está em condições de contribuir para essa discussão e análise crítica da infância. Para essa problematização e desnaturalização de uma categoria profundamente arraigada como a *infância*, segundo a autora, é necessário contextualizá-la historicamente.

Ariès (2014), em sua “História Social da Família e da Criança”, descreve que a infância nem sempre existiu como é concebida hoje, tendo existido épocas em que as crianças eram vistas como “pequenos adultos”. Adultos em formação, que deveriam tão logo quanto possível crescer e aprender um ofício para trabalharem, não existindo um termo especial para designar esse período da vida. Essa concepção de “infância” foi fruto de uma “invenção”. Foi somente a partir do século XVIII, segundo o autor, quando começam a surgir mais preocupações sobre a saúde e desenvolvimento dessa faixa etária, em um período em que a escola se torna mais importante na aprendizagem, além de haver um foco na família conjugal e no afeto entre pais e filhos, que ela se impôs.

Szulc (2006), considerando que as crianças estão acostumadas a experimentar uma relação de subordinação com os adultos, ressalta a importância de o pesquisador evitar uma posição de autoridade na condição de adulto. Para isso, segundo ela, o pesquisador deve procurar também encurtar as distâncias que possam existir entre ele e os interlocutores, sejam questões de diferenças socioeconômicas ou étnicas, por exemplo. No meu caso, quando as crianças me chamam de “Tia Betânia”, além de isso ser um reconhecimento de certa proximidade, ao meu ver, ou mesmo de carinho, é também um termo que indica essa assimetria entre elas e eu. Esse fator de assimetria entre adultos e crianças existe e deve ser levado em conta.

Em minha experiência, sempre busquei levar a sério o que as crianças me contavam, me interessando por suas opiniões. Minha inserção no Jiu Jitsu possibilitou uma maior relação de igualdade com elas. Esse processo de aproximação por vezes despertava curiosidade. Certa vez, uma menina me perguntou “*Como é morar no centro?*”, “*Você tem amigos? Grandes ou pequenos?*”.

É preciso estar atento, no entanto, como chama a atenção Szulc (2006), para não naturalizar a concepção contemporânea a respeito da pureza infantil, no tocante às verdades que nos dizem. As crianças também são capazes de mentir, de dizer o que queremos ouvir, e dependendo da situação e do contexto, o fazem mesmo. Nesse

sentido, vale o discernimento do pesquisador e o tipo de vínculo estabelecido com elas.

3.2 A escolha do método de pesquisa com crianças

Conforme Szulk (2006), a produção de conhecimentos antropológicos com crianças supõe desafios estratégicos e metodológicos, que envolvem o consentimento de adultos. Segundo ela, nesse caso, *“a dimensão metodológica está diretamente vinculada à necessidade de operacionalizar o reconhecimento das crianças enquanto sujeitos sociais”* (SZULK, 2006, p.46, tradução minha).

Para, Cohn (2002), a observação participante é uma alternativa enriquecedora para se trabalhar com crianças, por permitir uma interação direta com elas, tratando-as em condições de igualdade e ouvindo o que pensam sobre o mundo que as rodeia. Além disso, a observação participante pode ser complementada com outros recursos, tais como coleta de desenhos e registros audiovisuais (COHN, 2002).

Em minha experiência na Psicologia também já havia aprendido a importância dos desenhos e brincadeiras no trabalho com as crianças, por permitirem ludicamente sua expressão. Assim, em minha pesquisa decidi por trabalhar com as crianças por meio da observação participante, além de levar material para que elas desenhassem. O material consistia em folhas resistentes e lápis de cor. Depois levei outros materiais, conforme descrevo adiante.

Esse material ficava à disposição no projeto. Em determinadas circunstâncias as crianças me pediam para utilizá-lo, às vezes eu oferecia diretamente. Devido ao fato de que as crianças muitas vezes voltavam do projeto na companhia dos mais velhos, como descrevi anteriormente, às vezes elas ficavam livres no momento do treino dos maiores. Isso fez com que esses momentos se tornassem propícios para que eu disponibilizasse material para elas desenharem, e quando eu não estava treinando, acompanhá-las nesse processo.

Essa disponibilidade às vezes se tornava conflituosa para mim, me deixando na dúvida entre treinar e ficar com as crianças. Muitas vezes quis deixar de treinar para ficar mais tempo com elas. Alguns desses momentos compartilhados foram descritos ao longo dessa pesquisa. Quando tinha a oportunidade de acompanhá-las nesse processo, algumas vezes fazia perguntas sobre o que tinham desenhado, aproveitando para conversar sobre outras questões da pesquisa, como perguntar o que elas achavam de

morar no Morro, conforme descrevo mais adiante.

Para a confecção dos desenhos, decidi deixar as crianças livres para desenharem o que quisessem, pedindo apenas que elas escrevessem seus nomes e idades nos desenhos, para meu registro, onde colocava também a data de sua confecção. Analisando os desenhos feitos ao longo desse tempo, percebo uma predominância para a questão da moradia, aparecendo casas em muitos desenhos, além de aparecer em alguns o Morro. Essas casas podem também simbolizar a importância da família, com quem vivem.



Imagem 24: Algumas casas desenhadas pelas crianças do projeto.

Nessas imagens, é possível, à direita e acima, uma casa feita de “remendos” de cores diferentes, podendo ser uma representação da casa dessa criança. Nas demais, predomina o modelo de casa “idealizada”, com telhado triangular, diferente do modelo das casas no Morro da Boa Vista, que não possuem esse telhado. Em geral, as casas no Morro da Boa Vista são pequenas, com telhado reto.

Devido a limitações do que foi possível fazer em minha experiência de pesquisa, ficou faltando uma visão das próprias crianças acerca dos seus desenhos. Como relato anteriormente, por minha escolha de treinar, às vezes não conseguia estar com elas quando da confecção desses desenhos, o que pode ter prejudicado essa análise.

O processo de confecção dos desenhos também possibilitava a expressão de carinho por parte das crianças, quando faziam por exemplo desenhos para me

presentear, ou presentear o professor João. Esse carinho também era sentido quando as crianças diziam que haviam sentido “*saudades*” de mim ao me ausentar, e era também correspondido por mim por meio da atenção que dediquei a elas.

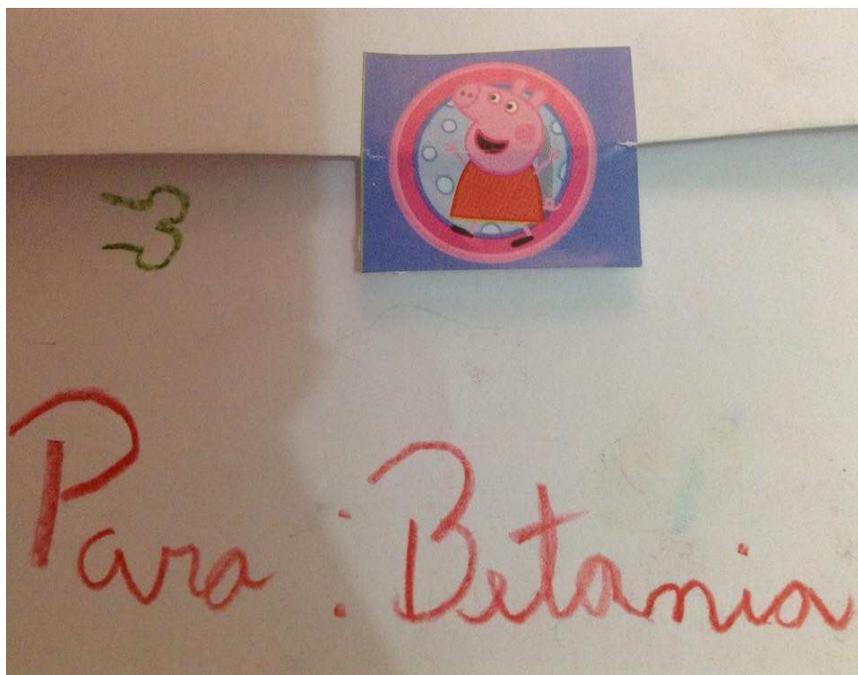


Imagem 25: Desenho de uma das crianças, endereçado a mim, com adesivo da porquinha “Peppa”.

3.3 A porquinha Peppa

Quando se trabalha com um público etário específico, como é o caso das crianças, é preciso estar atento ao que acontece em seu mundo como, por exemplo, os personagens de ficção que estão fazendo sucesso na percepção do mesmo. Não saber pode levar a “gafes” e, dependendo da situação, até desqualificar a interlocução. Essa “gafe” aconteceu comigo certa vez enquanto acompanhava os desenhos de algumas crianças do projeto. Uma delas desenhou uma porquinha e me mostrou, ao que perguntei se era um porquinho do morro. Ela me olhou um pouco irritada e disse que “não!”. Afinal, era a Peppa, personagem famosa de um desenho infantil, que até então eu desconhecia.

Trata-se de uma série britânica de desenho animado, que conta a história de Peppa, uma porquinha cor-de-rosa que vive com seu irmão George e seus pais Papai Pig e Mamãe Pig. A série estreou em maio de 2004 e fez grande sucesso, sendo distribuída para diversos países e dublada em vários idiomas. No Brasil, é exibida desde

2011 no canal a cabo Discovery Kids, sendo voltada para o público pré-escolar. No entanto, entre essas crianças o desenho ainda fazia sucesso, mesmo tendo elas por volta de 9 anos. Por passar apenas na TV paga, nem todas as crianças tinham acesso em suas casas. Elas comentavam que só podiam ver quando iam à casa de algum conhecido ou parente que tivesse esse canal.

Após esse pequeno incidente, pesquisei a história da porquinha Peppa e passei a reparar que ela estava em todos os lugares da cidade, estampada em camisetas, mochilas, revistas, brinquedos e diversos objetos infantis. Andando pelo centro da cidade, vi vendedores ambulantes fazendo exposições de diferentes modelos de Peppas, de plástico, dançante, falante, de pelúcia, entre outras formas. Nas bancas, camelôs e lojas se encontra essa infinidade de objetos.

Querendo compensar minha gafe, levei outro dia uma revistinha da Peppa, que comprei em uma banca e vinha com um livrinho e adesivos, que fui levando para elas aos poucos. Os adesivos eu dei para elas com a indicação de que dividissem. A revistinha deixei colorirem e o livro as crianças leram junto comigo. A porquinha continuou aparecendo nos desenhos e acabou se tornando um símbolo de aproximação entre eu e as crianças, sobretudo as meninas, maiores fãs da personagem.



Imagem 26: desenho contendo a porquinha “Peppa”.

Uma menina um pouco mais velha, com cerca de 11 anos, ao ver que eu tinha levado a revistinha para as crianças, certa vez comentou: *"você gasta muito dinheiro com essas crianças"*. Fiquei refletindo que, talvez, essa fala indique um contexto em que, pelas características econômicas das famílias, não se devesse gastar muito com esse tipo de agrado para as crianças. Naquele grupo social é possível que não se tenha dinheiro disponível para esse tipo de gasto. Outra possibilidade de interpretação seria que, segundo a menina maior, “essas crianças” não mereciam o gasto; ou simplesmente, que as "crianças", como ela julga já não ser, não seriam dignas da mobilização de tais recursos.

3.4 Diferentes formas de cuidar: as crianças no Morro da Boa Vista

Conforme Fernandes (2011), as crianças constituem um tema sobre o qual todos têm algo a dizer. Ao mesmo tempo em que pertencem sempre a alguém, constituindo assunto pessoal, estão o tempo todo sendo compartilhadas, configurando-se como um “bem coletivo”. Para a autora, *“a provisão de cuidados envolve um conjunto de casas, pessoas e objetos através dos quais as relações de parentesco, vizinhança e amizade adquirem sentido”* (FERNANDES, 2011, p. 35).

O que pude observar nesse tempo de pesquisa no Morro da Boa Vista é que lá as

crianças não obedeciam tanto ao cuidado exclusivo da família nuclear, sendo objeto de cuidado de outros parentes, amigos, vizinhos, enfim, da comunidade em geral. Assim como Fernandes (2011) constatou em sua pesquisa em outro Morro de Niterói, lá também as crianças costumavam acompanhar umas às outras.

Para ir e voltar do projeto, por exemplo, era muito comum que as crianças mais velhas acompanhassem as mais novas, sejam elas irmãs, primas, vizinhas, etc., sendo uma minoria acompanhada pelas mães. Além disso, existia a possibilidade de que os moradores confiassem que uma das mães tomasse conta das crianças, podendo ser também uma criança mais velha ou adolescente.

Era comum ver, por exemplo, bebês e crianças pequenas circulando, acompanhando as crianças no projeto, nos corredores e algumas vezes até dentro da sala de treino. Nos eventos, como no evento de graduação do projeto, também pude ver o carinho das crianças e adolescentes para com as crianças pequenas e bebês, que passavam de colo em colo e eram objeto de carinhos e brincadeiras.

Havia até uma menina, muito pequena, de cerca de dois anos, que aparecia sozinha no corredor do projeto. Porém, quando isso ocorria, era motivo de alguns comentários de censura, sobre o fato de uma criança tão pequena já ficar “*solta pelo morro*”.

Algumas vezes presenciei, tanto por parte de Luís e sua esposa, quanto de mães de jovens do projeto, comentários sobre o *cuidar* de outros pais. Era comum ouvir que alguns pais “cuidavam bem” se comparados com outros, para os quais eram dirigidos algumas censuras e críticas. Sobretudo os pais que castigavam demais os filhos, não conversavam para resolver as coisas, etc. Esses comentários sobre o “jeito” de cuidar das crianças, estabelecem de certa forma um “juízo”, conforme observa Fernandes:

Falar do jeito de alguém cuidar de uma criança é falar da moral de outrem, é estabelecer um juízo. O jeito é o mediador da esfera coletiva para intimidade e ao mesmo tempo é o signo que dissolve estas fronteiras. O jeito é da ordem da moralidade e exprime a avaliação de um registro sutil e delicado, que versa acerca da forma de orquestrar o amor, o carinho, o toque, o zelo, a educação, a imposição de limites, a alimentação, o respeito, a vigília dos horários da criança, os olhares, a impoção de voz. Nesse sentido, o jeito de cuidar de outrem é um qualificador de relações (FERNANDES, 2011, p.39).

Além disso, outra preocupação comum, principalmente de Luís, era sobre os envolvimento afetivos das meninas. As meninas que namoravam muito cedo, a menina

que namorava com o garoto do morro rival, entre outras possibilidades. Todos esses comentários de preocupações eram tecidos por Luís a mim em tom baixo, como se constituíssem de certa forma um “tabu”, um segredo.

De fato, algumas meninas começavam a se envolver afetivamente em uma idade considerada adiantada por seus pais, o que fazia com que alguns desses envolvimento fossem guardados segredo, principalmente para estes últimos. Certa vez em um treino, ao perguntar a uma menina de 12 anos se ela estava namorando, como eu havia ouvido comentarem na ocasião, ela disse para mim “shh! Minha mãe não pode saber!”, alegando que algum dos presentes poderia contar para sua mãe.

Nesse sentido, retomando a discussão sobre as faixas etárias, reflito que a idade onde “acaba a infância”, na concepção de cada criança ou pré-adolescente, no tocante por exemplo a esses envolvimento afetivos, é relativa. No contexto do projeto, em geral com 12 anos já se é pré-adolescente, quase adolescente; porém, havia jovens que ainda gostavam de participar de brincadeiras e conviver com crianças mais novas.

Essa mesma menina, citada acima, certa vez me chamou para “ir lá fora” com ela antes de um treino. Ao que parecia, ela estava querendo passear e passar pelos garotos que estavam lá fora, tendo me contado entre risos que um dos garotos havia olhado para seus peitos e sua bunda, analisando e dizendo que queria namorar com ela. Apesar de ter parecido bastante seduzida por esse acontecimento, ela me dizia que só iria namorar aos 15 anos.

Luís me contou que recentemente uma menina teve problemas por se envolver com um garoto do morro rival, o morro ao lado (Juca Branco). Um dos garotos do Morro Boa Vista gostava dela, ressaltando ainda mais a rivalidade com o outro morro. Esses conflitos podem, segundo comentários, acabar realmente mal, com a morte de alguém ou represálias para a menina e outras pessoas envolvidas.

Cohn (2005), em sua pesquisa com os Xikrin (Mebengokré-Xikrin do rio Bacajá, no Pará), descobriu que segundo eles, em sua cultura, a criança adquire conhecimento por meio dos sentidos da visão e da audição, afirmando que suas crianças podem saber tudo, uma vez que podem testemunhar as mais variadas esferas da sociabilidade; porém, “resguardam a elas o direito de nada saber”, já que para eles, essas capacidades devem ser desenvolvidas em consonância com o desenvolvimento dos órgãos sensoriais que as possibilitam.

Com isso, abrem às crianças uma ampla possibilidade de aprendizagem, sem implicar uma expectativa de domínio, que lhes pareceria precoce, de tudo o que podem testemunhar (COHN, 2005). Levando em conta esse ponto de vista, faço uma reflexão de que esse “resguardo” parecia adquirir outros delineamentos no caso das crianças do Morro da Boa Vista. As crianças testemunhavam o tráfico, a violência dos tiroteios, as explicitações do Baile Funk e desde pequenas andavam desacompanhadas pelo Morro. Ou seja, elas sabem o que vêem, o que ouvem e tem que saber como lidar com o mundo a sua volta. Não por acaso se exige delas que tivessem “raça”, entendendo o significado semântico específico e não verbalizado de forma inteligível para quem não vive naquele contexto.

Nesse sentido, as crianças do Morro da Boa Vista não eram “resguardadas” dessas esferas de sociabilidade, podendo formular suas próprias representações sobre elas. Isso ressalta ainda mais a importância de ouvir o ponto de vista das crianças e suas representações sobre diversas questões, conforme descrevo ao longo dessa pesquisa.

3.5 Castigos

Uma forma frequente com que os pais parecem castigar as crianças do projeto é privando-as de treinar. Algumas vezes por algum tempo, outras por tempo indeterminado. Certa vez estava andando com a esposa de Luís pelo morro, quando passamos pela mãe de uma das crianças que treinava no projeto. A esposa de Luís perguntou a ela porque o filho dela não estava indo treinar, ao que ela disse que ele “*não estava merecendo ainda*”.

Uma menina foi proibida de treinar por ter baixado o *whatsapp*, que sua mãe proibia. Essa questão do controle dos pais em relação ao acesso dos filhos à aplicativos na internet e redes sociais, apareceu outra vez também, quando a mãe de uma menina de 9 anos comentou que ainda não deixava a filha ter *whatsapp*, pois era “*muito nova para isso ainda*”.

Outros exemplos que ouvi foi o de um menino que quebrou o ventilador de casa treinando, e de outro a quem o pai proibiu de treinar por um tempo, por não ter alcançado uma nota boa o bastante em inglês na escola. Essa forma de castigar os filhos privando-os de treinar, pode indicar que os pais percebem o esporte mais como um lazer, algo que os filhos gostam, não levando o esporte tão a sério. Ao menos não o Jiu Jitsu, não atribuindo ao projeto a mesma importância disciplinadora a que lhe atribuem

Luís, sua esposa, os professores e outros participantes.

3.6 Relações de parentesco, vizinhança e amizade

Como descrevo mais adiante no texto, certa vez perguntei a algumas crianças do que mais gostavam de morar no Morro, ao que elas me responderam que gostavam de ter lá “amigos e parentes” e também de poder “brincar na rua”. De fato, nesse tempo em que fiz minha pesquisa, principalmente nos últimos meses, pude notar o quanto a dinâmica desse local era diferente de outras partes da cidade. Mesmo à noite, - a não ser quando ocorriam tiroteios - os moradores, incluindo jovens, crianças, adolescentes, gostavam de ficar pela rua, andando, conversando, jogando bola, paquerando.

Além disso, como já mencionei anteriormente, a maior parte das crianças do projeto ia e voltava do mesmo acompanhadas por crianças mais velhas, seja amigas, parentes ou vizinhas, talvez tudo isso junto. Dessa forma, quando pensamos nas crianças enquanto bem coletivo, e no cuidado compartilhado, seja entre parentes, amigos ou vizinhos, essas relações se tornam mais evidentes. Por mais que houvessem “zoações”, relações jocosas entre elas, é inegável a força dos laços que as uniam. Penso que minha luta com Júlia no evento do projeto foi emblemática nesse sentido, por demonstrar o quanto os moradores torciam para ela, sendo eu alguém de fora.

Dentre os participantes do projeto, muitos eram parentes. Dos graus de parentesco que pude identificar no projeto, havia irmãos com diferença de sexo e idade, irmãos gêmeos com diferença de sexo, pai e filho, pai e filha, irmãs, irmão e irmã, mãe e filha e também muitos que eram primos. Um dos participantes era casado com a filha de Luís, sendo considerado também cunhado de João, que era enteado de Luís.

Além disso, outro ponto em comum é o de que vários deles frequentavam a mesma igreja presbiteriana, da qual participavam Luís e sua esposa. A igreja é um ambiente cuja lógica discursiva preconiza a simetria entre seus participantes. Não por acaso nos contextos de sociabilidade a designação “irmão” ou “irmã” é aquela com que seus praticantes designam uns aos outros. Essa irmandade “em Cristo”, num plano etéreo, parece poder contribuir para a conformação de outras construções parentais, no plano social. Estas podem fazer com que se fortaleçam os laços de solidariedade entre sujeitos sociais que enfrentam juntos situações de subalternidade econômica,

discriminação estética e social.

Como menciono no subcapítulo sobre o “Whatsapp do projeto”, também no caso do Jiu Jitsu, esse sentido de “família” e “irmandade” era evocado. Nesse caso, provavelmente pela questão do pertencimento a uma equipe. Então, são diversos fatores que podiam levar a essa percepção, pertencimento a uma equipe, ao morro, à igreja. Pertencimentos que englobavam relações de amizade, solidariedade e jocosidade, como também relações hierárquicas e de controle.

O espaço do projeto, em certo sentido, podia ser visto como uma vitrine dessas relações. Um lugar onde não só aqueles que eram da igreja podiam testemunhar as transformações que podiam ser operadas pelo respeito mútuo, a solidariedade e a fraternidade. Mais do que isso, um lugar capaz de fazer com que tais valores envolvessem toda a comunidade, contribuindo para o bem maior que todos possuem: seus filhos. Mas também podia se configurar como um espaço de propaganda da lógica cristã de seus idealizadores. Assim, além de salvar as crianças, também se podiam salvar as almas potencialmente desassossegadas de seus pais, avós, irmãos, etc. Logo, não é por mero acaso que os salgadinhos escolhidos para distribuição entre crianças e jovens (e que são levadas as suas casas, muitas vezes) tivessem mensagens bíblicas.

Nesse amálgama de relações, onde o que está na “natureza” e na “cultura” intercambiam significados, são as interações cotidianas que ofereciam o sentido pleno de pertencimento à coletividade, a partir das práticas compartilhadas. Daí a recorrência discursiva a categorias que reclamavam graus de parentesco. Como, por exemplo, a “Tia” Betânia. Uma condição social que, provavelmente, associava a minha irmandade com todos, em função do partilhamento de valores comuns tais como amizade, fraternidade e solidariedade com a comunidade. Valores presentes na moral religiosa, mas que transbordava para o projeto.

Assim, eu fui sendo incluída num contexto de relações onde o vocabulário ordinário não daria conta de me localizar adequadamente, do ponto de vista social. Daí essa noção de um parentesco construído pela associação equilibrada entre valores morais que estão, inclusive, para além do Morro Boa Vista, e uma maior ou menor distância social relativa. Afinal, entre os moradores do morro havia nuanças, como já referi. Não uma coletividade com interesses intrinsecamente comuns, mas diferenças e

divergências sobre formas de viver, além de condições sócio-econômicas mais ou menos distintas. É possível, inclusive, que a hesitação com a minha *homenagem*, como referi no capítulo anterior, tenha se verificado justamente por este fator relacionado à distância social. Por ser significativamente grande, minha presença, por um breve momento, pode ter obrigado a introdução de um recálculo dessas variáveis.

De fato, em diversos momentos cheguei a sentir parte do sentimento de solidariedade e comunidade dos moradores do Morro estendidos a mim, por meio de meu envolvimento com as pessoas do projeto. A exemplo disso, em um momento em que eu estava para me mudar, Alice³⁸, mostrando solidariedade com minha situação, disse-me que se eu precisasse eles podiam procurar um local barato para eu morar, e que qualquer coisa também a igreja deles poderia me ajudar. Em outro momento que descrevi, quando algumas das meninas já estavam me convidando para andar pelo morro com elas, uma delas lembrou a outra de que para mim era melhor ir embora por outro caminho, pois “os bandidos ficam tudo ali”. Assim, esses exemplos demonstram um pouco dessa solidariedade e preocupação comigo.

Porém, apesar disso, eu não deixei de ser alguém “de fora”, alguém que não nasceu e não vive nesse local. Em relação a isso, lembro-me novamente de Geertz (1997), quando diz que por mais que o antropólogo deva tentar compreender ao máximo o “ponto de vista dos nativos”, não pode, no entanto, se *tornar* realmente *um deles*. Por mais que eu me sentisse uma participante do projeto, e fosse tratada assim, não seria um deles no sentido de ser participante e também moradora do local, nem alguém que compartilhava das mesmas origens sócio-econômicas.

3.7 Algumas histórias: Ana

Dentre todos os participantes do projeto, decidi destacar algumas que tiveram maior interlocução comigo e dentre as quais consegui observar alguns estágios em sua relação comigo, bem como em seu próprio crescimento. Então, contarei aqui essas histórias, dando vida aos personagens aqui descritos com nomes fictícios. Além disso, são participantes cuja participação em meu processo de socialização como antropóloga foi descrita aqui ao longo do texto.

São meninas, talvez por elas se aproximarem mais facilmente de mim e

³⁸Alice é mãe de uma menina do projeto, e também treina, conforme expliquei anteriormente. Além disso ela também faz parte da Igreja de Luís e Maria.

também por eu ter lutado mais com elas. Não significa, porém, que eu não tenha tido contatos com meninos e homens. Eu os tive também, como descrevo em outros momentos. Apenas são histórias que eu gostaria de destacar por terem um maior desenvolvimento e por terem me ocupado reflexivamente durante o trabalho de campo.

Como descrevi anteriormente, no início da observação participante, Ana foi a primeira que me “acolheu” quando comecei a treinar, se dispondo a treinar as técnicas comigo, me ensinar e lutar comigo também, conforme descrevo em trecho de meu diário de campo. Tendo de 10 para 11 anos, em 2014, pude notar uma mudança em seu crescimento no projeto.

Quando comecei a treinar, no treino dos menores, Ana treinava também nesse grupo, passando depois a treinar nos dois grupos, e por fim somente no treino dos maiores. Apesar de não ter 13 anos, fazia parte do grupo de exceção, que por ter já alguma estatura e tempo de treino no esporte, passou a ser convidada para treinar com os maiores.

Essa mudança foi também acompanhada de outras mudanças no desenvolvimento de Ana. Antes, por exemplo, ela aceitava desenhar com as outras crianças, passando depois a não querer mais fazê-lo, mas apenas treinar com os maiores. Nesse tempo, Ana também teve uma irmãzinha, o que pode ter influenciado em seu desenvolvimento. Em algumas falas citadas aqui, é nítido o quanto Ana não se considera mais tão infantil, quando diz por exemplo “você gasta muito dinheiro com essas crianças”.

Ana, conforme vim a descobrir depois, era prima de Júlia. Sendo que a aproximação das duas, talvez marcada por uma aproximação afetiva, se tornou mais evidente nos últimos meses em que eu fiz a pesquisa. Nesse processo de aproximação, as duas treinavam juntas e cobravam uma da outra uma certa “parceria” que tinham fora dos treinos, não sendo bem visto por ambas, por exemplo, que uma das duas “sobrasse” para treinar comigo.

Uma vez aconteceu que Júlia ficou “sobrando”, por que Ana foi treinar comigo. O que fez com que Júlia ficasse “com ciúmes”, conforme me explicou seu irmão. Mesmo eu dizendo que poderíamos revezar e treinar as três juntas. Não entendi se era ciúmes de sua prima ou de mim, já que eu que também treinava muitas vezes

com Júlia. Com o tempo Ana pareceu entender, o que me pareceu sinalizar para a existência de uma relação entre elas fora dos treinos. Ana sempre insistia em treinar comigo; porém, após esse momento, talvez por algum acordo entre as duas, foi se afastando um pouco.

3.8 Júlia

No caso de Júlia, que tinha 13 anos, seu rápido amadurecimento, no período de um ano, também foi muito nítido para mim. Quando comecei a acompanhar os treinos, Júlia era uma menina muito “moleca³⁹”, que perturbava a todos com “zoações” e às vezes provocações físicas, como tapas e ataques de luta inesperados. Assim, chamava a atenção a energia de Júlia para provocar os outros e brincar com eles. Implicâncias com seu irmão gêmeo também ocorriam e continuaram ocorrendo, sendo comum presenciar alguma discussão entre eles, em geral em tom descontraído. Júlia se recusava a lutar com ele, dizendo que não gostava, mesmo que sobrassem apenas os dois.

Ao longo do tempo, porém, Júlia foi se tornando uma menina mais séria e reservada. Lembro que algumas vezes ela ficava sentada quieta, introspectiva. Nesse processo de crescimento também começaram os comentários sobre ela ter um *ficante*, inclusive me mostrando uma foto dele no celular uma vez. Assim, posso considerar que Júlia se tornou mais próxima à definição de “adolescente”, deixando de lado a postura mais brincalhona que antes tinha.

Júlia era também uma das pessoas que mais treinava comigo, sendo uma oponente compatível em termos técnicos; às vezes perdendo e às vezes ganhando de mim. Apesar de ser mais nova e um pouco menor que eu, Júlia possuía mais tempo de treino e mais “técnica”, que se dispunha a me ensinar quando eu pedia, além de ser bastante resistente, aspectos que já esclareci em outros momentos do texto.

Além disso, pude observar também uma relação mais carinhosa que se estabeleceu entre eu e ela, que pode ser constatada também no subcapítulo do evento de graduação do projeto quando ela, após a luta, veio me dar um abraço após me finalizar. Júlia passou a sempre me cumprimentar com respeito e tentar de certa forma

³⁹ Em relação ao emprego da palavra Moleca nesse contexto, relaciono principalmente com as duas primeiras definições do “dicionário criativo”, disponível em: <<http://dicionariocriativo.com.br/significado/moleca>>, que diz: 1. Menina de pouca idade. 2. Garota travessa, inquieta, brincalhona.

estabelecer uma relação de amizade comigo, me adicionando no *facebook*⁴⁰ e me contando às vezes algum comentário sobre seu *ficante*. Em certo nível, passei a ter sua confiança para questões de intimidade.

3.9 Bianca

Bianca era mais nova, com 9 anos, e sua relação comigo iniciou pelos momentos de desenho com as crianças. Ao longo desse tempo pude ver uma Bianca às vezes mais alegre e às vezes mais introspectiva, preocupada. Quando eu treinava com os menores, às vezes ela interagiu comigo de maneira muito alegre, me chamando de “tia Betânia” e pedindo para lutar comigo.

Outras vezes, Bianca sentava-se ao meu lado e me fazia perguntas curiosas, como por exemplo “qual a sua religião?”, ou então “por que você trouxe essas folhas?”. Porém, o marco de nossa relação se deu uma noite em que resolvi ficar um tempo exclusivamente com as crianças, deixando de treinar e levando papéis e livrinhos para outra sala junto a elas.

Naquela noite, Bianca me disse em um momento que queria me falar uma coisa, mas não tinha coragem. Após eu insistir um pouco para que ela me dissesse, ela demonstrou ser um assunto sério e privado, pedindo que as outras crianças deixassem a sala para que ela conversasse comigo. Essa atitude de me confidenciar algo, em particular, me fez pensar que essa iniciativa poderia ter relação com sua visão de mim enquanto psicóloga, uma vez que a esposa de Luís gostava de me apresentar como “psicóloga do projeto”, porém não pude ter certeza quanto a isso.

Após as crianças deixarem a sala, Bianca então me conta que seu irmão, que chamarei de Miguel⁴¹ estava “indo lá na boca”, e que além disso tinha explicado a ela “*o que é o ADA*”⁴². Perguntei o que ele estava fazendo lá, ao que ela respondeu “*ah, vender droga, vigiar*”. Disse também que seus pais estavam muito preocupados e que sua mãe chorava. Perguntei a ela se ela se preocupava também, ao que ela respondeu

⁴⁰ O Facebook é uma rede social de amizade e relacionamentos que se tornou popular no Brasil a partir de 2011, quando ultrapassou o Orkut, que era a rede social mais popular no Brasil. Fonte: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/facebook-passa-orkut-e-vira-maior-rede-social-do-brasil-diz-pesquisa.html>>.

⁴¹Miguel também teve uma participação no projeto, da qual falarei mais adiante.

⁴²Sigla da facção que dominava o tráfico de drogas no Morro da Boa Vista, “Amigos dos Amigos”.

“só quando dá tiro”.

Segundo ela seu irmão estava “*muito abusado*”, não obedecendo aos pais e ameaçando-os. Quando perguntei o que era estar “abusado” para ela, disse que estava “respondendo a eles”, mas que ela também fazia isso, demonstrando uma identificação com o irmão. Por mais que Miguel estivesse “indo na boca”, era seu irmão mais velho, o que fazia com que ela deixasse de julgá-lo, sentindo-se talvez em conflito pela tristeza e preocupação de seus pais, além da sua própria preocupação, ainda que fosse, segundo ela, apenas quando ocorriam tiroteios.

Bianca me contou que tinha dois irmãos mais velhos, contando um pouco sobre sua família, seu avô que ela gostava muito por lhe comprar doces, e seu outro irmão que já era casado. Mais tarde, quando perguntei a ela como estava seu irmão (envolvido com o tráfico), ela disse que estava bem, que tinha ido morar com o pai dele e que ia começar um curso.

Porém, essa história teve, alguns meses depois, um triste desfecho. Eu estava viajando e fiquei sabendo pelo *whatsapp* do projeto que o irmão de Bianca, Miguel, então com 17 anos, havia falecido. Segundo esclareci depois com o professor João, devido a uma overdose. Miguel já havia participado do projeto, tendo saído, conforme comentarei mais adiante, sendo conhecido dos participantes e moradores da comunidade. Sua morte causou grande comoção.

Fiquei de conversar com Bianca quando voltasse. Contudo, quando a vi novamente, no evento de graduação do projeto, um pouco mais de um mês depois, ela me cumprimentara alegremente e parecia estar bem. Assim, preferi não tocar no assunto, deixando talvez para outra oportunidade.

No treino seguinte do qual participei, após o evento de graduação, vi que Bianca estava vendo algo com outras crianças. Eu me aproximei e perguntei o que elas estavam “aprontando”. Estavam olhando uma foto revelada em que apareciam Bianca e seu irmão; aparentemente uma foto que alguém trouxe para ela. Nesse momento, elas estavam com pressa para ir brincar no parquinho e Bianca entregou a foto para mim, dizendo que eu a “guardasse *muito* bem”.

Algumas semanas depois, após ir algumas vezes ao projeto sem encontrar Bianca, consegui finalmente encontrá-la e devolver a foto. Ao devolver a foto para

Bianca, aproveitei para dar a ela um porta-retrato que eu tinha em casa, entregando-lhe a foto dentro do porta-retrato. Quando ela viu, me agradeceu, e me apontou na foto seu irmão, “*esse é meu irmão que morreu*”. Então, perguntei a ela como ela estava, estava um pouco cabisbaixa, e respondeu timidamente que estava bem. Perguntei se tinha saudades de seu irmão e disse que sim. Ela estava com pressa, pois outras meninas iam acompanhar ela até em casa e estavam lhe esperando, mas ainda consegui ter essa conversa com ela no caminho, quando ficamos sozinhas.

Contei para Bianca que assim como ela eu também tenho um irmão que morreu, meu irmão mais velho, ela então perguntou “*qual o nome dele?*”, respondi o nome do meu irmão e ela assentiu. Depois, disse que o dela não era o mais velho, pois ela tem outro que é mais velho (embora ele fosse mais velho que ela). Tendo sido a última vez em que fui ao projeto antes da defesa da dissertação, considerei positivo poder ter esse “desfecho” em minha relação com Bianca, no tocante ao ocorrido com seu irmão.

A história de minha relação com essa menina, em particular, foi muito significativa para a pesquisa. Isso porque, foi uma história capaz de transpassar diversas questões que busquei abordar, da infância ao envolvimento familiar com o tráfico de drogas. Assim, a trajetória de Bianca expressa bem o drama vivenciado por ela e demais crianças, jovens e adultos no Morro da Boa Vista e, possivelmente, em outras comunidades.

Além disso, o estabelecimento desse vínculo com ela foi bastante especial para mim, estimando muito a confiança que ela depositou em mim, e buscando retribuir, embora não sei se tenha conseguido. Essa relação também mostra que é possível fazer pesquisa antropológica com crianças e considerá-las enquanto sujeitos sociais com suas próprias vivências e representações a respeito da realidade em que vivem, como também a respeito da vida.

3.10 Ser jovem no Projeto Jovem de Jesus

O Projeto Jovem de Jesus, como o próprio nome já diz, era voltado para o público jovem. Mas afinal, o que define “*jovem*”, “*criança*”, “*adolescente*”, “*adulto jovem*” e “*adulto*”? Refletindo sobre minhas observações no projeto, junto com algumas referências, tentarei problematizar um pouco essa questão.

Para Bourdieu (1983), a juventude é apenas uma palavra, sendo as divisões entre as idades arbitrárias. As classificações por idade, segundo o autor, assim como por sexo, classe e outras, acabam por impor limites, produzindo uma ordem que determina onde cada um deve se manter.

A OMS (Organização Mundial da Saúde), define adolescência como a idade entre 10 e 19 anos, sendo antes disso considerado infância. Para a ONU (Organização das Nações Unidas), a adolescência corresponde à idade de 15 a 24 anos, usando também o termo “jovens adultos” para definir a faixa etária de 20 a 24 anos. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei brasileira 8.069 de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos incompletos, definindo como adolescente o jovem de 12 a 18 anos (Eisenstein, 2005).

A infância é também sub-dividida algumas vezes em “primeira infância”, até os 5 ou 6 anos de idade, sendo um período de especial importância na formação das pessoas. Porém, como expliquei anteriormente, essa faixa etária não é o alvo principal do projeto, cuja participação inicia com 6 anos. Apesar disso, já houve uma criança de 2 anos, irmão de um menino do projeto, que foi vestido com um quimono e participou do treino, existindo a ideia de formar um grupo para essa faixa etária, mesmo não sendo recomendado no Jiu Jitsu antes dos 4 anos.

Pelo que pude ver no campeonato que observei, quando crianças pequenas competem, existem regras diferentes, com todos podendo competir entre todos e ganhando medalhas, sem os mesmos critérios do campeonato para os maiores. Nesse caso, o que mais se incentiva é a participação no esporte.

Dentro do Jiu Jitsu, existem categorias etárias e divisões próprias, iniciando em “Pré-mirim” de 4 a 6 anos, “Mirim” de 7 a 9 anos, “Infantil” de 10 a 12 anos, “Infanto-juvenil” de 13 a 15 anos, “Juvenil” de 16 a 17 anos, “Adulto” de 18 a 29 anos, “Master” de 30 a 35 anos”, e de 36 a 56 anos, em diante, existem as categorias “Sênior 1, 2, 3, 4 e 5”. Cada faixa etária possui algumas regras próprias e um tempo de duração para cada luta, conforme a tabela abaixo:

Categorias do Jiu-Jitsu por idade ou faixa etária e duração das lutas

Por idade ou faixa etária, as categorias se dividem em Pré-mirim, Mirim, Infantil, Infanto-Juvenil, Juvenil, Adulto, Master e Sênior. A duração das lutas também varia de acordo com a idade. Para compreender melhor, veja a tabela abaixo:

Categoria	Faixa etária	Duração dos rounds
Pré-mirim	4, 5 e 6 anos	2 min
Mirim	7, 8 e 9 anos	3 min
Infantil	10, 11 e 12 anos	4 min
Infanto-juvenil	13, 14 e 15 anos	4 min
Juvenil	16 e 17 anos	5 min
Adulto	18 a 29 anos	Branca – 5 min, Azul – 6 min, Roxa – 7 min, Marrom – 8 min e Preta – 10 min
Master	30 a 35 anos	Azul – 5 min, Roxa – 6 min, Marrom – 6 min e Preta – 6 min
Sênior 1	36 a 40 anos	5 min
Sênior 2	41 a 45 anos	5 min
Sênior 3	46 a 50 anos	5 min
Sênior 4	51 a 55 anos	5 min
Sênior 5	56 em diante	5 min

Imagem 14: Categorias etárias no Jiu Jitsu. Fonte: (<<http://lutasemma.com.br/categorias-do-jiu-jitsu-452/>>) Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

Durante o tempo em que realizei minha pesquisa junto ao Projeto Jovem de Jesus, percebi que as categorias e definições etárias não eram tão “definidas” assim. A própria participação no treino dos “menores” ou no treino dos “maiores”, e a passagem para esse último, conforme explico anteriormente, dependia de fatores diversos, para além da idade de 13 anos. Fatores como estatura e desenvolvimento no esporte, que podiam fazer com que um jovem de 11 ou 12 anos treinasse com “os grandes”.

Mas para além disso, pude observar que um jovem de 21 anos, por exemplo, podia gostar de desenhos e personagens infantis, e que crianças de 9 anos podiam gostar também de personagens e programas voltados para a primeira infância, conforme já referi e descrevo mais adiante. Havia uma menina de 12 anos, que tinha um corpo desenvolvido que lhe definiria como “adolescente”, porém ela gostava de treinar com os menores. Já outros, como descrevi anteriormente, se orgulhavam de treinar com os maiores.

Nesse período de 1 ano em que acompanhei o projeto, pude testemunhar também

o crescimento e mudança de alguns jovens e de minha relação com eles, conforme descreverei algumas histórias mais adiante. O período da “pré adolescência”, ou seja, o período em que um jovem está fazendo a transição da infância para a adolescência, parece ser um período de especial mudança, em que podemos observar tentativas de apresentar um comportamento mais “maduro”, envolvimento afetivos com o sexo oposto, dentre outros fatores.

Porém, não existe uma idade certa para que ocorram essas transições, variando em cada caso. Assim também, crianças podem apresentar às vezes reflexões consideradas “maduras” para sua idade, decorrentes talvez de vivências não “resguardadas”, conforme explico mais adiante, e adultos ou “jovens adultos” podem às vezes demonstrar comportamentos e preferências consideradas mais infantis. Conforme escreve Szulc (2006), a idade não é somente um dado biológico, mas também um status social construído historicamente.

Para critérios de melhor compreensão do leitor, utilizei essas definições gerais de “criança”, “pré-adolescente”, “adolescente”, “adulto jovem” e “adulto”, considerando então como criança nesse contexto, os menores de 13 anos, fazendo distinção entre “criança mais velha” quando já tinha por volta de 11 ou 12 anos, podendo ser considerado também nessa idade como “pré-adolescente”.

A partir de 13 anos, devido a particularidades do local, considerei adolescente, pois assim já costuma ser a conduta desses jovens, que em geral já namoram e já não brincam mais como crianças. Em alguns casos, mesmo antes, por volta de 11 ou 12 anos, os jovens já podem ser considerados adolescentes, por esses mesmos fatores. Porém, para além disso, pela própria percepção desses jovens. No caso do projeto, isso pôde ser percebido por exemplo na fala de Ana, quando, com 10 para 11 anos, refere que eu gasto muito dinheiro “com essas crianças”, claramente, não se considerando uma delas.

Na categoria “adulto jovem”, considerei os jovens recém-saídos da adolescência, que já trabalham e possuem mais de 20 anos de idade, mesmo que às vezes tenham comportamentos e preferências mais infantis e adolescentes, conforme descrevi. Por fim, na categoria adulto, incluo os professores, Luís e sua esposa, além dos pais e participantes do projeto com mais de 25 anos, ou que possuíssem uma conduta considerada mais “adulta”. Compreendo no entanto que essas definições sejam

complicadas, pois todos nós podemos apresentar às vezes comportamentos considerados mais “adultos” ou mais “adolescentes” e até “infantis”.

De fato, alguma definição se faz necessária para melhor compreensão e agrupamento das pessoas. A fim de definir melhor as ações adequadas para cada faixa etária, essas definições são pautadas em certos fatores compartilhados pela sociedade, como por exemplo, a conduta, o namoro, o trabalho, a escola, brincadeiras, etc., como também a maturação biológica, que nem sempre coincide com o amadurecimento psicológico e social.

Ao longo dessa reflexão, chego então à conclusão de que essas categorias, fruto de construções sociais, também devem ser consideradas dentro de cada contexto. Mais especificamente, se possível, de modo diferente para cada pessoa, pois não são categorias fechadas e invariáveis.

Seja como for, e este é um ponto importante, as categorias “jovem” e “adolescente” são imaginadas pelos formuladores de políticas públicas como totalidades homogeneizantes. As particularidades e subjetividades são desprezadas, resultando pueris os diagnósticos sobre esses universos, particularmente naqueles contextos nos quais se desenvolvem as classes menos favorecidas. Nestes, o terreno para a socialização em torno de boas práticas civis e democráticas é sempre considerado arenoso. Uma categoria nativa dos Policiais Militares no Rio de Janeiro⁴³ sobre esse público talvez encerre, como em uma cápsula, essa apreensão equivocada e totalizante. São chamados de “sementinha do mal” os jovens e adolescentes das chamadas “comunidades” nas quais se percebem a incidência do tráfico de drogas.

⁴³ Conforme me sugeriu meu orientador, Lenin Pires, em conversa sobre o trabalho de campo que desenvolve há anos com esses profissionais e, mais recentemente, acompanhando policiais em uma favela do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO IV

O Projeto Jovem de Jesus x O tráfico de drogas

Uma disputa simbólica

Considerando a existência desse projeto enquanto discurso de “prevenção” ao envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas, com possíveis repercussões nesses jovens - que também de certa forma tem interesse em “recrutar” os jovens para seu próprio “projeto” -, me proponho a analisar algumas dessas repercussões e desses diferentes “recrutamentos”. Além disso, analiso algumas repercussões do projeto nos jovens que dele participam, ou que já participaram e deixaram de participar, bem como algumas características de sua composição.

Apesar de minha provocação de opor o projeto e o tráfico por meio do símbolo “x”, de “versus”, meu objetivo não é colocar os dois como oponentes. Essa rivalidade explícita de fato não existe; afinal, os dois coexistem pacificamente no Morro No entanto, chamo a atenção para a existência de uma disputa simbólica pelo recrutamento dos jovens, o que me proponho a analisar.

Mais adiante, faço uma reflexão sobre algumas repercussões do tráfico de drogas nesse local, por meio da análise de representações trazidas pelos moradores que participam do projeto – crianças, adolescentes e adultos - e por seus familiares. Incluo também algumas representações sobre a polícia, quando essa intervém no Morro, em geral devido ao tráfico. Essas representações foram registradas durante esse tempo de pesquisa, por meio de observações, relatos e conversas, com o auxílio de reportagens e bibliografia.

4.1 *Tirar os jovens da rua*

“Precisamos focar essas crianças em algo aplausivo, algo que preencha suas mentes. Atividades educativas, disciplinadas que os ocupem a maior parte do tempo. (...) Ajude-nos a trilhar essas crianças no caminho do bem, para que no futuro possamos nos orgulhar delas” (Carta de apresentação do Projeto para arrecadação de doações).

Conforme o discurso citado acima, havia no Projeto um anseio por “preencher as mentes” das crianças, “ocupar seu tempo”, através de “atividades educativas” e “disciplinadas”. Para isso, era necessário “*tirar as crianças da rua*”, frase que me foi dita diversas vezes por Luís e sua esposa. Não apenas para mim, mas também para as

crianças, por meio de recomendações para que elas “não ficassem na rua”.

Além disso, no caso desse projeto, “trilhar as crianças no caminho do bem”, alude um pouco à influência da concepção religiosa no mesmo, segundo a qual haveria um “caminho do bem” e um “caminho do mal”. Seja como for, conforme Rodrigues (2011), o discurso de “retirar as crianças da rua” e “dar oportunidades” é muito comum no Brasil.

Esta é uma frase bastante divulgada na mídia, em conversas cotidianas, enraizada já no senso comum, quando se trata de pensar estratégias para lidar com a “situação de risco” em que se encontra a juventude pobre das periferias brasileiras (RODRIGUES, 2011, p.260).

Segundo o autor, muitos educadores acreditam no potencial de prevenção do envolvimento dos jovens na violência por meio de ocupar suas mentes e corpos. “Tirá-los da rua” e afastá-los das más companhias e meio social nocivo, mostrando-lhes outras alternativas e possibilidades (RODRIGUES, 2011).

Arantes (2013), analisando a história por trás do surgimento de estabelecimentos ditos “preventivos” em relação aos jovens no Brasil, aponta que essa lógica surgiu em uma determinada época, de uma preocupação com o chamado “problema do menor”. Tratou-se de um problema, no final do século XIX, no qual a sociedade começou a identificar crianças pobres como sendo “órfãs de pais vivos” e “futuros criminosos”. Segundo a autora, caberia então, ao Estado, seguindo essa nova lógica, assistir caritativamente às crianças pobres como se fossem órfãs ou expostas, buscando ao mesmo tempo corrigi-las e regenerá-las como se fossem criminosos, porém preventivamente, com a justificativa de sua proteção.

Como aponta também Rodrigues (2011), esse discurso de “tirar da rua” indica também uma mudança de foco do enfrentamento da violência para sua prevenção, podendo ser compreendido como movimentação da sociedade civil em direção ao enfrentamento de problemas sociais em um contexto de aparente “crise das instituições”. Assim, esse discurso surgiu tanto do Estado quanto da sociedade civil, porém com algumas diferenças e particularidades.

Conforme Freire (2008), a descoberta da favela pelo poder público como um “problema”, surgiu muito mais do incômodo que esses locais causavam às cidades do que de uma consideração por seus habitantes, ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos de cidadania. Segundo a autora, a persistência

da representação negativa das favelas e de seus habitantes remete a sua história como objeto de diferentes modalidades de controle, seja por parte do poder público, seja por parte de instituições sociais, como a Igreja Católica.

Dessa forma, podemos pensar que, no caso da sociedade civil, essa “prevenção” por meio do “controle”, se assemelha mais com um “empreendedorismo moral”, conforme descrevo no início do texto, com “boas intenções” de fazer o melhor pelos jovens. Já por parte do Estado, essa preocupação surgiu mais como uma forma de evitar a disseminação da pobreza e da criminalidade na sociedade.

Essa “crise das instituições”, conforme descreveu Rodrigues (2011), pode ser compreendida como uma falência do Estado em administrar os problemas sociais efetivamente. Frente a isso, essa intervenção por parte da sociedade civil surge como uma solução emergencial, não somente no Brasil, como também em outros países. Como descreveu Wacquant (2002), esse discurso de “tirar da rua” e “salvar a juventude” também estava presente em sua análise de uma academia de boxe localizada em um gueto de Chicago:

O clube que vence a rua – revela bem sua missão: é em oposição “à rua” e à marginalidade econômica e social (...). Seu objetivo declarado é oferecer uma estrutura de inserção capaz de arrancar os jovens do gueto da exclusão urbana e de seu triste cortejo de criminalidade, gangues, drogas, violência e miséria: “(...) É a juventude de hoje que representa a liderança, a força e a visão de nossa cidade (WACQUANT, 2002, p. 48).

Assim, a academia de esporte era vista como um “*antídoto da rua*”, “*porque quando você está no gym, você sabe onde está, não tem que se preocupar com as encrencas, nem se defender dos tiros*” (WACQUANT 2002, p.275). Assim também era visto o Projeto Jovem de Jesus, no Morro da Boa Vista, como um local com potencial para proteger os jovens da rua e das “encrencas” que ela pode trazer. Porém, esse discurso ocorria mais por parte de Luís e sua esposa, bem como de alguns pais, não sendo percebido no caso dos jovens.

Por trás dessas motivações de “tirar os jovens da rua”, no caso do projeto, pude perceber uma preocupação que me pareceram ter raízes familiares. A própria esposa de Luís, Maria, há alguns anos, perdeu um filho por conta do envolvimento dele com o tráfico local. Assim, essa tragédia fazia parte de suas próprias histórias, bem como de seus vizinhos e amigos.

Segundo Maria, mesmo com todos os esforços que fazia, sendo uma mãe

presente na vida do filho, não foi possível salvá-lo desse destino. Agora, junto com o marido e seu outro filho, o professor João, Maria se dedicava à busca por “salvar” os outros filhos, os filhos da comunidade, bem como suas famílias, de terem esse trágico destino, que pode incluir a prisão e a morte.

4.2 Uma lacuna

Uma observação importante sobre a faixa etária dos jovens no projeto diz respeito a uma lacuna existente, particularmente entre os adolescentes do sexo masculino dos 14 aos 19 anos. Sendo a faixa etária mais provável de envolvimento com o tráfico de drogas, o projeto apresenta dificuldades para atrai-la e mantê-la na prática do Jiu Jitsu. Tanto é que nos dois anos de suas atividades, já houveram adolescentes no período imediatamente anterior a essa faixa ou na própria faixa etária que deixaram o projeto por terem se envolvido com o tráfico.

Segundo o professor João, que residia no Morro desde os 8 anos, “se não achar algo para *ocupar* a mente, o *tráfico* leva”. Ele me relatou que poucos dos seus amigos com quem cresceu não se envolveram no tráfico. Esse relato corrobora com a visão do tráfico como um verdadeiro “redemoinho” que atrai os jovens, mesmo com a existência de diversos esforços para evitar que isso aconteça, como é o objetivo do projeto.

É importante ressaltar que essa lacuna não exclui uma eventual participação de jovens dessa faixa etária, havendo por exemplo uma menina de 18 anos que treina com frequência. Essa lacuna é maior no caso dos jovens do sexo masculino. O que quero chamar a atenção é que há uma lacuna de participação nos treinos, em termos de frequência e número de participantes dessa faixa etária, em relação às outras.

Ou seja, no projeto treinam crianças entre 6 e 13 anos, todos também frequentando estabelecimentos escolares. Ocorrendo um intervalo na frequência de adolescentes entre 13 e 21 anos. A partir dessa última idade se observam jovens adultos de 21 a 23 anos, os quais já trabalham em atividades regulares.

Mas o que então torna o tráfico tão atraente para esses jovens? Para Lyra (2013), o que leva cada “garoto”⁴⁴ a escolher entrar para a vida do crime, seja para o comércio de drogas ou a prática de roubos e assaltos, faz parte do que chamou de “processos

⁴⁴ Utilizo esse termo pois em sua pesquisa Lyra faz referência ao que chama de “garotos armados do morro”, que seriam os jovens, do sexo masculino, que já se envolveram nessas atividades ilícitas e com quem realizou sua pesquisa

sociais singulares”. Esses processos, segundo o autor, englobam diversas possíveis motivações. Dentre elas, podem estar a necessidade financeira ou o simples interesse em ter dinheiro para a “farra”, ser independente financeiramente e também a atração das mulheres. Além disso, pode estar também a questão do status dentro da comunidade, o interesse de proteger a comunidade, fazer parte de um grupo de iguais, dentre outras.

Em relação ao Jiu Jitsu, se pensarmos em motivos para uma possível “perda” na disputa de alguns desses jovens para o crime, faço alguns apontamentos. Primeiramente, o tráfico promete ganhos “imediatos”, se comparados aos ganhos no esporte, que vem com muito tempo, treino e aquisição de técnicas e regras. Ora, o tráfico também requer a aquisição de diversas técnicas e regras, porém, pode possuir ganhos mais imediatos, como os citados acima, que incluem status, dinheiro e mulheres.

Se compararmos a “força” de um lutador de Jiu Jitsu e de um traficante armado, as armas que este último possui lhe conferem vantagens letais. Nesse sentido, podemos pensar em uma disputa entre “Corpo e Armas”. Em relação ao status, um lutador de Jiu Jitsu também pode tê-lo, porém algumas representações entram em cena para abalar esse status, como a que relaciona o Jiu Jitsu com uma “agarrção”, conforme explico a seguir.

O que é necessário ressaltar nessa disputa, é que ao escolher os ganhos “imediatos” do tráfico, esses jovens estavam arriscando, também de forma imediata, suas próprias vidas. Daí o grande anseio do projeto em “salvar” esses jovens, unindo forças do esporte com a religião, conforme reflito anteriormente.

4.3 O Jiu Jitsu como “agarrção”

Conversando com o professor João sobre essa evasão do projeto e as possíveis motivações, ele refletiu sobre a existência de um boicote para com o Jiu Jitsu, na alegação jocosa de que o mesmo representa uma “agarrção”. Disse isso fazendo referência a uma conotação homossexual. Esse motivo para desistência ou ausência nos treinos já foi ouvido antes por mim, quando algumas meninas pararam de ir. Ao perguntar o motivo de suas ausências, elas me responderam que estava muito quente para ficar de “agarrção”, o que nessa perspectiva poderia ser mais pela questão do calor. O fato é que a categoria “agarrção”, referida ao Jiu Jitsu, existia e era veiculada nos contextos sociais do morro.

Essa representação da “agarrção” em relação ao Jiu Jitsu também foi descrita por uma interlocutora de Oliveira Filho em sua pesquisa. Quando ele questiona onde aparece o preconceito nos esportes, ela diz: “*Eu pratico também o jiu-jitsu. (...) Eu acho que o preconceito é maior no jiu-jitsu porque o pessoal acha que é muita agarrção. O pessoal diz: - Isso não é luta, é agarrção*” (OLIVEIRA FILHO, 2011, p.184).

Gastaldo (2010), analisando as relações jocosas no contexto futebol, observa que as mesmas ocorrem em geral entre participantes vinculados afetivamente a equipes adversárias. No contexto do Morro da Boa Vista, eu interpreto que essa jocosidade, no caso dos envolvidos com o tráfico de drogas, podia representar também uma espécie de boicote ao Jiu Jitsu, uma tentativa de desqualificação do mesmo enquanto projeto atrativo. Essa desqualificação seria motivada por uma competição pelos jovens, entre o *tráfico* e o *projeto*, uma vez que seria inviável a um jovem participar ao mesmo tempo das duas atividades.

Essa inviabilidade podia se dar por parte dos dois (o projeto e o tráfico de drogas), como uma competição pela ocupação do “tempo” e da “mente” dos jovens, ou seja, pela dedicação exclusiva a uma das atividades. No caso do tráfico, isso podia se dar pelas exigências próprias desse “ofício”; no caso do projeto, pela questão moral que coloca ao ter como bandeira o combate ao envolvimento com o tráfico, o que torna difícil para um jovem que se coloca nesse dilema permanecer no mesmo.

4.4 Recrutamentos

A exemplo dessa inviabilidade temos os casos dos meninos que deixaram o projeto ao se envolverem com o tráfico, como também dessa lacuna existente, que possivelmente podia estar relacionada com o fato de ser a faixa etária em que os jovens da comunidade mais se envolviam no tráfico. Segundo palavras do professor citado, existia um verdadeiro “recrutamento”, embora os traficantes do local não costumassem convidar explicitamente os jovens a se envolverem. Em alguns casos, nessa faixa etária mesmo um jovem que “tem tudo” (segurança material e bons vínculos familiares), podia acabar se envolvendo.

Essa ideia do “recrutamento” aparece também na mídia, a exemplo de reportagem do Jornal O Fluminense, intitulada “*Tráfico recruta 800 ‘soldados’ em Niterói*”:

“Levantamento do Setor de Inteligência (SI) do 12º BPM (Niterói) estima que em pelo menos 16 comunidades onde o tráfico tem maior expressão, (...) as facções já tenham recrutado, juntas, pelo menos 800 soldados do tráfico, boa parte deles armados com granadas, pistolas, fuzis e outras armas de grosso calibre. (...) Para expandir seus domínios e abastecer seus “exércitos”, traficantes nas últimas semanas têm intensificado as ofensivas contra os rivais. Comunidades como as do Morro do Serrão, Juca Branco e Abacaxi e Boa Vista têm se tornado palco de constantes confrontos bélicos (Jornal O Fluminense, 29 de setembro de 2013)”.

Nesse contexto, a relação entre as chamadas facções e entre os traficantes e a polícia ganha verdadeiros ares de guerra, sendo utilizados termos como “recrutamento”, “exército”, “soldados” e “confrontos bélicos”. De fato, essa parece ser a tônica das relações entre esses grupos no Brasil, com grande ocorrência de trocas de tiros e mortes. No caso do Morro da Boa Vista, não era diferente. Em uma ocasião uma das crianças levou para a sede do projeto uma cápsula de bala, encontrada por ela no caminho. Sendo exibida pelo professor, aquele material dava ânimo a um debate entre os presentes onde o recurso à idéia de guerra era recorrente.

Conforme problematizo anteriormente, são diversos os motivos que podem motivar o envolvimento com o tráfico de drogas e outras atividades consideradas ilícitas. Esses motivos incluem, é claro, alguns atrativos que essa vida é capaz de trazer, como os ganhos financeiros, atração do sexo oposto, “adrenalina”, etc. Seja de que forma seja feito esse “recrutamento”, esses garotos, como chama a atenção Lyra (2013), se vêem como heróis que protegem sua comunidade de diversas invasões externas, seja da polícia, da milícia ou das facções rivais, e esse “heroísmo” pode estar incluído nessas motivações.

No caso do Projeto Jovem de Jesus, o “recrutamento” se dava por meio da divulgação do projeto na comunidade e, sobretudo, na igreja da qual participam os fundadores e alguns dos participantes. Buscando saber um pouco qual a visão dos jovens participantes do projeto sobre o mesmo, certa vez perguntei a alguns deles o que achavam. Em suas respostas, pude perceber que viam no projeto uma possibilidade de “ascensão” por meio do esporte, “*quero ser um jiujiteiro profissional*”, bem como seu prazer em treinar, “*eu fico ansioso pelos dias do projeto*”. Outros participantes, responderam apenas que o projeto era “*legal*”, sendo uma questão que poderia ter sido mais problematizada por mim, mas não se ofereceu maiores espaços para exploração do tema.

4.5 Sobre *meninos e recalcados*

No tempo que passei pesquisando o projeto, percebi que as crianças tinham diferentes percepções acerca do tráfico de drogas. Em alguns momentos, parecia haver uma admiração. Certa vez observei um diálogo entre um menino que era parente de um traficante importante na comunidade e outras crianças. Elas perguntaram à ele: “*você é parente do fulano?*” ao que ele respondeu, orgulhoso, que sim, e elas fizeram expressões de admiração.

Por outro lado, surge uma representação um tanto diferente, a dos “*recalcados*”. Em diálogo com algumas crianças, enquanto desenhavam, perguntei a elas o que achavam de morar lá, do que gostavam e não gostavam. Ao que gostavam, elas responderam “*Temos bastante amigos aqui, parentes, podemos brincar na rua*”, ao que não gostavam, a resposta foi “*Ah, dos recalcados né?*”.

Quando perguntei quem eram os recalcados, elas descreveram: “*eles ficam brincando com a arma, fazendo barulho de tiro, colocam a arma assim (apontando para o pescoço) para assustar*”. Pergunto “*Quantos anos eles tem?*”, “*Ah, uns 14, 15 anos*”. “*Eles são bandidos?*” “*Sim*”. “*E por que eles são recalcados?*”, “*Por que eles querem aparecer*”.

Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre a visão das crianças no tocante ao reconhecimento da autoridade dos traficantes. Enquanto muitos adultos naturalizam-na, falando termos como “o dono do Morro”, como ouvi no próprio projeto, algumas crianças tem uma visão mais “subversiva” e crítica dessa autoridade, ou melhor, suas próprias concepções, não necessariamente reconhecendo essa autoridade como tal, constituindo assim um público potencial para evitar a perpetuação do tráfico como um ente abstrato, uma entidade estruturante.

Então, enquanto por um lado podia haver certa admiração aos traficantes, por outro existia a representação deles como “recalcados” que “querem aparecer”. Esse sentido dado à palavra recalcado parece ser um pouco distinto da recente onda que ocasionou o aumento do seu uso, que associa o “recalque” à inveja⁴⁵. O recalcado seria então, nesse sentido, uma pessoa que busca “aparecer”, provavelmente por ter sofrido

⁴⁵ Em uma música de funk carioca que fez muito sucesso no ano de 2014, “Beijinho no ombro”, a cantora Valesca Popozuda escreve “*Beijinho no ombro pro recalque passar longe, beijinho no ombro só pras invejosas de plantão*”

algo em sua vida que tenha abalado sua auto-imagem, levando-lhe a querer aparentar o que não é, ou mais do que é, não sendo necessariamente dissociado da ideia da inveja de alguma coisa.

Esse “incômodo” gerado pelos “recalcados” (que seriam o lado ruim de morar no morro), talvez possa ser explicado por mais um estigma que mesmo as crianças carregavam por serem moradoras de favela, conforme explicado anteriormente. Elas têm que lidar desde cedo com um preconceito que lhes é atribuído, pelo simples fato de morarem nesse local, o de que os moradores do morro seriam “bandidos, ladrões”.

4.6 “Os daqui são tranquilos”

Como descrevi anteriormente em capítulo sobre os caminhos, o Morro da Boa Vista faz divisa com o Morro do Juca Branco, dominado por uma facção rival. Em relação aos integrantes do projeto, existem algumas histórias sobre essa divisa e suas implicações. Dois participantes do projeto, jovens adultos, que costumavam descer comigo por esse caminho, me contaram que certa vez foram ameaçados pelos traficantes do Morro do Juca Branco, ao irem de um Morro para o outro. Um deles morava de fato no Juca Branco, frequentando o projeto no Boa Vista, o outro tinha no Juca Branco a casa de sua mãe.

Segundo eles, ao verem que estavam indo de um morro a outro, os traficantes teriam gritado que iam matá-los; “*dessa vez deu medo*”, disseram eles. No entanto, era “só conversa” e nada ocorreu. Perguntei se os traficantes do Boa Vista não se incomodavam com isso, ao que responderam enfaticamente, “*os daqui são tranquilos*”, frase que ouvi mais de uma vez, fazendo referência aos traficantes locais.

Lyra (2013), analisa em sua pesquisa que os “garotos armados do morro”, como descreve, consideram sua atuação no morro, do qual também são parte, como parte de um pacto selado com os moradores:

Na “república dos meninos” não existem cidadãos, no máximo crias. Não existe o universal, apenas o caso concreto. (...) Os garotos armados do morro justificam moralmente sua presença na comunidade como oriunda de um pacto selado entre eles e os moradores, pacto esse que instaura um novo direito onde antes, aos seus olhos, parecia não haver nenhum (LYRA, 2013, p. 208).

Os “crias” são aqueles garotos que nasceram na comunidade, se envolvendo ou não com o tráfico, mantendo relações de proximidade com os moradores, devido a suas

origens comuns. Isso ajuda a compreender a fala “*os daqui* são tranquilos” (em oposição aos “de lá”, do morro ao lado), que remete também a essa proximidade.

4.7 O “L” - um símbolo de pertencimento?

Durante meu tempo de pesquisa no Projeto, tanto em minha participação no local quanto em pesquisa de informações na internet, reparei na existência de um símbolo no local. Ligado à facção que domina o tráfico de drogas no Morro da Boa Vista, conforme ouvi em uma gravação de um baile funk ocorrido no local⁴⁶: “quem fecha com o X⁴⁷, levanta a mão, e faz o L, da facção”.



Imagem 27: pixação em um muro no Morro da Boa Vista, “Faz o L, ADA”.

Após ter visto esse símbolo aparecer também entre alguns participantes do projeto, às vezes como uma aparente brincadeira, com crianças pequenas, dizendo a elas para fazerem o “L”, como também na foto de uma das crianças do projeto, um menino de cerca de 8 anos, no *whatsapp*, resolvi incluir esse tema em minha pesquisa. Como já estava em processo de escrita, pesquisei na internet informações sobre essa sigla.

O que encontrei foi que o famoso “L” vem do nome do traficante Luciano Barbosa, conhecido como “Lulu da Rocinha”, que por algum tempo comandou o tráfico na favela da Rocinha⁴⁸, tendo mudado de facção para o ADA devido a conflitos com

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AQnhpZunVgw>>, último acesso em 03/03/2015.

⁴⁷ Nome citado, provavelmente de um traficante conhecido no Morro.

⁴⁸ A Favela da Rocinha, localizada na cidade do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores favelas do

outros traficantes. Lulu tinha a fama de ser querido na comunidade, e teria sido morto pela polícia em 2004 (Jornal Folha de São Paulo, 16/04/2004).

Conforme relatei acima, o fato de alguns participantes do projeto, não necessariamente envolvidos com o tráfico, fazerem esse sinal como uma brincadeira, me levou a pensar nele como um símbolo de pertencimento da comunidade, compartilhado não apenas entre os traficantes mas também entre outros moradores. Além disso, ao caráter local do símbolo soma-se o fato de ninguém ter comentado sobre isso comigo, que sou alguém “de fora”.

Um questionamento que permanece é sobre esse símbolo poder indicar ou não um significado de apologia ao tráfico de drogas, o que significaria um conflito de interesses com o projeto. Na minha perspectiva, atualmente não parece haver conflito com esse símbolo, reforçando a ideia do significado “para além do tráfico”.



Imagem 28: Menino do projeto fazendo o “L”

Conforme Lyra (2013), em referência aos garotos traficantes, “*esses garotos acreditam que fazem o melhor para sua comunidade. Acreditam defendê-la, organizá-la, favorecê-la*” (p.177). Nesse sentido, outra possibilidade seria pensar nesse símbolo de pertencimento comum como uma visão positiva desses “meninos” e sua presença na comunidade, sem que no entanto isso signifique um interesse de envolvimento ou apologia às suas práticas.

4.8 A polícia e os “bandidos” - “*Tudo o mesmo tiro*”(?)

Brasil, com quase 70 mil habitantes.
Fonte:<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_bairro.htm> Acessado em: 03/03/2015.

A questão da ocorrência dos tiroteios no Morro levanta uma série de questões e representações por parte de seus moradores. Dentre os impactos dos tiroteios no projeto, pude observar, conforme descrito anteriormente, a representação da periculosidade dos mesmos como um motivo de falta dos jovens nos treinos.

Na fala de uma das crianças, quando perguntei porque ela andava faltando aos treinos: *“Lá onde eu moro tá muito perigoso”*. Pergunto o por quê e ela responde: *“A polícia tá indo lá direto”*. Em diálogo com outra criança, perguntando sobre como eram os tiroteios, ouço a seguinte fala: *“Polícia, bandido, tudo o mesmo tiro”*. Pergunto se ocorriam muito, *“muito”*, responde.

Diante dessas falas, posso pensar na figura da polícia nesse contexto como uma figura que representa perigo, não sendo considerada moralmente distinta dos bandidos no tocante aos tiroteios. Em alguns casos sua aparição no morro seria a causa do perigo, e em relação aos bandidos seriam *“tudo o mesmo tiro”*.

Por outro lado, parecia existir um sentimento de proteção dos moradores dos “meninos” traficantes diante da polícia. Um dia ao chegar no projeto ouvi por parte de um adolescente, aos sussurros, a notícia de que na noite anterior a polícia havia subido e *“prende os novinhos”*. Outra vez ouvi que tinham subido disfarçados em uma combi e *“pegou os meninos”*. Uma noite, ao descer o morro e avistar uma viatura da polícia, pergunto ao adolescente que me acompanhava se ele achava que a polícia ia subir, ao que ele responde *“tomara que não”*.

Mas o enredo mais curioso aconteceu uma noite em que eu subia o morro, conforme descrevo em meu diário de campo:

“(…) Quando estava subindo o morro, na penumbra da noite, avistei Joana saindo de sua casa. Ela me viu, parou e disse meio baixo “Betânia?”. Cheguei e cumprimentei ela, que estava apreensiva e sussurrando; me contou então que hoje mais cedo estavam uns bandidos escondidos no terraço dela, se escondendo da polícia. Ela estava muito apreensiva e contou que conversou com eles: “falei de Jesus pra eles e falei que essa vida (do tráfico) só levava a dois caminhos, a morte ou a prisão”. Ela pediu que eles não fossem mais lá (...), mas como eles estavam se escondendo da polícia podiam ficar dessa vez. Disse que eles ouviram tudo de cabeça baixa, e estavam armados, mas “guardam as armas em uma sacola”, “pra respeitar”. Disse que estava até agora com o coração acelerado.”

O que as crianças fazem quando ocorrem os tiroteios? Alguns admitem que sentem medo, se escondem embaixo da cama, às vezes tem curiosidade de espiar a rua

com seus familiares. Nas ocasiões em que estive presente, houve um treino em que a maioria faltou, pois estava ocorrendo troca de tiros. Entre os presentes, se discutia se os barulhos eram apenas “fogos” ou tiros. Em outra ocasião, ao fim do treino, as crianças tinham que esperar para ir embora, pois estava ocorrendo tiros. Um deles veio me alertar. Disseram-me, porém, que era só do outro lado, não pelo caminho que eu fazia.

Como o morro é grande, a ocorrência de tiroteios não necessariamente coloca todos os moradores em perigo direto. Implicam, em especial, os moradores de algumas regiões com maior ocorrência. Porém, isso não impede a sensação de medo sobre os demais, como alguns me descreveram, dizendo que evitam sair de casa tarde da noite, independentemente de onde moram no morro. Um dos motivos, seria a possibilidade de ser considerado suspeito perante os traficantes, que, fazendo uso de drogas e no escuro da noite, poderiam não distinguir quem seria e atirar. Ou, eventualmente, de policiais que realizassem uma “operação” ou “bartida” no morro.

Para concluir, fica a dúvida sobre a percepção de a polícia e os bandidos serem “tudo o mesmo tiro”, devido a existência de representações distintas. De um lado, algumas crianças parecem ter essa percepção, e o próprio projeto existe por que não se defende o envolvimento com o tráfico. Existe também, porém, a defesa dos “meninos” perante a ação da polícia, que não costuma ser bem-vinda no local.

4.9 “*Isso não é vida*”

Certa vez, presenciei o comentário da mãe de um menino participante do projeto, referindo-se a porque seu filho estava tendo que faltar aos treinos: “*No outro dia não deixei ele ir treinar porque estava perigoso e ele chorou, eu disse, pode chorar, meu filho, é melhor você chorar do que eu chorar depois se acontecer algo com você...*” E completa dizendo que seu filho é o seu “*bem mais precioso*”, demonstrando a preocupação dos pais com a segurança de seus filhos.

Depois, comentando com Maria sobre a atual periculosidade do Morro e arredores, lamenta: “*Isso não é vida*”. Conforme afirma Machado da Silva (2010), nessa percepção de perigo presente na sociedade brasileira contemporânea pode existir uma boa dose de exagero; porém, é inadequado negar o caráter factual da violência urbana, que não se trata de uma simples paranóia criada pela mídia ou algo assim.

Para o autor, é preciso prestar atenção a essas representações, que articulam

um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras. Particularmente nas “comunidades”, vulgarmente chamadas de “favelas”, nas quais existe o conflito em relação ao domínio do tráfico de drogas, essa periculosidade ganha outros contornos, diferentes das outras partes da cidade.

Apesar de o tráfico de drogas não ser restrito a essas áreas, como chama a atenção Valladares (2005), são elas que mais sofrem com a ocorrência de tiroteios e conflitos armados entre traficantes e polícia e entre traficantes de facções rivais. Assim, trata-se de um tipo de violência urbana um pouco diferente da que se reflete nas outras áreas das cidades, que, podendo ter influência do tráfico, que inclui o tráfico de armas, bem como a demanda pelo uso de drogas, pode ocasionar maior número de assaltos, por exemplo, enquanto nas comunidades essa violência se dá mais por meio da possibilidade de ser baleado em meio aos confrontos.

De fato, os moradores relatam que, no tocante a outros tipos de crime, como assaltos, no Morro e mesmo em suas redondezas, se tornam lugares mais seguros, devido ao controle dos traficantes, que proíbem esse tipo de práticas. Quando isso ocorre, os traficantes costumam punir os envolvidos.

Quando a facção local “toma conta” da favela, parte de sua atribuição também será a de conter as ameaças internas típicas de um território político à deriva⁴⁹. Nesse caso, caberia aos traficantes a garantia de certos direitos até então ausentes no espaço social da favela, especialmente no que diz respeito aos roubos, furtos e estupros que sempre assombram as vielas escuras e enlameadas do morro (LYRA, 2013, p.175).

Em relação a esse “sistema de justiça” próprio dos traficantes, além de trazer certa proteção aos moradores, ele pode também representar medo e ameaça, pois a punição vale para todos que quebrarem alguma regra de conduta dos traficantes. Por exemplo, em alguns casos relatados por Luís, em que uma menina da comunidade havia supostamente feito “fofoca” em outro Morro, que lhe custou o corte de seu cabelo como reprimenda dos traficantes. Além disso, as mulheres/meninas que se envolvem afetivamente com os traficantes, podem se ver sujeitas ao seu controle, se tornando perigoso para elas se envolverem com outras pessoas, conforme relatos.

Para além de todas essas questões, essas percepções de perigo são relativas, sendo que alguns moradores consideravam o cotidiano lá como “mais tranquilo” por estarem acostumados, dizendo coisas como “você tem medo de tiros?” com ares de

⁴⁹ Lyra (2013) utiliza esse termo para aludir à ausência do Estado nas favelas, embora o Estado se faça presente de maneiras controversas.

surpresa. Outros sentem esse cotidiano como mais problemático, conforme citado acima. Em todo o caso, como diz Machado da Silva (2010), essas práticas e percepções fazem parte do conflito social das cidades brasileiras, e devem ser considerados.

Para isso, é importante construir um posicionamento que não divida ainda mais as “favelas” do restante da cidade, mas as perceba como parte dela em todos os sentidos. Não apenas pelos problemas sociais envolvidos no tráfico de drogas, mas também pela grande contribuição que os moradores desses locais dão à comunidade em geral (estendendo aqui a palavra comunidade para toda a cidade), sendo parte de sua construção em todos os sentidos.

Considerações Finais

*“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério...”*

*Sempre quis falar, nunca tive chance
Tudo que eu queria estava fora do meu alcance...”*

*(...) A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo
O que é que eu uso, eu também senti a dor...”*

(Charlie Brown Jr. - “Não é sério”)

Essa dissertação é fruto de um pouco mais de um ano de pesquisa empírica sobre o Projeto Jovem de Jesus, no Morro da Boa Vista. O Projeto tinha como objetivo declarado prevenir e evitar o envolvimento dos jovens do local com o tráfico de drogas, tirando-os da rua e dando-lhes direcionamento. A partir disso, meu objetivo foi o de compreender o ponto de vista dos próprios jovens sobre o contexto em que viviam, incluindo as crianças, público historicamente negligenciado na Antropologia enquanto sujeitos de pesquisa.

Quando iniciei a pesquisa, me restringia a observar os treinos, conversas e fazer algumas perguntas. Aos poucos, percebi que minha interação poderia melhorar se treinasse o Jiu Jitsu junto com os participantes do projeto. Assim, após minha inserção no esporte, minha relação com eles se tornou mais próxima, facilitando também minha pesquisa.

Além disso, o fato de experienciar a dimensão do esporte em meu próprio corpo facilitou a apreensão das técnicas e do aprendizado que envolve o Jiu Jitsu. Eu corroboro da perspectiva (como, por exemplo, a de Szulc, 2006), de que para se trabalhar com crianças, sobretudo, é necessário que o pesquisador se aproxime delas, buscando encurtar as barreiras existentes, além da idade. No meu caso, como as próprias crianças observaram em diversos momentos, eu era alguém com traços diferentes, vinda de outro local e de outra classe social.

Ao começar a treinar, foi nítida minha aproximação com eles, tendo inclusive uma menina certa vez perguntado se eu “trabalhava com faxina”, ao contar para ela que tinha me machucado limpando a casa. Isso demonstra que passaram a me ver como alguém que podia ser “um deles”, sendo essa possivelmente uma profissão comum no local.

No primeiro capítulo, contei um pouco sobre os diferentes percursos que fiz para chegar no Projeto, conhecendo o Morro. No início ia somente acompanhada, um pouco temerosa ainda de subir o morro sozinha, porém com o tempo me acostumei a ir sozinha por diversos caminhos. Descrevo também nesse capítulo o local onde o projeto tinha suas atividades, bem como algumas características do Morro da Boa Vista e do local onde se localiza.

Nesse primeiro capítulo, busquei também problematizar as diferentes formas pelas quais as pessoas se referem ao morro, que é também chamado de favela, de maneira mais pejorativa, de bairro por alguns e de comunidade. Por trás de cada um desses nomes, existem representações construídas ao longo da história, das quais nem sempre estamos conscientes, e sobre as quais tentei discutir um pouco.

No segundo capítulo, procurei introduzir a categoria que para mim foi mais emblemática, que deu nome a essa dissertação, a “raça”. Não apenas essa palavra, mas o fato de ela vir acompanhada por uma demanda, “*tem que ter raça*”. Refletindo sobre essa ser uma categoria que interliga o esporte ao contexto do Morro da Boa Vista, tentei problematizá-la com dados de campo e bibliografias sobre as origens do termo, em nosso país e também no esporte.

Depois, continuei o capítulo descrevendo as características e particularidades do Jiu Jitsu no contexto do projeto, abrangendo desde o funcionamento dos treinos, campeonatos, exames, relação entre professores e atletas, aprendizado das regras e técnicas, dentre outras questões. Além disso, conto também sobre minha trajetória como observadora participante e como atleta.

No terceiro capítulo, busquei introduzir uma discussão a respeito da Antropologia da Criança, que atualmente se pretende na verdade uma antropologia das diferentes crianças e infâncias possíveis, de acordo com cada contexto. Assim, apresentando algumas ideias e buscando dialogar com elas, descrevo um pouco da infância e das crianças que conheci no contexto do projeto.

Nesse capítulo, busquei também problematizar o que é ser jovem nesse contexto. Considerando que essa categoria é ampla e engloba uma série de variáveis e diferenças, defendo a ideia que ela possui significados construídos em cada local, de acordo com a cultura e as diferentes subjetividades. Assim, seja sob o rótulo de “criança”, “pré-

adolescente”, “adolescente”, “jovem adulto” ou “adulto”, se escondem diversas possibilidades e universos.

No quarto e último capítulo, busquei analisar e descrever algumas diferentes percepções a respeito do tráfico de drogas e da violência no local, por parte dos participantes do projeto e seus familiares. Além disso, busquei compreender de que forma essas questões atuam nessa “disputa simbólica” com o projeto. Como enfatizarei a seguir, essas percepções são diversas, assim como diversa é a população desse local e suas estratégias de enfrentamento dos estigmas e violências.

“Processos sociais singulares⁵⁰”

Assim como existem diferentes motivações que podem levar os jovens ao envolvimento com o tráfico de drogas, conforme observou Lyra (2013), observo que diferentes são as percepções que eles suscitam, principalmente dentro das comunidades de que fazem parte, podendo ser vistos como “*meninos*”, “*recalcados*”, etc. Da mesma forma, as reações das crianças do projeto em relação a isso iam desde a admiração, proximidade e tentativa de distanciamento da imagem dos traficantes e “bandidos”.

Dessa forma, considero que não se pode generalizar, os motivos são diversos e as percepções sobre a questão também. Os moradores do Morro da Boa Vista lidam com a questão do tráfico de drogas cotidianamente, conhecendo diversas pessoas envolvidas. Às vezes são filhos, irmãos, amigos de infância, conhecidos, o que torna a questão mais delicada e complexa.

Apesar de parecer existir uma coexistência pacífica entre os traficantes e demais moradores, também é bem aceita a existência de projetos como o Jovem de Jesus. O fato de o projeto possuir a intenção declarada de evitar o envolvimento dos jovens com a criminalidade, me fez concluir sobre a existência de uma “disputa simbólica”, conforme descrevo no último capítulo dessa dissertação.

Nem a morte faz a vida parar

Durante o tempo em que realizei essa pesquisa, acompanhei algumas pessoas do projeto que perderam familiares queridos, bem como que já o tinham perdido há mais tempo. A morte de uma mãe, de um filho, de um irmão. Em dois dos casos, devido a

⁵⁰ Frase utilizada por Lyra (2013).

envolvimento com o tráfico de drogas ou com o uso abusivo das mesmas, acesso também relacionado ao tráfico no local.

Além disso, acompanhei o caso de outro adolescente, que não era do projeto, mas conhecido na comunidade, filho de uma mulher que frequentava a mesma igreja de Luís. Segundo relatos o mesmo teria morrido assassinado após um *baile funk* no Rio de Janeiro. Seja como for, segundo relatos, são frequentes os casos de morte, incluindo de muitos adolescentes, em decorrência do envolvimento com o tráfico de drogas, no Morro da Boa Vista.

Quando ocorre com pessoas que conhecemos, isso faz com que essa realidade se torne mais próxima e acompanhamos como as pessoas reagem e lidam com essas perdas. No caso de Miguel, irmão de Bianca, foi uma morte que de certa forma acompanhei, sabendo por ela do drama que estavam vivendo e me surpreendendo quando ocorreu, me sensibilizando junto com os demais. Uma das mães que perdeu o filho devido ao envolvimento deste com o tráfico, há cerca de 10 anos, hoje se engaja no projeto para evitar que esse seja o destino de outros jovens e tristeza de seus familiares e amigos.

Essa mãe é Maria, esposa de Luís, e ela dizia saber, por experiência própria, o quanto todo esforço é necessário para evitar que isso ocorra. Em suas palavras, mesmo seu filho, ao qual ela ficava “*sempre em cima*”, teve esse envolvimento, o que dizer dos filhos aos quais os pais “não dão atenção”, “não dialogam”. Assim, é possível compreender que por trás da fundação do projeto, existiram também histórias de sofrimento vivenciadas por essa e outras famílias.

Quando a mãe de Luís faleceu, ocorreu o evento do projeto, poucos dias depois, conforme descrevo no respectivo subcapítulo. Me surpreendeu o fato de que “nada parou”, “a vida continuou”, a despeito da dor que ele e sua família estavam experienciando. Segundo ele, sua mãe apoiava o projeto, dizendo a ele que fosse “cuidar das crianças”, quando ele ia visitá-la no hospital. Através dessas vivências e histórias, posso concluir que a necessidade de “raça” para enfrentar as dores da vida vai muito além do Jiu Jitsu, servindo como parâmetro nas diversas esferas da vida.

De observação participante à “Participação observante”⁵¹

⁵¹ Termo sugerido por Wacquant (2002 p.23).

Conforme descrevo em subcapítulo sobre a observação participante, aos poucos me tornei mais que uma pesquisadora, uma participante, criando laços e me deixando afetar por eles. Isso permitiu, em minha opinião, a possibilidade de fazer uma pesquisa mais engajada e profunda, experienciada através dos mais diversos sentidos.

Através dessa participação, também pude experienciar um pouco dos laços de solidariedade e comunidade presentes no Morro, estendidos a mim em alguns momentos. Embora fosse alguém de fora, conforme problematizei no subcapítulo 3.6 “Relações de parentesco, vizinhança e amizade”, também pude me sentir acolhida por eles em diversos momentos

Aos poucos, comecei a ouvir frases como “*você tem que estar presente*”, e tive inclusive a honra de ter algumas datas arranjadas em função de minha presença, pois muitas vezes viajei para visitar minha família ou tinha outro compromisso. Assim, o participar revestiu-se de outros significados para mim, significados para além da pesquisa, como descrito anteriormente. Significados de pertencimento e amizade.

Do estigma à dignidade

Aos moradores do Morro da Boa Vista com quem tive contato, apesar de buscarem lidar com isso com muita dignidade, incomoda a estigmatização imposta por uma sociedade que insiste em julgar e ressaltar as diferenças desses locais. Essas diferenças, estendidas a seus moradores através de preconceitos, criam mais exclusão ao invés de ajudar essas pessoas a melhor se inserirem na sociedade. Assim, acabam ressaltando ainda mais as fronteiras simbólicas entre as favelas e o restante da cidade.

Exemplos do reconhecimento dessas fronteiras por parte dos moradores puderam ser vistos nas falas “*ela é muito educada, não mora em favela como a gente*” e “*o que as pessoas lá de baixo acham de quem mora no morro*”, que demonstram um claro reconhecimento desses estigmas, que geram incômodo. Esse incômodo pode ser percebido pelo tom com que falam disso e pelas suas feições, quando se referem ou ouvem referências a esses estigmas.

É preciso ter cuidado, como reflito a partir da leitura de Valladares (2005), para que inclusive quem quer ajudar nesse processo, como é o caso de Projetos sociais e pesquisadores, dentre os quais me incluo, consigam desconstruir antigos dogmas,

primeiramente em si mesmos⁵², para que não acabem sem querer reafirmando-os e reproduzindo-os.

Esses dogmas são parte de toda uma história e construção de representações sociais, conforme busquei descrever ao longo desse trabalho, afetando sobretudo aos mais jovens. Buscando formas de superá-los, eles acabam muitas vezes se envolvendo em atividades ilícitas. Conforme Lyra (2013), no caso dos jovens em envolvidos com o tráfico de drogas, “esses garotos” “(...) *creditam ao tráfico um sentido de luta que, se costuma transparecer apenas no óbvio embate de balas, não deixa de estar igualmente presente na guerra simbólica pela dignidade coletiva*” (p.177). Essa escolha de enfrentamento muitas vezes lhes custa a vida, trazendo dor e sofrimento a seus familiares e amigos. Mais pesquisas são necessárias para buscar compreender motivações e formas de resistência ao envolvimento dos jovens com a criminalidade em nosso país, sobretudo pesquisas que priorizem suas próprias vozes e pontos de vista.

⁵²Pois, como afirma Roy wagner, o pesquisador vai ao campo levando as lentes de sua própria cultura, incluindo também os preconceitos da sociedade na qual cresceu e foi socializado, se não fizer o esforço de reconhecê-los e problematizá-los.

Referências bibliográficas

APRENDA JIU JITSU. Disponível em: <<http://www.aprendajiujiu.com.br>>. Acesso em: 05 de março de 2015.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. **Pensando a Psicologia aplicada à Justiça**. Em: Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

ARTHUR DE GOBINEAU. Em: **Info escola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/arthur-de-gobineau/>>. Acesso em: 12 de março de 2015.

BAIRRO DE SÃO LOURENÇO. Em: Labhoi - Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/node/1444>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

BECKER, Howard Saul. **Empreendedores morais**. Em: Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIRMAN, Patrícia. **“Favela é comunidade?”** Em: SILVA, Luiz Antônio Machado da (org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Juventude é apenas uma palavra**. Em: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324p.

CATEGORIAS ETÁRIAS NO JIU JITSU. Em: Lutas e mma. Disponível em: <<http://lutasemma.com.br/categorias-do-jiu-jitsu-452/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. Em: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p.17-62.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU. Disponível em: <<http://cbjj.com.br>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

DAMATTA, Roberto, **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DATA POPULAR. Disponível em: <<http://www.datapopular.com.br>>. Acesso em 07 de março de 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EILBAUM, Lucía. **O bairro fala: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonarense**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Rev. Adolesc Saude**. 2005;2(2):6-7. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ESCOLA DE CHICAGO. Em: **Educação**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/escola-de-chicago---contexto-historico-pesquisas-centradas-no-meio-urbano.htm>> Acesso em: 08 de março de 2015.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FAVELA KOMBAT. Em: **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/favelakombat>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Rev. Cadernos de Campo** n13, p. 155-161, 2005.

FERNANDES, Camila. **"Ficar com". Parentesco, criança e gênero no cotidiano**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1943.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Rev. Dilemas**. vol. I, 2008, p. 95-114.

GASTALDO, Édison. As relações jocosas futebolísticas: futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, Oct. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de março de 2015.

GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico**. Em: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes 1997.

GONÇALVES, Rafael Soares. O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. **Rev. GEOgraphia**, Vol. 13, No 26 (2011). Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/457>>. Acesso em: 10 de março de 2015.

GUEDES, Simoni Lahud. **De criollos e capoeiras: notas sobre futebol e identidade nacional na Argentina e no Brasil**. XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2002. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/043411_Guedes%20-%20Notas%20sobre%20futebol%20e%20identidade%20nacional%20na%20Argentina%20e%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2015.

HIRSCHFELD, Lawrence. Why don't anthropologists like children? **Rev. American Anthropologist** 104(2):611-627, 2002.

HISTÓRIA DA GRACIE BARRA. Em: **Gracie Barra**. Disponível em: <<http://www.graciebarra.com/br/sobre-a-gracie-barra/jj-gb/historia/>> Acesso em: 01 de março de 2015.

IGREJA SÃO LOURENÇO DOS ÍNDIOS. Em: Mapa de Cultura. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/igreja-de-sao-lourenco-dos-indios>>, Acesso em: 05 de maio de 2015.

Imagem 6. Disponível em: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>.

Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Imagem 7. Disponível em: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Imagem 8. Disponível em: <<http://wikimapia.org/21398848/pt/Morro-da-Boa-Vista>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Jornal Clicrbs, 06/11/2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/caminhos-do-algodao/19,0,2284197,Berlusconi-chama-Obama-de-%22bronzeado%22-e-desperta-criticas.html>> Acesso em: 08 de março de 2015.

Jornal Extra, 12/02/2015. Disponível em: <http://extra.globo.com/emprego/pesquisa-revela-que-47-dos-moradores-do-asfalto-nunca-contratariam-um-morador-da-favela-para-trabalhar-em-casa-15315989.html#ixzz3T4g99327> Acesso em: 28/02/2015).

Jornal Folha de São Paulo, 16/04/2004, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u92921.shtml> Acesso em 03 de março de 2015.

Jornal O Fluminense, 19/09/2013. Disponível em: <<http://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/traficorecruta800%E2%80%98soldados%E2%80%99-na-zona-norte-de-niteroi>>. Acesso em: 12 de março de 2015.

JUNIOR, Charlie Brown. Não é sério. Em: JUNIOR, Charlie Brown. **Papo Reto**. São Paulo, Universal Music, 2011. CD

LYRA, Diogo. **A república dos meninos, juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013. 304 p.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, vol. XXIII, nº 59, 2010, pp. 283-300.

NILSON FANINI. Em: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nilson_Fanini> Acesso em: 7 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA FILHO, Pedro Pio Azevedo de. **Ringues de gênero: Representações sobre a feminilidade entre praticantes de boxe**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade

Federal Fluminense, Niterói, 2011.

OLIVEN, Ruben George; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Apresentação. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010471832007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 de março de 2015.

PATRICINHA. Em: Dicionário online. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/patricinha>>. Acesso em: 2 de março de 2015.

PIRES, Lenin dos Santos. **Arreglar não é pedir arrego**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIRES, Lenin dos Santos. **Esculhamba mas não esculacha! Uma etnografia dos usos urbanos dos trens na Central do Brasil**. Niterói: EdUFF, 2011, 172 p.

POMBA. Em: Dicionário de símbolos. Disponível em: <<http://www.dicionariodesimbolos.com.br/pomba/>>, Acesso em: 10 de maio de 2015.

RODRIGUES, Tiago Nogueira Hyra Chagas. **“Tirando do crime e dando oportunidade”**: Estratégias educacionais de prevenção das violências em duas ONGs de Florianópolis-SC. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

SOUZA, Marcos Alves de. Gênero e Raça: A nação construída pelo futebol brasileiro. **Cad. Pagu** (6-7), 1996, pp.109-152. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51074>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

SZULC, Andrea. **Antropología y niñez: de la omisión a las “culturas infantiles”**. Em: Culturas, comunidades y procesos urbanos contemporáneos. Buenos Aires: Editorial SB, 2006. p.25-50. (Tradução Livre)

TATAME. Em: Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p.2010.

TAVARES, Marialva. Análise de Projetos sociais: caminho para melhorar o ensino. Fundação Carlos Chagas. **Rev. Difusão de Idéias**, Entrevista concedida ao jornal

Folha Dirigida, Outubro de 2009. Disponível em:
<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_marialva.pdf>
. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. Sobre lutadores e “pitboys”: A experiência da violência entre jovens de classe média e alta do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, ano 2. n.1, Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20100101.pdf>>
Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. Em: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VIBE. Em: Dicionário online. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/vibe/>>.
Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma - Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify. 2010.